



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

103^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Brasília/DF.
31 de Agosto de 2011.
(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

46**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Senhoras e senhores, bom dia. O Conselho
47Nacional do Meio Ambiente completa 30 anos, desde a sua criação, com a
48publicação da Lei n.º 6.938 de 1981. Constitui-se como uma esfera permanente
49de debates democráticos sobre visões nem sempre convergentes acerca do
50uso e da apropriação dos recursos naturais. A competência normativa do
51CONAMA perpassa grande gama de questões e propicia a pactuação de bases
52ambientalmente sustentáveis para o desenvolvimento econômico e social, as
53resoluções CONAMA vão desde a conservação da biodiversidade até o
54controle dos níveis de população e da degradação inerentes ao processo de
55crescimento econômico e de urbanização do país. Reconhecer a
56essencialidade da atuação do CONAMA na elaboração e implementação das
57políticas públicas ambientais, portanto, faz-se necessário. Parabenizar todos os
58conselheiros que ao longo desses 30 anos trabalharam para a construção de
59um país ambientalmente mais justo e sustentável é tarefa imperiosa.
60Convidamos para compor a mesa de honra desta solenidade a Ministra de
61Estado do Meio Ambiente Sr^a. Izabella Teixeira. O Ministro do Superior Tribunal
62de Justiça, Sr. Antônio Herman de Vasconcelos Benjamin. O presidente do
63Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -
64IBAMA, o Sr. Curt Trennepohl. O Secretário-Executivo do Ministério do Meio
65Ambiente, Sr. Francisco Gaetani. O Primeiro-Ministro do Meio Ambiente do
66Brasil, Sr. Paulo Nogueira Neto. O presidente da Associação Brasileira de
67Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, Sr. Hélio Gurgel. A vice-
68presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura -
69CONTAG, Sr^a. Alessandra da Costa Lunas. O presidente da Associação
70Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas - ABRAF, Sr. Antônio Sergio
71Alípio. E o presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio
72Ambiente – ANAMMA, Sr. Mauro Maciel Buarque. Por gentileza, autoridades,
73tenham bondade. Convidamos o presidente da Associação Nacional de Órgãos
74Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA, Sr. Mauro Maciel Buarque para sua
75saudação.

76

77

78**O SR. MAURO MACIEL BUARQUE (ANAMMA)** - Bom dia a todos e a todas.
79Saudar a Exma. Sr^a. Ministra Izabella Teixeira, em nome dela saudar todas as
80autoridades aqui presentes à mesa, fazer uma saudação especial ao Dr. Paulo
81Nogueira Neto, por toda sua trajetória, pela sua história dentro da política
82nacional do meio ambiente, e trazer aqui uma saudação muito festiva em nome
83da diretoria nacional da ANAMMA, os municípios que estão na base desse tripé
84dos entes federativos, e que impunham a bandeira da gestão ambiental séria,
85comprometida. Saudar nesse dia festivo esses 30 anos do CONAMA e nos
86renovar para mais 30 anos aqui empunhando e comprando as melhores brigas
87e as melhores lutas em prol da preservação do ambiente do nosso país. Um
88bom dia a todos e estamos todos de parabéns.

89

90

91**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Ouviremos o presidente da Associação Brasileira
92de Florestas Plantadas – ABRAF, Sr. Antônio Sergio Alípio.

93

94

95 **SR. ANTÔNIO SERGIO ALÍPIO (ABRAF)** - Senhoras e senhores, bom dia.
96 Cumprimento a mesa em nome da nossa ministra, e a todos os conselheiros
97 aqui presentes, nesse dia tão importante, após 30 anos de lutas incansáveis,
98 de muito sucesso, muito trabalho, numa casa que reúne a diversidade da
99 sociedade em busca do meio ambiente sustentável que é o desejo de todos
100 nós. Como temos outras pessoas a se pronunciar, gostaria de desejar
101 felicidade a todos nesses 30 anos, muito sucesso nos próximos 130 anos,
102 muito trabalho, porque o meio ambiente merece o esforço de cada um de nós
103 presentes aqui nessa luta incansável. Bom dia, boa sorte e sucesso a todos.

104

105

106 **MESTRE DE CERIMÔNIA** - Falará a vice-presidente da Confederação
107 Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, a Sr^a. Alessandra da
108 Costa Lunas.

109

110

111 **A SR^a. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS (CONTAG)** – Bom dia a todas e
112 todas. Um especial aqui aos presentes à mesa, compondo essa mesa. Queria
113 aqui, em nome do Dr. Paulo Nogueira, saudar a todos, até porque é o nosso
114 maior representante, inclusive, desse momento comemorativo 30 anos do
115 CONAMA, que, com certeza, uma das pessoas aqui que viveu todo esse
116 momento da construção dos nossos grandes desafios ao longo desses anos na
117 luta da questão ambiental no Brasil. Queria também aqui nesse momento
118 registrar da nossa parte, enquanto sociedade civil, o reconhecimento da
119 importância desse espaço no sentido de conseguir responder aos desafios que
120 o processo de desenvolvimento no Brasil nos coloca. E esse conselho
121 entendemos que ele é fundamental nesse processo, tendo em vista, os
122 grandes olhares e, principalmente, ao modelo de desenvolvimento que o Brasil
123 também escolheu para ele, e que nos coloca, em especial, a esse conselho,
124 um desafio muito grande, não só nesse momento, mas, com certeza, um
125 desafio que já foi, ao longo desses 30 anos e que não é menor nesse
126 momento. Então entendemos, inclusive, o fundamental ainda da necessidade,
127 principalmente com vistas a tudo que nós estamos passando, vivendo nesse
128 momento, não só com relação ao debate do código florestal, onde essas
129 disputas do modelo de desenvolvimento brasileiro fica muito evidenciada, mas
130 principalmente o desafio que nós temos e o que significa o Brasil nesse
131 momento para o mundo, não é à toa que temos aí o reconhecimento de 192
132 países para que a gente pudesse estar ocupando um dos cargos mais
133 importantes na ONU, através do nosso companheiro José Graziano, mas isso
134 coloca e mostra para nós, inclusive, a expectativa do mundo inteiro com o que
135 significa o governo brasileiro como o que significa o que construindo no Brasil,
136 e uma responsabilidade muito grande nós, as expectativas principalmente com
137 que nós vamos, principalmente liderar, apresentar e propor na Rio+20. Então,
138 queria aqui, ministra, principalmente da parte da CONTAG colocar essa
139 mensagem que a entendemos muito importante nesse momento dos 30 anos
140 de comemoração, e isso nos mostra que, inclusive, precisa, acima de tudo,
141 mostrar a nossa maturidade, a nossa capacidade exatamente para essa
142 expectativa que se coloca à frente. Obrigada.

143

144

145**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Tem a palavra o presidente da Associação
146Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA, Sr. Hélio
147Gurgel.

148

149

150**SR. HÉLIO GURGEL (ABEMA)** – Bom dia a todos e a todas, Sr^a. Ministra,
151demais integrantes da mesa. Os que fazem a ABEMA estamos solidários e
152participantes deste evento comemorativo dos 30 anos e olhamos com rapidez
153num relance expedido sobre um passado, mais ou menos, recente para o
154ambiente e longo em termos de uma geração, quando vemos exemplos que
155plantaram sementes que hoje frutificam, a exemplo do Dr. Paulo Nogueira
156Neto, aqui presente, e que tem trazido uma inspiração para aqueles que dentro
157de um pensamento para o bem, não só social e econômico do nosso povo, do
158nosso país conjuga esforço dentro de realidades políticas que vem assumindo
159uma identidade e maturidade, nós temos a consolidação da república
160federativa do Brasil, uma constituinte forte desde 1988, e que nos inspira a
161trilhar no aperfeiçoamento das instituições democráticas e no respeito do pacto
162federativo a participação e a contribuição de todos que fazemos esta nossa
163grande nação. É uma satisfação participarmos dessa comemoração e de
164afirmarmos que estaremos juntos continuando, trabalhando a proposta de
165tantos os que iniciaram de uma forma que nos inspira. Muito obrigado.

166

167

168**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Ouviremos agora o primeiro-ministro de Estado de
169Meio Ambiente do Brasil, Sr. Paulo Nogueira Neto.

170

171

172**SR. PAULO NOGUEIRA NETO** - Estar aqui presente me parece um sonho,
173e vou apenas contar algumas coisas, alguns fatos da história do CONAMA. Na
174primeira reunião do CONAMA foi uma reunião feita, não nesse auditório, que
175não existia ainda, mas no auditório do, naquele tempo era Ministério do Interior.
176Então, no meu discurso eu disse o seguinte, pela primeira vez o Governo
177Federal se coloca em minoria no conselho federal, e o ministro Andrezza que
178não tinha feito as contas, chegou para mim, ele estava do meu lado e falou
179baixinho: mas, Paulo, o que é que aconteceu? Para ele foi uma surpresa,
180porque ele achava que não ia dar certo. Eu digo: não, ministro, o senhor pode
181ficar tranquilo que todos os membros do CONAMA são pessoas de alto nível e
182o senhor não vai ter problemas, porque nós sempre iremos em busca das
183melhores soluções. E mais adiante, outro dia, havia uma reunião no
184CONSEMA marcada para dar o seu parecer e fazer uma proposta em relação a
185um projeto de regulamentação dos agrotóxicos que estava na Câmara dos
186Deputados para ser examinado, havia o projeto pronto. Então, à noite o
187ministro Andrezza me telefonou e disse: Paulo, o que é que você foi fazer? O
188que é que eu fiz, ministro? Foi convocar uma reunião contra o governo no meu
189ministério. Estava assim muito preocupado. Então eu disse, ministro vamos
190fazer o seguinte: nós faremos a reunião fora do Ministério e se alguma coisa
191der errado o senhor me demite. E ele concordou com a história. Então, havia
192um problema logístico, porque nós precisávamos transportar os membros do
193CONAMA para outro auditório, e isso foi, essa conversa foi na noite da
194véspera, então dona Zélia que era a minha secretária do gabinete, ela teve que

195correr atrás de táxi, e conseguimos uma frota de táxi para transportar o
196CONAMA para outra reunião fora do Ministério. E aconteceu o seguinte, havia
197esse projeto que já estava no Congresso, e em consequência das deliberações
198do CONAMA, deliberações que sempre a gente procurava que fossem
199construtivas, então aconteceu que as coisas correram muito bem, e a
200Presidência da República retirou o projeto que estava no Congresso devido às
201moderações do CONAMA. Então, o CONAMA tem toda essa história de
202sempre procurar com a maior lisura de uma maneira construtiva acertar e é
203uma entidade que já passou por épocas mais difíceis, mas sempre se saiu
204bem. E eu quero aqui dizer também com enorme satisfação de estar presente
205nessa reunião, e a nossa ministra Izabella Teixeira já há muitos anos que
206trabalhamos em defesa do meio ambiente, e esta reunião é a prova disso, um
207grande comparecimento de todas as pessoas que estão aqui presentes, e um
208agradecimento muito especial à nossa ministra Izabella que vai continuar os
209trabalhos do CONAMA como presidente do CONAMA. Muito obrigado.

210

211

212**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Fará uso da palavra o Secretário-Executivo do
213Ministério do Meio Ambiente, Sr. Francisco Gaetani.

214

215

216**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom dia e
217todos e todas. Queria apenas externar aqui a minha satisfação, a honra que é
218um privilégio estar participando dessa reunião, dessa celebração de uma
219instituição como o CONAMA que 30 anos atrás começou a sinalizar uma nova
220forma de se trabalhar as políticas públicas, hoje falar em participação, hoje falar
221em desenvolvimento social, em representação da sociedade civil é uma coisa,
222isso não chama a atenção de ninguém, já é uma coisa assimilada pela
223sociedade brasileira, mas olhando há 30 anos e lembrando o que é que era o
224Brasil naquela época, vendo o alcance da iniciativa do Dr. Paulo Nogueira, e
225olhando para esses 30 anos da política ambiental, queria só dizer que é uma
226satisfação e uma honra muito grande estar aqui com vocês hoje. Muito
227obrigado.

228

229

230**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Ouviremos agora o presidente do Instituto
231Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Sr.
232Curt Trennepohl.

233

234

235**O SR. CURT TRENNEPOHL (Presidente do IBAMA)** – Senhoras e senhores,
236bom dia. Exma. Sr^a. Ministra, Ministro Herman Benjamin, professor Paulo
237Nogueira Neto, decano dessa luta ambiental no Brasil, é uma honra muito
238grande estar sentado nessa mesa com pessoas representativas da defesa do
239meio ambiente, e este 30º aniversário do CONAMA é um marco importante,
240uma vez que se vê perfeitamente que grande parte dos componentes e dos
241conselheiros já trilham uma história bastante longa nessa luta pela defesa do
242meio ambiente. Então, em nome do IBAMA é uma satisfação muito grande de
243recebê-los, e parabenizar a todos os conselheiros do CONAMA, principalmente
244ao professor Paulo Nogueira Neto por esses 30 anos de incessantes trabalhos

245e de contribuição para a normatização da defesa do meio ambiente. Muito
246obrigado, senhores.

247

248

249**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Tem a palavra o ministro do Superior Tribunal de
250Justiça, Sr. Antônio Herman Benjamin.

251

252

253**SR. ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN (MINISTRO DO STJ)** - Bom dia a
254todos. Eu queria, inicialmente, dizer, ministra Izabella, da minha alegria de
255voltar a esta casa. Eu fui conselheiro durante quase dez anos, claro que aqui
256há alguns que eu ainda vejo que estão há 15 que suspeito que haverá,
257certamente pelo menos, meu caro presidente da ABEMA e da CONAMA que
258beiram os 20 anos, o que dá continuidade ao nosso Conselho. Mas o que eu
259queria, muito brevemente, professor Paulo Nogueira Neto realçar nesta
260comemoração dos 30 anos, é o fato de que o CONAMA é uma criação do
261parlamento, o CONAMA não é um conselho criado pelo Poder Executivo, e o
262CONAMA é a mãe de todos os conselhos que existem nesse país. E foi pelo
263CONAMA que o aprendizado da democracia participativa no nosso país teve
264início, tirante a participação sindical, porque essa está conosco desde o século
265XIX. E é importante na história do CONAMA, nesses 30 anos, nós ressaltarmos
266esta criação, esta gênese parlamentar, as atribuições do CONAMA foram
267estabelecidas pelo parlamento, e foram estabelecidas como estão por decisão
268dos senhores parlamentares, e uma época em que o parlamento legislava em
269matéria ambiental contra os interesses do Poder Executivo, a lei da política
270nacional do meio ambiente de 1981, e acho que o Rodrigo Agostinho, sequer,
271tinha nascido, hoje é prefeito de uma das maiores cidades, um excelente
272prefeito, integrante da ANAMMA, cidade de Bauru, mas em 1981 o CONAMA
273quando foi criado havia, e o Dr. Paulo, certamente, é quem pode dar esse
274testemunho, havia resistência por razões óbvias, a participação da sociedade
275civil, e, sobretudo, da organizada, juntassem cinco organizações, instituições já
276era uma associação de comunistas contra o poder constituído, além disso, o
277parlamento foi além daquela versão que o Poder Executivo mandou do Projeto
278de Lei que virou a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente que também
279comemora os seus 30 anos. Nesta lei não estava prevista, por exemplo, a
280responsabilidade civil objetiva pelo dano ambiental, e foi no parlamento numa
281época em que chegava o Projeto de Lei do Executivo, e havia prazo para a
282votação, porque se não votasse a lei estava aprovada, como veio do Executivo,
283que parlamentares como Marcelo Cerqueira do Rio de Janeiro defenderam que
284esta lei é boa, veio do Executivo, nós somos oposição ao Poder Executivo, mas
285vamos votá-la e ainda vamos aperfeiçoá-la e acrescentar aspectos que não
286estavam nela previstos. Alguém dirá: que saudade deste momento glorioso do
287nosso país e de uma democracia que naquele momento dava os primeiros
288passos. Então, é um equívoco, é uma violação da história dizer ou falar da
289ilegitimidade deste órgão que tem esta, repito, esta origem de um voto no
290parlamento naquele momento. E o CONAMA é uma aberração genética
291positiva de um transplante legislativo, porque nós copiamos do regime norte-
292americano a ideia da lei, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, é cópia, o
293nome é o mesmo do NEPA – *National Environmental Policy Act* de 1969, nos
294Estados Unidos, e o NEPA como lei só tem dois instrumentos, e ambos muito

295fracos no regime norte-americano, primeiro o estudo de impacto ambiental que
296ele é tão fraco no sistema federal hoje os estados legislaram para ter estudo de
297impacto ambiental mais forte, e nós criamos, com todos os defeitos da prática,
298nós temos hoje um dos sistemas mais avançados de análise de estudo de
299impacto ambiental no país. Ainda há estudo de impacto ambiental que não vê 5
300mil hectares de floresta de araucária na fronteira do Paraná com Santa
301Catarina, mas esta é a exceção. Segundo, nós copiamos deles a ideia do
302CONAMA, lá se chama conselho da qualidade ambiental, ligado ao Poder
303Executivo, e que nunca, nunca teve a menor relevância no diálogo e,
304sobretudo, na proposição legislativa e na implementação legislativa, porque
305não conta com o respaldo institucional pulverizado, como nós temos no nosso
306CONAMA. Então, vejam que aqueles que também hoje criticam o modelo
307jurídico ambiental do nosso país esquecem que nós não copiamos, nós nos
308inspiramos no direito estrangeiro e melhoramos a genética, digamos assim,
309saiu uma nova espécie de um banco genético que, eventualmente, olhamos
310numa pesquisa rápida no direito comparado. E por último, meu caro professor
311Paulo Nogueira Neto, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, meus
312amigos que estão aqui, não nos deve impressionar o argumento de que no
313Brasil nós devemos apenas copiar o que há no exterior, este é um argumento
314do imperialismo ao inverso e o mais perverso imperialismo é o Legislativo,
315então porque nós não temos reserva legal em outros países não pode ter no
316Brasil, porque nós não temos áreas de preservação permanente como há no
317Brasil, também não podemos contar com esse instrumento no nosso Brasil, é o
318oposto, é o grito de independência do Direito Brasileiro para mostrar que nós
319somos criativos o suficiente para encontrar opções legislativas com as nossas
320medidas, e é o oposto porque se os outros países não têm são eles que estão
321errados, não somos nós. Então, por isso que eu, como cidadão, não é como
322juiz apenas, mas como cidadão eu sinto um profundo orgulho, um de ter um
323país e um parlamento que aprovou uma lei em 1981 em condições políticas
324adversas que nos deu o CONAMA, entre outros benefícios da nossa legislação,
325e dois, ministra Izabella, tenho na minha história de vida o fato de eu ter
326ocupado tantas vezes em debates acalorados e que eu perdia o sono no dia
327anterior e por três dias depois também, neste plenário exatamente onde o
328senhor está este fato para mim, na minha modesta biografia conta muito, e
329tenho certeza que na biografia de cada um dos senhores e senhoras que estão
330aqui, senhores conselheiros, exatamente pelo exemplo que é este conselho,
331não só para o nosso país, mas para o mundo todo. Muito obrigado.

332

333

334**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Nesse momento ouviremos a Ministra de Estado
335do Meio Ambiente Sr^a. Izabella Teixeira.

336

337

338**SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA)** - Bom
339dia a todos. Eu quero, inicialmente, cumprimentar os conselheiros do
340CONAMA, e o faço na figura do Dr. Paulo Nogueira Neto, que não só é o
341criador e que permanece neste conselho, na sua luta diária, na sua avaliação
342sobre aquilo que foi o seu entendimento, desde o início, como muitos já fizeram
343referência aqui de termos um conselho que é a mãe ou o pai dos conselhos,
344um conselho que mostra, desde o início, e lembrando muitas das pessoas que

345estão sentadas aqui dentro o que significa viver na sociedade democrática.
346Quem não viveu sabe o que significa isso. Então, antes de qualquer coisa
347respeitamos o CONAMA, porque foi com ele que começamos, sim,
348democrático nesse país, além dos movimentos sindicais como foi lembrado
349aqui, e foi com ele, foi com a política ambiental brasileira que a sociedade civil
350começou a ser ouvida nas formulações de políticas públicas nesse país. Então,
351muitos advogados questionam a Constituição, questionam isso, questionam
352aquilo, mas esquecem que tudo está inserido no contexto político da
353democracia brasileira. E lembro mais um fato, esse conselho nunca foi
354questionado, nenhum conselheiro foi questionado, nem o conselho pela sua
355ética, num país que está precisando, cada vez mais lembrar que ética é uma
356questão essencial para nos tornarmos envolvidos. Então chamo atenção que
357nunca, e eu estou nesse conselho desde que comecei a minha vida
358profissional, e isso tem exatos 27 anos, foi o meu primeiro emprego depois que
359o Dr. Paulo resolveu me contratar para ser funcionária da SEMA, porque
360naquela época não tinha concurso público, aliás, teve um concurso para o
361IBDF que eu fiz, inclusive, e ele me contrata depois que eu deixo de ser
362bolsista do Projeto Rondon e vou trabalhar exatamente na secretaria do
363CONAMA. Então, querendo ou não eu fui influenciada diretamente no dia a dia
364da minha formação profissional um conselho que recepcionava as pessoas
365mais distintas, Alessandra, aos segmentos mais distintos num período em que
366nós estávamos experimentando a transição para a democracia. Isso foi antes
367da nova república, e eu que nasci e cresci nessa cidade vi vários pais de
368amigos meus sendo presos e mortos, então eu tenho a clara sensação dentro
369de mim do que significa viver num país sem democracia e num país com
370democracia. Viva a democracia brasileira! Viva o CONAMA que começou a dar
371os primeiros passos nessa direção! E eu lamento pessoas que hoje ainda
372insistem em discutir se o CONAMA deve existir ou não deve existir. Aliás,
373pessoas, inclusive, que já passaram por esse conselho, e que parece que não
374aprenderam o espírito democrático da sociedade brasileira, do povo brasileiro
375que esse conselho representa, e não aprenderam o espírito democrático e da
376proteção ambiental que o hino brasileiro mostra na sua letra, é o único hino do
377mundo que defende o meio ambiente. Então, tenhamos orgulho de ser
378brasileiros, tenhamos orgulho de proteger o meio ambiente e tenhamos orgulho
379de fazer parte do CONAMA, aqueles que eventualmente passaram por aqui e
380que recusam essa posição, por favor, melhore a sua vida do ponto de vista,
381sejam mais generosos em relação à democracia, em relação aos valores
382ambientais de uma sociedade que só existe pelo seu povo e pelas
383características democráticas que ela tem desde o início, e este CONAMA
384representa não só em políticas públicas, Chico, mas também naquilo que é
385relação com a sociedade, com toda as inquietações, com todos os problemas
386que nós vivemos nesse conselho, isso representa a relação com a sociedade
387brasileira. Quando eu assumi aqui como Secretária-Executiva e o ministro
388Minc, em 2008, a reunião do CONAMA era uma reunião de greve com os
389conselheiros abandonando o plenário e um conselho que só votava moção e o
390momento de debate e discussão política de que nos deveríamos esvaziar o
391CONAMA no seu caráter deliberativo e nas suas relações com a federação, eu
392me coloquei frontalmente contrário a isso, e coloquei aos dirigentes do
393CONAMA a época, que nós íamos reerguer o CONAMA, e está aqui o
394CONAMA em pé, com toda a liderança que ele tem no país, como pai ou mãe

395dos conselhos, mas fundamentalmente com uma visão de que há um espaço
396democrático em que a gente debate, a gente constrói e a gente mostra ao povo
397brasileiro que meio ambiente é parte do desenvolvimento, que meio ambiente
398não é retrocesso, ao contrário, são aqueles que enxergam o meio ambiente,
399fomos nós, desde o início, que enxergamos o meio ambiente como um ativo de
400qualidade de vida e de qualidade do desenvolvimento desse país. E o papel
401protagônico de natureza política que o Brasil tem por liderar a agenda
402ambiental no planeta. E aí tem o desafio imediato, nós estamos vivendo o
403processo exatamente um ano que antecede a Conferência Rio+20, exatamente
404este momento, um momento que novamente vai se reunir no Brasil um
405conjunto de líderes do planeta inteiro, todos os chefes de Estado para
406debaterem o futuro do planeta, não é o futuro do meio ambiente, é o futuro do
407planeta, da sociedade, das economias, das agendas sócios, e a importância da
408questão ambiental no contexto desse novo mundo, desse novo mundo que terá
409que vir. Estamos vivendo uma transição, estamos vivendo questionamentos de
410todos os lados, estamos vivendo um mundo de inquietações em relação à
411justiça, mas é um mundo que requer ação, não existe um movimento político
412hoje no mundo que não seja traduzido por demanda de ação. Prestem atenção
413nisso, e esse conselho desde o seu início normatiza ou coloca os caminhos
414para a ação da política ambiental no Brasil. Se não fosse por isso nós não
415teríamos evoluído desde a Resolução 01 de 86 do CONAMA que trata de
416avaliação de impacto ambiental do licenciamento até o PROCONV que
417também é de 86 e que mudou as relações da indústria automobilística, mudou
418a relação dos combustíveis em relação à questão dos veículos leves, mudou a
419relação de qualidade de vida e de poluição do ar nas cidades brasileiras, isso é
420uma norma discutida pelos senhores, e se alguém quer me falar que isso não é
421de interesse nacional, então me diga o que é de interesse nacional, e me
422explique o que significa isso que leva a uma situação extremamente
423interessante. Ontem eu estava em São Paulo, naquele calor insuportável, e
424hoje está uma chuva também insuportável, e vi na televisão cedo uma
425reportagem da Rede Globo mostrando as oficinas de São Paulo e uma
426pesquisa com a população que quando você conserta o carro você recebe
427aquelas peças que o mecânico prova que trocou a peça, e aí o dado é que só
4282% dessas peças são recicláveis porque não tem norma para fazê-lo, não tem
429nada, e a sociedade pedindo que a gente faça uma norma. Ah é, o CONAMA
430então não pode discutir essas questões? Porque quando o CONAMA discutiu
431isso no século passado o CONAMA era questionado, a sociedade pedindo por
432causa do lixo que está se acumulando e pelo desperdício de geração de renda,
433de emprego e de tecnologias e nós podemos fazer uma reciclagem de peças.
434Isso tremenda reportagem, Rede Globo, a população falando, e eu quero saber
435quem questiona agora o papel do CONAMA a respeito de tratar em torno da
436qualidade ambiental, da disposição adequada no chapéu da política nacional
437de resíduos sólidos, isso é um exemplo, um exemplo dentre milhares de outros
438exemplo que nós temos a responsabilidade de trabalhar na federação, ele é um
439conselho nacional, ele não é um conselho federal, e de colocar a sociedade
440brasileira debatendo quais são as perspectivas, os novos caminhos, as novas
441rotas em relação à política ambiental no Brasil e a relação da política ambiental
442com outras políticas públicas. Nós não legislamos, como falam que nós
443legislamos, nós não temos poder de legislação, nós temos modelo de
444normatização, nós normatizamos aquilo que a lei determina que a gente o faça,

445se teve erros, se nós tivemos erros no passado, foram corrigidos, e não tem
446nenhum problema de corrigir, mas nós tivemos muito acertos do que erros, e
447por isso somos reconhecidos pela sociedade brasileira. Então, o mínimo que
448eu espero, e tenho a honra, Dr. Paulo, de ter começado com o senhor, como
449uma menininha que ficava sentada, tão nova naquela época, sentadinha na
450mesinha, a Ana Maria que está ali sentada, ela me castigava, a Ana Maria que
451está ali em pé, mandava eu atender telefone, eu ficava: boa tarde, SEMA. Que
452eu tinha que fazer os projetos do Dr. Paulo, ela se esconde, que ela mandava
453em mim, naquela época, era uma coisa impressionante, impressionante,
454sempre foi brava, Ana Maria Evaristo Cruz, presidente da Associação dos
455Servidores do IBAMA, ASIBAMA responsável por eu ter superado o primeiro
456trauma no divã ambiental. Mas eu superei porque tinha uma figura ímpar, duas,
457um era o Dr. Paulo, sempre com a cordinha dele, para uma emergência, e a
458outra era dona Zélia que, na realidade, acomodava todos os humores, bons
459humores da Secretaria Especial de Meio Ambiente. E coube ao destino que 30
460anos depois dessa chamada era da razão, idade da razão do CONAMA ou
461num CONAMA balzaquiano que eu estivesse à frente desse conselho, com o
462Herman que, na realidade, é quase uma lenda viva para todos. Eu me lembro...

463

464

465**O SR. ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN (MINISTRO DO STJ)** - Eu não sou tão
466antigo assim.

467

468

469**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA)** - É sim.
470Ele é tombado pelo patrimônio. Eu me lembro que eu comecei a carreira e já
471ouvia falar dele. [risos]. De qualquer maneira, para descontrair aqui. A grande
472verdade é que nós temos um momento interessantíssimo do ponto de vista
473político no Brasil, porque nós vamos para o rumo do futuro, discutindo a
474economia verde, erradicação de pobreza e o mundo demandando
475fortalecimento da governança ambiental, e nós temos um debate de alguns
476segmentos no Brasil em torno do retrocesso da política ambiental e da
477legislação ambiental, isso são as contradições da nossa democracia, que são
478todas legítimas, eu não vejo nenhum problema de fazê-lo, mas é importante
479que a gente lide com as criações como oportunidades, e não possamos admitir
480aquilo que o ministro Herman Benjamin chama que é a interdição do
481retrocesso.

482

483

484**O SR. ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN (MINISTRO DO STJ)** - Proibição do
485retrocesso.

486

487

488**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (MINISTRA DO MMA)** -
489Proibição de retrocesso, princípio da proibição do retrocesso. E que ontem ele
490estava em São Paulo explicando como é que, na realidade, as sociedades
491avançam com a questão do desenvolvimento e com a questão ambiental como
492condicionante desse processo de desenvolvimento. O debate que hoje se
493coloca em torno das questões ambientais e natureza política, esse debate vai
494além do código florestal, o código florestal é o que está em evidência, e acho

495que o CONAMA deve, sim, refletir e debater sobre os processos que estão em
496curso hoje no Senado Federal e depois que voltarão à Câmara dos Deputados.
497É importante uma reflexão por parte dos setores que estão representados no
498CONAMA para vocês entenderem uma coisa muito simples, uma vez aprovada
499a lei o quão exequível ela será e qual é a segurança jurídica que essa lei dará
500para a população brasileira, para o investidor, para o produtor e para o gestor
501ambiental, e eu estou olhando aqui o secretário do Ceará, o subsecretário de
502São Paulo, eles sabem, na pele, o que significa aplicar a lei no dia a dia na
503esfera estadual, e vejam se o que está em discussão hoje tem condições de
504dar essa tranquilidade e aplicação à lei para que possamos ser justos. Então o
505primeiro passo, o que está em evidência é o código florestal, mas tem muito
506mais coisas que estão colocadas hoje na política ambiental no Brasil e que
507estão em curso, desde a política nacional de mudanças climáticas e um desafio
508excepcional que nós temos que é conciliar as políticas, a política federal, a
509política nacional com as políticas estaduais, chamo atenção aqui, muitos
510Estados fizeram as sua suas políticas estaduais corretamente, mas não
511necessariamente guardam coerência com o que está estabelecido em lei,
512votado no parlamento pela política nacional. Então, chamo atenção que a
513responsabilidade de implementar é dos gestores ambientais, as dificuldades
514baterão à porta dos gestores ambientais, e aí é um dever de casa que tem que
515ser feito, embora não será ele por nós, necessariamente tenha sido provocado
516e desenhado exclusivamente por nós. Se a gente for para a questão de
517químicos, esse conselho se debruçou, e aqui vale destacar, sim, a importância
518do Brasil ser um dos países líderes em toda a questão de gestão de químico,
519substâncias químicas no planeta em todas as convenções das Nações Unidas,
520e são as regras do CONAMA que dão esse protagonismo ao Brasil e ao
521governo brasileiro, não há um evento de químicos que o Brasil não seja
522reconhecido na sua liderança, pena que a sociedade brasileira não
523compreende que hoje o país é o quinto país da indústria química no planeta e é
524o país que mais consome agrotóxico no mundo, e não entenda o que isso
525significa, Alessandra, para o dia a dia da saúde do agricultor brasileiro que lida
526hoje com a situação inaceitável de contrabando de produtos que foram banidos
527pelo país, mas que estão sendo aplicados irregularmente, e nós fazendo
528fiscalização nas fronteiras brasileiras para conter esse crime, e as regras desse
529conselho colocam que o conselho estabeleceu, colocam o Brasil na liderança
530do debate mundial sobre substâncias químicas para uma indústria que é a
531quinta do mundo, então faz sentido nós termos regras modernas, competitivas
532que fortalecem a indústria e que faz com que a indústria traga novos produtos
533menos tóxicos e que seja mais competitivo e evite isso que está acontecendo
534hoje, ainda acontece em situações no Brasil, de uso de agrotóxicos que está, é
535tão séria a situação, senhores, é tão séria que na Marcha das Margaridas que
536aconteceu agora em agosto em Brasília, com 70 mil mulheres do movimento da
537agricultura familiar, esse é um dos principais pontos de pauta de negociação
538política, as pessoas, no campo, estão pedindo: por favor, parem com isso! E
539isso não é objeto de debate em relação ao código florestal em relação ao uso
540da terra, por que será? Reflitam sobre isso, mas esse conselho debate e esse
541conselho vai buscar as soluções junto com os movimentos sociais para que a
542gente tenha uma norma naquilo que puder aperfeiçoar nós vamos aperfeiçoar.
543Vai além da indústria química, vai para as cidades brasileiras num país que é
544eminentemente urbano, que todo mundo discute com elegância conservadora,

545tradicional, excepcional o problema da Amazônia, mas poucos discutem o que
546está acontecendo em termos de meio ambiente nas nossas cidades, e mesmo
547a expansão urbana na Amazônia, que tem hoje 25 milhões de pessoas que
548vivem em cidades, e que tem uma demanda crescente de mudança de
549ocupação do território, não só associada à questão da cultura, mas associada
550ao vetor de urbanização e de infraestrutura. E que requer um diálogo de uma
551maneira diferenciada com os Estados daquela região e com a sociedade
552daquela região. Ou nós vamos continuar modulando a partir do sul maravilha?
553E este conselho sempre recepcionou as diferenças entre as regiões. Às vezes
554as resoluções deram dois anos, porque está se debatendo as especificidades
555que cabem nas nossas diferenças regionais, isso é o Brasil. Se você vai para o
556desafio da política nacional de resíduos sólidos, vem aí. Quando é que é? É a
557semana que vem? Essa semana que lança, amanhã entra em consulta a
558primeira proposta, a versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos,
559e aí eu recebi aqui do Estado de Pernambuco o mapa estadual de resíduos
560sólidos, super bem feito, eu quero um mapa desses para o Brasil, uma coisa de
561a gente poder entender Estado a Estado o que é que está acontecendo. Esse
562mecanismo de consulta, de transparência, de buscar entendimento é um
563mecanismo que tem origem aqui neste conselho, antes de outras práticas
564políticas, foi esse o conselho, que desde o início, tornou disponível qualquer
565resolução antes de ser votada para debate, para opinião, nem os grupos de
566trabalho, e nunca se negou em nenhum grupo de trabalho que tivesse
567participação de pessoas que não fossem conselheiros, você pode convidar,
568aliás, são abertos os grupos, você não precisa ter botton nenhum para entrar
569num grupo de trabalho do CONAMA, ao contrário, e você pode opinar via
570Internet, ver tudo que está em debate em resoluções do CONAMA. Então, vai a
571política nacional de resíduos sólidos, vem aí com um debate extenso e que vai
572derivar num conjunto de demandas de normas, que este conselho vai ter que
573recepcionar porque ele trabalha a realidade dos Estados e dos municípios, e
574isso vai além do licenciamento. Vem o debate aí de qualidade do ar que eu já
575provoquei esse conselho, as regras são de 1990, vem a discussão sobre a
576questão de risco ambiental, não só para a questão da indústria de petróleo,
577mas para a indústria química. Cadê os novos instrumentos de avaliação de
578risco? Cadê os novos instrumentos de avaliação de impacto? Cadê o debate
579sobre a integração desse instrumento zoneamento e avaliações de impacto?
580Cadê o debate sobre modernização daquilo que significa aprimorar o
581licenciamento ambiental? Esse conselho foi absolutamente ousado em 97, e
582espero que seja muito ousado a partir de hoje. Ousadia e pragmatismo são
583duas palavrinhas que tem que usar, andar juntas, pé no chão e uma visão
584estratégica de desenvolvimento do país, o país caminha a passos largos para
585uma questão social, de relevância em desenvolvimento social com a
586erradicação da pobreza, e a passos largos para consolidar a sua economia.
587Quais são os passos largos da questão ambiental desse processo? E está aí o
588desenho do que está sendo modelado que é o desenho de Rio+20 sugerindo
589um caminho para a economia verde que é um conceito elástico, é um conceito
590que nós vamos ter de debater, o que é que significa isso para um país feito o
591Brasil, e traz, do outro lado a erradicação de pobreza, e quando eu falo de
592erradicação de pobreza coloco concretamente a situação do próprio programa
593Brasil Sem Miséria e que a Presidente da República não admitiu que nós não
594tivéssemos um traço da questão ambiental dentro do Brasil Sem Miséria, está

595lá o Bolsa Verde primeira iniciativa que você concilia renda para as pessoas
596que vivem nas florestas. E isso significa também um caráter inovador que o
597Brasil tem, compara se outros países do mundo fazem isso. Ou é porque não
598fazem lá a gente não vai fazer aqui? Não, Herman, esse caminho do Bolsa
599Verde já está sendo debatido por outros países, pessoas estão perguntando no
600Congo e etc. de como avançarmos com esses mecanismos de políticas sociais
601e políticas ambientais. Porque o Brasil anda, nós temos condições de inovar
602cada vez mais. O desafio é imenso, mas eu acho que é pequeno para o
603CONAMA, tamanha a sua magnitude, acho que, na realidade, o CONAMA
604deve participar, cada vez mais, da integração com outros fóruns, acho que isso
605é uma questão que precisa ser aprimorada, exatamente por ele ter dado início
606ao processo, ele é de uma responsabilidade ímpar de saber dialogar agora
607com todos esses conselho que estão criados, desde o Conselho Nacional de
608Recurso Hídricos, aí eu pedi ao Francisco Gaetani que fizesse uma melhor
609coordenação na Secretaria-Executiva, nós mudássemos o status institucional
610de interlocução política do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e a
611coordenação passa a ser feita pela Secretaria-Executiva do Ministério para
612facilitar o diálogo entre os dois conselhos, mas também o fórum de inter-
613conselhos que é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da
614República e que agora em outubro vai fazer uma reunião, e esse fórum inter-
615conselhos é o fórum que reúne exatamente as diferenças das várias posições
616que estão sendo debatidas pela sociedade brasileira. Então, de fato, fica aqui
617esse protagonismo, as pessoas estão pedindo que o CONAMA participe. Onde
618está o CONAMA? Onde está essa formulação? Na área ambiental não há
619carência de espaços, há, na realidade, necessidade de novos espaços, não
620carência, necessidade de nós nos qualificamos para novos debates, e mais do
621que isso, acho que este conselho tem uma responsabilidade enorme de fazer,
622mostrar aquilo que nós vamos trabalhar duramente para ter na Rio+20 que é o
623diálogo entre o governo, a sociedade e o setor produtivo, a Rio+20 nós
624estamos modulando, o Governo Brasileiro está fazendo uma proposta de
625modelagem de interlocução dentro do multilateralismo das Nações Unidas em
626que você vai colocar os três pilares: sociedade, setor produtivo e governo num
627diálogo formal dentro da conferência, isso é uma inovação do ponto de vista de
628multilateralismo, isso é o que o CONAMA faz há 30 anos. Olha como é que há
629uma distância enorme, nós queremos inovar no multilateralismo nas Nações
630Unidas na Rio+20 aquilo que nós já praticamos aqui há 30 anos. Façam uma
631reflexão sobre a importância desse Conselho, não com o olhar míope dos
632interesses pequenos de curto prazo, esse Conselho deve ter o olhar
633estratégico, abrangente do tamanho da sociedade brasileira e das ambições do
634Brasil, que não são pequenas, pelo contrário, são ambições do tamanho do
635povo brasileiro. Então, trabalhem muito, minhas representações, estou louca
636para assinar várias resoluções, não é isso Herman? E acho que,
637particularmente, tem aqui uma situação que eu gosto muito de sempre
638enfatizar, esse Conselho não é espaço de retrocessos, é um espaço para
639avanços e para uma abordagem estratégica sobre o desenvolvimento, e isso
640está refletido nas inquietações e nas provocações de cada conselheiro, mesmo
641dos mais conservadores. Temos que aprender a ouvir e dialogar, mas nunca
642enfraquecer o CONAMA, pelo contrário, a força do CONAMA vem dos seus
643conselheiros, vem da ética, da hignidade de caráter dos seus conselheiros e do
644seu compromisso com o desenvolvimento do país, um desenvolvimento

645sustentável que não é nada intangível, algo longe, algo que você não possa
646alcançar, está no dia a dia de cada um, basta ver o que significa o desafio
647dessa nova classe média brasileira em torno da produção e do consumo
648sustentáveis. Só prestarem atenção nisso, se vocês se dedicarem um
649pouquinho, façam um debate aqui sobre a nova classe média brasileira,
650chamem, convidem as pessoas que estão debatendo a nova classe média
651brasileira, vocês vão enxergar o que é que a agenda ambiental que o Brasil
652está pedindo. E essa agenda passa pela sustentabilidade, passa por
653sustentabilidade como um valor dessa nova classe média brasileira, não
654precisa chamar sustentabilidade, basta falar ação por inclusão social, inclusão
655ambiental, você vai ver um bando de gente querendo fazer, porque eu estou
656fazendo isso pelo país, e eu estou conversando com a nova classe média em
657todos os seus segmentos, e todos na hora que você fala de lixo, você fala de
658qualidade de ter água, você ter esgoto, você ter acesso a produtos mais,
659ambientalmente mais limpos, todo mundo tem interesse nisso, todos, então
660traduzam a nossa pauta para o dia a dia do brasileiro, porque o Brasil quer o
661CONAMA, o brasileiro quer o CONAMA, e o CONAMA é do tamanho da
662grandeza dos seus conselheiros e da generosidade e da sua cumplicidade com
663o desenvolvimento sustentável. Então, trabalhem muito, e é com muita honra
664que eu 30 anos depois, 30 não, 27, cheguei depois um pouquinho, mas 27
665anos depois de entrar no CONAMA eu lidero hoje, presido e, Herman, é
666realmente, são duas coisas importantes, eu fiz parte, faço parte do CONAMA,
667agora como presidente, e fui membro inicial três vezes do Fundo Nacional de
668Meio Ambiente, então acho que essas experiências que o Brasil inova para o
669planeta, lá fora todos cumprimentam a gente e dão os parabéns, aqui as
670pessoas fazem questão de criticar para o ruim. Aprendam ver o Brasil de outro
671jeito, o Brasil mudou, senhores, os mais conservadores corram que o Brasil
672mudou, e a sociedade brasileira não está mais para esse discurso anacrônico,
673extemporâneo e que afasta as pessoas daquilo que são os interesses, e meio
674ambiente faz parte do conjunto de valores da sociedade brasileira e do bem-
675estar. Respeitemos as pessoas com as suas diferenças de opinião, mas vamos
676enxergar o Brasil do jeito que ele é e por onde ele caminha, e não um Brasil
677que é absolutamente, já não existe mais, mesmo o Brasil mais conservador, o
678parlamento aprovou este conselho. Então, olhem, visitem o Brasil, eu acabei de
679chegar de Chapecó, e quando eu falo do CONAMA eu fui aplaudida de pé, e o
680público era agricultura, não era indústria, e fui aplaudida de pé pelos
681agricultores. Então, é a questão de nós aprendermos a colocar o Brasil aqui
682dentro, termos o Brasil aqui dentro, porque o CONAMA é um conselho do
683Brasil. Obrigada.

684

685

686**MESTRE DE CERIMÔNIA** - Senhoras e senhores, com a devida autorização
687está encerrada esta cerimônia. Convidamos a todos para participarem de um
688café que será servido na saída deste auditório, com duração de 30 minutos,
689logo após retornaremos para esta sala para darmos início à reunião plenária do
690CONAMA. Agradecemos a presença de todos, e desejamos um ótimo dia. 10h
69132.

692

693

694(*Intervalo*)

695

696

697O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Bom, 698pessoal, vamos começar a nossa reunião. Nós temos uma longa agenda, 699emocionante agenda. Já passamos o nosso primeiro ponto da reunião, da 700pauta da 103ª Reunião Ordinária, o segundo ponto é a votação da ata, da 701transcrição da ata da Reunião Ordinária de 25 e 26 de maio. Aqueles que não 702tiverem nenhuma observação, permaneçam como estão, os que tiverem 703alguma sugestão de retificação, de reorientação, por favor, se manifestem. 704Está aprovada a ata, então da reunião passada. Terceiro tópico, apresentação 705de novos conselheiros.

706

707

708A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do 709**DCONAMA)** – Temos aqui, Secretário... Bom dia a todos. Alguns novos 710conselheiros Comando da Marinha o Coronel e Tenente Ricardo Ferreira 711Gomes dos Santos, Coronel e Tenente Jorge André Pigatto Gerber, pelo 712Comando da Marinha Capitão de Mar e Guerra Carlos Frederico Simões 713Serafim, e Capitão de Fragata Fábio da Silva Andrade; pelo IBAMA, Márcio 714Rosa Rodrigues de Freitas; Ministério das Relações Exteriores, Túlio César de 715Alvim Andrade; Ministério do Turismo, Ricardo Martini e Sáskia Freire Lima; 716Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Cláudio Ney do 717Nascimento; Estado do Amapá, Greiton Tavares Toledo; Bahia, Júlio César 718Rocha Mota; Espírito Santo, Robson Monteiro dos Santos; Mato Grosso, 719Vicente Falcão de Arruda Filho; Rio de Janeiro, Marilene de Oliveira Ramos 720Múria dos Santos; Rondônia, Francisco Sales Oliveira dos Santos. Pela 721entidade ambientalista da região Cento-Oeste, como suplente da Ecodata, 722Elisa Maria Lima Meireles, e pela CNT, suplente Vinicius Ladeira Marques de 723Souza. Bem-vindos aos novos conselheiros do CONAMA.

724

725

726O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Uma salva 727de palmas para dar as boas-vindas aos nossos novos colegas aí. É bom que 728os nossos novos conselheiros já vão chegar a uma reunião emocionante.

729

730

731A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do 732**DCONAMA)** – Chegaram bem.

733

734

735O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Chegaram 736bem, vão entrar com o pé direito. Quarto ponto indicação de representante de 737organização da sociedade civil de âmbito nacional, indicada pelo CONAMA 738para o Fundo Nacional de Meio Ambiente nos termos do art. 4º, inciso X do 739Decreto 3.524 de 26 de junho de 2000 que regulamenta a Lei 7.797 de 10 de 740julho de 89.

741

742

743A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do 744**DCONAMA)** – Então aqui nós temos o CONAMA, o colegiado tem que indicar

745um conselheiro titular e suplente para essa vaga do Fundo Nacional de Meio
746Ambiente, então o requisito legal seria uma entidade da sociedade civil de
747âmbito nacional, é só isso que o Decreto prevê. E já inscrito nós temos o
748Donizete da Ecodata.

749

750

751**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Bom dia, senhoras e
752senhores conselheiros. Eu gostaria de sugerir, Sr. Presidente, que a sociedade
753civil, hoje na hora do intervalo do almoço pudéssemos ter uma reunião com
754todos os representantes aqui para que a gente pudesse fazer essa indicação
755formalmente. Então sendo assim, a gente pediria que o ponto de pauta seja
756tratado a posterior.

757

758

759**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Alguma
760rejeição à proposta? Aprovada a proposta.

761

762

763**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Sendo assim, Sr.
764Presidente, eu gostaria então de convidar a todos, ao encerramento da sessão
765para o almoço, que toda a sociedade civil, inclusive, os representantes aqui das
766confederação, da classe empresarial, toda a sociedade civil ficasse aqui por
767mais cinco minutos, pelo menos, para que a gente dê o encaminhamento
768dessa proposta.

769

770

771**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Ok.

772

773

774**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
775**DCONAMA)** – Secretário, nós temos ainda uma explicação sobre a pauta, que
776os senhores receberam dessa vez, um pouco diferente do habitual. Nós
777estamos fazendo três volumes, exatamente no esforço de racionalidade dessa
778pauta que era muito grande. O primeiro volume tem a pauta em si e regimento
779interno, minuta como saída da CTAJ, os dois pareceres de pedido de vista,
780FBCN e Governo de Minas. Um segundo volume com as versões que serão
781explicadas mais tarde, e um terceiro volume para caso, nesta pauta, se entre
782no ponto de restinga, caso a gente não chegue nesse segundo ponto de pauta,
783nós guardaremos e mudaremos só a folha de rosto, já é uma tentativa de
784racionalidade da quantidade de papel que a gente imprime a cada plenária.

785

786

787**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós temos
788agora a tribuna livre. Pediria apenas a todos que fossem se manifestar
789procurassem ser o mais objetivo possível, uma vez que nós temos uma agenda
790carregada pela frente.

791

792

793**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
794**DCONAMA)** – Já inscritos, e aí eu abro para novas inscrições, Ronaldo da

795Ponto Terra, Francisco Soares, Daniel Barreto da Bioeste e Bocuhy - Proam,
796Donizete, Alessandra, Mauro. Oito inscritos já, então podemos começar.

797

798

799**O SR. RONALDO (PONTO TERRA)** - Bom dia a todas e a todos. Saudações à
800mesa. Palavras rápidas. Represento aqui a entidade ambientalista Ponto Terra
801lá de Belo Horizonte, Minas Gerais que convive há onze anos com a questão
802ambiental, e pela segunda vez ocupo por eleição das congêneres da região
803Sudeste do Brasil um lugar aqui no CONAMA. Queria comentar rapidamente e
804agradecer por termos realizado no dia 29 de agosto, segunda-feira agora, um
805evento no CREA, Minas Gerais, um evento da Ponto Terra para comemorar e
806refletir sobre os 30 anos do CONAMA. Nós tivemos lá, Sr. Secretário-Executivo
807Dr. Francisco Gaetani, alguns companheiros e companheiras que aqui estão,
808inclusive, V. Sa., queria parabenizar pela fala, o Augusto e o Horta da
809Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de
810Minas Gerais, José Cláudio Junqueira da FEAM, Bruno Manzolini da
811Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, nos deu o prazer da sua
812presença, Maurício Andrés da ANA, Célia Rennó da ABES, recém-empossada,
813nossa nova presidenta da ABES-MG, a Kátia Perobelli da ANAMMA,
814Associação Nacional dos Órgãos Ambientais de Meio Ambiente, e também eu.
815Então, nós éramos, Sr. Presidente, oito pessoas do plenário do COMAM, do
816COPAM, do CONAMA, me corrigindo duas vezes, de 103, 104 pessoas. Então
817como nós gostamos muito de estatística, estavam lá presentes 8% desse
818plenário. Eu quero agradecer a cada pessoa que esteve lá participando do
819evento, uma discussão muito interessante, comemorando os 30 anos do
820CONAMA, mas com algumas palavras também de reflexão. E é exatamente
821com a Kátia Perobelli que representou lá a ANAMMA a questão ambiental que
822eu quero terminar a minha fala ao lado da comemoração dos 30 anos, uma
823questão de reflexão. Nós estamos nessa questão ambiental há alguns anos e a
824gente tem que conhecer. Parabéns ao CONAMA, a sua fase de maturidade,
825está consolidado, tomara que cresça cada vez mais. Mas o SISNAMA, na
826verdade, não funciona. Se perguntarmos a um aluno nosso do curso de
827engenharia ambiental o que é que é SISNAMA, muitos não vão saber o que é,
828se perguntarmos a qualquer pessoa que passa pela rua o que é que é o SUS,
829todas as pessoas vão saber o que é o SUS. Então, eu quero chamar atenção
830desse plenário, com todo respeito, da questão do SISNAMA, porque, na
831verdade, ele existe no papel, mas na prática não existe. E aí volto à questão
832municipal, prezado Mauro Buarque que preside a ANAMMA, temos que
833fortalecer cada vez mais esse ente federativo, a questão ambiental desse ente
834federativo. Fui secretário, Sr. Secretário-Executivo do município de Belo
835Horizonte, tida como uma grande cidade, convidado pelo prefeito, meu amigo,
836mas, na verdade, de uma maneira geral as prefeituras, os prefeitos não dão
837apoio à gestão pública municipal de meio ambiente em suas cidades. Eu queria
838refletir isso com os senhores, com as senhoras, ao mesmo tempo, de
839comemorar o CONAMA chamar atenção do SISNAMA. E para terminar ano
840que vem eleições municipais, vamos cobrar dos candidatos e das candidatas,
841ao prefeito, principalmente, que coloque recursos financeiros para o Sistema
842Municipal de Meio Ambiente, porque como ensinava o grande Hugo Werneck,
843mineiro de boa cepa, grande ambientalista: “meio ambiente é bom, mas precisa
844de recursos financeiros”. A minha palavra então de preocupação com o

845SISNAMA principalmente, Mauro, com ente federativo município que precisa
846ser prestigiado.

847

848

849A SR^a. **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO** (Diretora do
850**DCONAMA**) – Francisco Soares.

851

852

853**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Rodrigues
854Soares, Fundação Rio Parnaíba, ONG do Nordeste. Secretário, trago ao
855conhecimento de V. Exa. e aos demais conselheiros do plenário aqui presente,
856ainda é a questão da Serra Vermelha. A Serra Vermelha acho que está dando
857problema para todo mundo, os ambientalistas todos hoje estão ameaçados,
858toda vez que o assunto é falado em Serra Vermelha. Mas o Instituto Chico
859Mendes ampliou o Parque Nacional da Serra das Confusões e deixou uma
860área muito grande, uma área chamada de 114 mil hectares que foi grilada para
861fim de exploração de carvoaria, e a polícia federal e o Ministério da Justiça,
862recentemente constatou que essa área é área pública e foi grilada, até está
863sendo objeto de uma moção que nós estamos pedindo que o Ministério do
864Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes façam uma revisão daquela área da
865Serra Vermelha que era para virar um parque e foi priorizado para carvoaria do
866sul do Piauí. Então, essa aqui está a matéria e que, lamentavelmente,
867precipitadamente o Chico Mendes deixou de fora para privilegiar um grupo de
868carvoaria. Então, nós gostaríamos que o Ministério do Meio Ambiente fizesse
869uma revisão da área, até porque o Ministério e o Chico Mendes aprovou uma
870indenização milionária, de 150 milhões de hectares, não, de 150 milhões de
871reais por 300 mil hectares, cujas terras não existe titularidade delas, são
872ocupadas por grileiros, são exploradas por predadores que exploram dessa
873forma. Então, é preciso que reveja o processo da ampliação da Serra das
874Confusões, porque o Ministério e o Chico Mendes não comprou nada, porque
875não existe título de propriedade dessas terras. Vai pagar pelo que não viu e
876pelo não recebeu. Então, que faça uma revisão.enquanto há tempo. Vou
877entregar às mãos do senhor, a V. Exa., a matéria publicada no jornal. Inclusive,
878a Polícia Federal chegou a fazer cruzamento de telefone e constata a presença
879de agentes públicos nesse processo todo.

880

881

882A SR^a. **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO** (Diretora do
883**DCONAMA**) – Bioeste, Daniel Barreto.

884

885

886**O SR. DANIEL MELLO BARRETO (BIOESTE)** - Meu nome é Daniel Mello
887Barreto, do Instituto Bioeste que representa as ONGs ambientais do Nordeste
888brasileiro. Bom dia a todos, a todos os presentes e também as pessoas que
889estão acompanhando essa plenária via Internet. Primeiramente o Instituto
890Bioeste em nome de todas as ONG ambientais do Nordeste, gostaria de
891parabenizar tanto a atual ministra, como também todos os ex-ministros de meio
892ambiente e todos os conselheiros que passaram por aqui pelos trabalhos
893desenvolvidos ao longo desses 30 anos de existência desse conselho. Apesar
894desse clima de festa e dos debates que teríamos ao longo desses dois dias de

895reunião, venho reivindicar mais apoio da Secretaria-Executiva para o
896fortalecimento da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e
897Agenda 21, tendo como foco a Rio+20. Para que isso aconteça é necessária a
898atualização da Agenda 21 brasileira e que a mesma seja contemplada por
899inteira no PPA nacional. É de suma importância que neste momento os
900Ministérios do Meio Ambiente e Planejamento unam esforços para a realização
901de um seminário nacional sobre a Agenda 21, visando aprofundar a análise do
902documento atual e as sugestões para atualização do mesmo. Tal evento seria
903de suma importância que acontecesse antes da Rio+20. É interessante
904também que a Comissão de Política para o Desenvolvimento Sustentável e
905Agenda 21 tenha um foco de ação, para assim ter mais acesso e mais
906visibilidade, sendo mais tangível os seus resultados. Para finalizar eu gostaria
907de lembrar à plenária que 2011 é o ano internacional das florestas, e que,
908paralelamente, a isso no dia 11 de setembro o Brasil comemora o Dia Nacional
909do Cerrado, bioma esse de rica biodiversidade. Estudos realizados registram
910mais de 159 espécies de mamíferos, 837 aves, 180 répteis, 150 anfíbios, 1200
911peixes, 67 mil invertebrados e mais de 12 mil espécies de plantas, com essas
912estimativas vê-se a importância do cerrado em decorrência da sua diversidade
913biológica, porém, a expansão agrícola e da pecuária vem crescendo de forma
914desordenada, principalmente na região Nordeste, provocando, assim, a
915diminuição da biodiversidade e possível desequilíbrios ambientais. Peço que
916todos dessa plenária reflitam sobre essas questões, chegando agora o Dia
917Nacional do Cerrado. Obrigado.

918

919

920**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
921**DCONAMA) – Bocuhy.**

922

923

924**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) -** Bom dia a todos,
925Srs. Conselheiros. Eu queria trazer duas preocupações. A primeira delas se
926refere aos padrões de qualidade do ar, do Brasil, hoje defasados em 20 anos
927em território nacional, e a grave situação que assola as nossas regiões
928saturadas e em posição atmosférica, especial a região metropolitana de São
929Paulo onde morrem 20 pessoas por dia no período de inverno, período de
930[ininteligível] devido a problemas respiratórios e cardiovasculares. Então, é um
931apelo para que o CONAMA se lance imediatamente na perspectiva de
932contextualização dos padrões de qualidade do ar, de acordo com os valores e
933indicadores da Organização Mundial de Saúde que estão defasados em 20
934anos. Eu acho um absurdo que a gente não tenha tido a oportunidade ainda de
935fazer essa discussão no sentido de avançarmos de acordo com a melhor
936tecnologia e o melhor conhecimento científico e etc. A segunda questão é a
937nossa manifestação à Presidência da República, manifestando a intensa
938preocupação de que o Brasil frente à Conferência Rio+20 possa, a perda de
939alguns instrumentos de proteção ambiental, a exemplo da fragilização do
940Código Florestal Brasileiro, que o Brasil venha a perder posição de liderança
941junto à comunidade internacional, nesse momento em que o Brasil é anfitrião
942dessa conferência. Então, nós entendemos que se houvesse hoje no Brasil, se
943o Brasil estivesse às vésperas de sediar uma conferência que tratasse
944tematicamente de questões de democracia ou tematicamente de questões

945econômicas, e o Brasil fragilizasse os seus instrumentos democráticos ou seus
946instrumentos econômicos, certamente isso seria para o Brasil um verdadeiro
947desastre institucional, um verdadeiro desastre diplomático. Então, nesse
948sentido nós estamos angariando assinaturas dos membros do CONAMA,
949manifestando essa preocupação à Presidência da República, para que o Brasil
950não venha, neste momento, a cometer algum, eu diria algum ato irresponsável
951com relação ao seu patrimônio ambiental público, e que nos levasse a essa
952perda frente à comunidade internacional, destacando que o Brasil em função
953do desaparecimento de outras lideranças no cenário internacional com relação
954ao meio ambiente, o Brasil é hoje o país emergente e certamente se constituirá
955não só possuidor da maior riqueza ambiental do planeta, mas também da maior
956liderança planetária na área de meio ambiente. Obrigado.

957

958

959**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
960**DCONAMA) – Donizete.**

961

962

963**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA) –** Senhoras e senhores
964conselheiros, já foi falado aqui nessa tribuna que no dia 11 de setembro
965comemoramos o Dia do Cerrado, entretanto, volto, mais uma vez, aqui para
966dizer a todos nós que o cerrado com toda essa biodiversidade que foi apontada
967aqui já, ele também é responsável pela poluição de 94% da água da bacia do
968rio São Francisco, 80% da água da bacia do Tocantins Araguaia, mais de
969100% da água da bacia do Parnaíba, porque a quantidade de água que sai do
970cerrado é superior à quantidade de água que o rio Parnaíba deságua no
971oceano, mais de 75% das águas do rio Paraná, e ainda o cerrado não é
972considerado um patrimônio nacional. Apesar de estarmos aqui diante de uma
973fotografia de uma pessoa colhendo aqui o capim dourado, homenageando o
974cerrado nos 30 anos do Conselho Nacional do Meio Ambiente, e apesar
975também de já termos aprovado moções aqui dizendo que toda vez que uma
976autoridade do Ministério do Meio Ambiente cite os demais biomas, também cite
977o cerrado, nós tivemos essa situação hoje aqui que o cerrado não foi citado
978pelo discurso da ministra. Nós precisamos falar mais do cerrado, nós todos do
979Brasil, bebemos a água do cerrado, nós todos do Brasil dependemos do
980cerrado para a sua alimentação e para a sua riqueza da biodiversidade. É
981importante refletirmos nesse dia 11 de setembro, fazer com que as políticas
982públicas sejam também voltadas para a preservação da biodiversidade do
983cerrado, não é só a imagem que nos basta, é preciso ação, como foi dito, é
984preciso agir, é preciso criar novas unidades de conservação no cerrado, há
985mais de dez anos não se cria unidades de conservação no cerrado de proteção
986integral, não se cria unidades de conservação para garantir essa rica
987biodiversidade, apesar da riqueza que dispomos no cerrado, mas estamos
988hoje, a nossa economia fixada em meia dúzia de culturas com mais de 12 mil
989espécies de plantas do cerrado. Hoje temos mais de 300 espécies de plantas
990do cerrado que podem ser utilizadas já com a viabilidade econômica
991assegurada para fabricação de alimentos, condimentos, sorvetes, bolos, pães e
992etc., e, infelizmente, nós não utilizamos isso no dia-a-dia, nós não temos uma
993educação para o consumo consciente dos produtos da nossa biodiversidade.
994Faço um apelo a todos vocês que vivem em Brasília, gente do governo, de

995 todos os Ministérios aqui presentes, de todos os três Estados, onde o Estado
996 ou cerrado tenha a sua região de abrangência, que destinem ações para a
997 conservação desse bioma que é o maior bioma totalmente brasileiro, que é o
998 bioma que nos abastece de água a todo o povo brasileiro. Viva dia 11 de
999 setembro! Viva o dia do cerrado!

1000

1001

1002 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1003 **DCONAMA) – Alessandra.**

1004

1005

1006 **A SR^a. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS (CONTAG) –** Queria aqui só
1007 aproveitar esse momento e fazer um apelo também ao CONAMA para que nós
1008 todos possamos estar encampados conjuntamente na campanha nacional
1009 contra os agrotóxicos no Brasil, existe uma campanha, inclusive, que está
1010 sendo lidada pelas organizações, por várias organizações da sociedade civil e
1011 queremos principalmente dialogar com a sociedade brasileira no sentido de
1012 parar e analisar o que é que tem chegado à sua mesa, o que é que você está,
1013 do que é que você está se alimentando, e a agricultura familiar como umas das
1014 responsáveis por 70% do alimento que vai para a mesa dos brasileiros, e
1015 estamos também nessa luta conjuntamente que não é uma tarefa sozinha, é
1016 uma tarefa que precisa, inclusive, ser encapada pelas políticas públicas, por
1017 toda a sociedade no sentido de que nós possamos mais do que uma questão
1018 de segurança alimentar no nosso país, uma questão de responsabilidade
1019 ambiental, uma questão, inclusive, que coloca ônus, e nós sabemos
1020 preocupantíssimos, principalmente ao custo que isso, inclusive, fica onerado na
1021 saúde do nosso país. Então, nós queríamos aqui, inclusive, solicitar, fazer aqui
1022 uma indicação de que na próxima reunião do CONAMA nós pudéssemos
1023 assistir o filme que, inclusive, do Sílvio Tandler que está... Acredito que vários
1024 aqui já devam ter assistido, vários que eu conversei no intervalo disseram que
1025 não viram ainda, quem sabe na próxima reunião do CONAMA nós assistirmos
1026 juntos, o filme: O Veneno está na Mesa, o Sílvio Tandler que, inclusive traz
1027 muitas reflexões para nós, e acredito, inclusive, possa nos contribuir também
1028 para pensar alguma ação conjunta nesse grande debate em nível nacional com
1029 relação ao combate aos agrotóxicos no Brasil. Obrigada.

1030

1031

1032 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1033 **DCONAMA) – Alessandra,** eu só peço que você nos encaminhe para que a
1034 gente possa avaliar isso para a próxima plenária. Mauro Buarque é o próximo
1035 inscrito.

1036

1037

1038 **O SR. MAURO BUARQUE (ANAMMA) –** Mauro Buarque da ANAMMA. Eu não
1039 podia iniciar essa minha rápida tribuna livre agradecendo as palavras do
1040 Ronaldo, que já foi integrante da ANAMMA. E nesses 30 anos de CONAMA
1041 que também são 30 anos do SISNAMA, já que todos vieram da mesma lei, a
1042 falta de percepção da população do que, de fato, é o SISNAMA é exatamente
1043 porque os municípios ainda não foram, de uma vez por todas, incluídos nesse
1044 processo. Então, já várias vezes eu me refiro aos vários ministros que aqui já

1045passaram, que assim como na década de 80 e 90 os Estados tiveram seu
1046PNMA e puderam se estruturar, acho que a vez agora é de um PNMA para os
1047municípios que a gente possa, de fato, estruturar os municípios e trazer a real,
1048aliás, poder imprimir a real capilaridade do SISNAMA no Brasil todo, porque é
1049lá que a população vive, que a população vai perceber a importância da política
1050ambiental no nível local. Mas eu quero, na verdade, usar esse espaço para
1051convidar a todos os conselheiros agora entre os dias 26 e 28 de setembro, a
1052ANAMMA está realizando o seu 21º Encontro Nacional que vai se realizar em
1053Sorocaba, no Estado de São Paulo. Queria fazer aqui um apelo especial aos
1054secretários de Estado, de todos os Estados do Brasil, hoje nós vamos estar na
1055reunião da ABEMA para entregar um convite a cada secretário para que eles
1056possam ajudar a ANAMMA a mobilizar as caravanas dos Estados para
1057participar de um espaço, eu diria, que vai muito além da simples realização de
1058mesas redondas, mas é uma capacitação prática intensiva de assuntos que
1059estão no dia a dia do gestor ambiental como a política nacional de resíduos,
1060vamos ter um dia inteiro dedicado a isso. Eu tenho dito sempre que em 2014 o
1061mundo se acaba, porque tudo vai acontecer em 2014, então em 2012 a gente
1062tem metas colocadas para os municípios nessa área de política, então 2014, e
1063como foi dito aqui também, para o ano a gente tem pleito municipal, se os
1064prefeitos souberem das encomendas, eu tive em outro encontro que participei,
1065de relacionar as obrigações que o gestor municipal está hoje colocado, então
1066vai desde o seu plano de defesa civil, de habitação, de esgotamento sanitário,
1067de saneamento, de tudo que acontecer ele tem prazo para entregar, e acho
1068que os candidatos souberem dessas encomendas e dos poucos recursos que
1069têm, da pouca estrutura técnica para produzir isso tudo, metade já desiste
1070desse certame. Mas eu me referi ao encontro, e acho que é um espaço de
1071gestores municipais, de integrar e de se congratular, mas que na prática
1072receber os conteúdos dos palestrantes, que de forma muito rápida vão falar
1073sobre temas de extrema importância, mas que todos os conselheiros daqui vão
1074poder contribuir, se, de fato, puderem participar. Então, agradeço e faço essa
1075convocação entre os dias 26 e 28 de setembro em Sorocaba - São Paulo.
1076Obrigado. Gostaria de solicitar que o CONAMA pudesse... A gente vai mandar
1077a programação e pudesse enviar a todos os conselheiros. Obrigado.

1078

1079

1080 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1081 **DCONAMA) – Marcelo.**

1082

1083

1084 **SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ) -** Senhoras e senhores
1085 conselheiros, vou me limitar a fazer um breve relato e um pedido de agilização
1086 de uma questão que entendemos relevante que está sendo trazida para o
1087 CONAMA. O primeiro relato é que o INGAR, enquanto membro do CONAMA
1088 participou da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,
1089 realizada aqui em Brasília, nós faríamos um relato dessa questão, mas
1090 percebemos que, felizmente, já está incluído no 8.9 da pauta um relato, e é
1091 exatamente sobre esse evento que será feito pela secretaria. Apenas que a
1092 conclusão nos pareceu bastante oportuna de que será promovida a criação de
1093 um GT do CONSEA, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, CONAMA
1094 e com Cidades para discutir agricultura no contexto do desenvolvimento

1095urbano, o que entendemos e é umas das políticas da nossa atividade e
1096entendemos que é extremamente relevante. O ponto de destaque que eu peço
1097realmente a maior atenção, e eu vou pedir que seja agilizado pela secretaria, é
1098que foi protocolado já pelas entidades da região Sul, foi apresentado por e-mail
1099e será protocolado no momento oportuno da pauta um pedido de
1100recomendação a ser aprovado pelo CONAMA, a ser deliberado pelo CONAMA
1101pertinente à necessidade de análises ambientais integradas, de bacias
1102hidrográficas, prévias aos licenciamentos de usinas hidroelétricas. Essa é uma
1103questão que já nos parece que não há nenhuma discussão da necessidade da
1104realização desses grupos, na medida em que a União Federal já reconheceu
1105isso, e eu vou lembrar aos senhores, esse caso foi dito implicitamente hoje
1106pelo ministro Herman Benjamin da situação da usina hidroelétrica de Barra
1107Grande que cinco mil hectares de mata atlântica não foi visto o licenciamento
1108ambiental, assim o ministro se referiu, e naquele caso o termo de ajustamento
1109de conduta em que a União Federal reconheceu a necessidade de realizar
1110análise ambiental integrada da bacia do rio Uruguai, onde há previsão de
1111diversos empreendimentos. Essa é uma questão que não é nova, realmente,
1112há mais de dez anos ou há dez anos o Rio Grande do Sul já realizou a análise
1113ambiental integrada da bacia hidrográfica do rio Taquari Antas, isso já foi feito
1114no Rio Grande do Sul, e já temos notícia de que já está sendo feito em outros
1115Estados. Nesse sentido as entidades da região Sul trazem uma proposta de
1116recomendação. Antes também, esqueci de outra questão, existem ações do
1117Ministério Público Federal já ajuizadas nesse sentido, no Rio Grande do Sul,
1118existe uma ação recente do Ministério Público Federal ajuizadas mês passado
1119no Norte do país, pedindo exatamente essa precaução dos órgãos ambientais,
1120e existem ações judiciais de associações civis do Paraná que tiveram êxito e
1121ganho de causa, inclusive, já no Tribunal Regional Federal da 4ª Região
1122determinando a necessidade da realização dessas análises ambientais
1123integradas. Então, a proposta de recomendação foi apresentada pelas
1124entidades da região Sul no dia 8 de julho, por questões regimentais ela não foi
1125enviada para os conselhos, mas ela está sendo apresentadas hoje e nós
1126pedimos a especial consideração dos conselheiro em relação a essa proposta
1127de recomendação que exige que os órgãos ambientais, o IBAMA e os órgãos
1128seccionais determine a apresentação ou exijam apresentação de análises
1129ambientais integradas de bacias hidrográficas previamente ao licenciamento de
1130novas usinas hidroelétricas. Obrigado.

1131

1132

1133A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
1134DCONAMA) – Aqui, secretário, nós temos, chegaram à mesa várias moções e
1135aqui nós damos ciência ao plenário do conteúdo mínimo delas, para, caso haja
1136tempo, elas serem apreciadas ao final da nossa plenária. Uma delas é uma
1137moção de louvar a uma decisão do Paraná que trata sobre o aproveitamento
1138hidrelétrico da bacia do rio Iguaçu que numa ação judicial de interdito proibitório
1139determinou que os ribeirinhos não tivessem as suas posses prejudicadas, e
1140propôs a indenização e o reassentamento renegociado e aprovado
1141coletivamente. Outra moção também de louvor à Vara Ambiental de Curitiba,
1142fala sobre o processo de remediação em metalurgia de chumbo, prata e ouro
1143às margens do rio Ribeira e pede o tratamento dos contaminados por esses
1144produtos. Outra proposta de moção também de louvor à Vara Federal de

1145 Londrina e ao TRF da 4ª Região fala sobre essa avaliação ambiental
1146 estratégica do rio Tibagi, e que suas conclusões sejam observadas nos
1147 licenciamentos ambientais. Outra proposta de moção que chegou aqui, da
1148 FURPA, também sobre um assunto que já foi objeto de inúmeras moções que
1149 é a questão do Parque Nacional da Serra das Confusões, e por fim...

1150

1151

1152 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – *(Pronunciamento fora*
1153 *do microfone).*

1154

1155

1156 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1157 **DCONAMA)** – Mais uma ou é a mesma? Depois eu vou ler isso aqui, que eu
1158 estou com dificuldade agora de entender, Soares, depois eu dou notícia à
1159 plenária disso. E tem ainda outra...

1160

1161

1162 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – *(Pronunciamento fora*
1163 *do microfone).*

1164

1165

1166 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Por favor,
1167 Dr. Soares.

1168

1169

1170 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1171 **DCONAMA)** – Recebo e não consigo processar isso agora. A outra proposta
1172 de moção é em relação a uma declaração da presidência do IBAMA que teria
1173 dito que o governo brasileiro daria o mesmo tratamento dado aos aborígenes
1174 australianos à comunidade indígena afetada por Belo Monte. Essas são as
1175 propostas de moção aliadas a essas novas que acabaram de chegar. As
1176 propostas de recomendação foram colocadas aqui, vão tramitar, porque o que
1177 acontece é que a proposta de recomendação pelo regimento atual tramita por
1178 Câmara técnica, então o plenário tem notícia dela, mas há toda uma
1179 tramitação. Uma segunda proposta de recomendação que chegou é que os
1180 órgãos ambientais publiquem em seus sites informações sobre as áreas
1181 contaminadas, conforme Resolução CONAMA.

1182

1183

1184 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos
1185 ter que reapreciar no final da reunião, essas moções, mas já fica de
1186 conhecimento de todos. Eu só pediria, por favor, que essas moções sejam
1187 encaminhadas, em tempo hábil, para não tumultuar o andamento dos
1188 trabalhos. Obrigado.

1189

1190

1191 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1192 **DCONAMA)** – E aqui continuando, secretário, nós temos pedidos de inversão
1193 de pauta, retirada de alguma matéria, requerimento de urgência. Há alguma

1194coisa por parte da plenária? Seguindo, entramos na ordem do dia, do
1195regimento interno.

1196

1197

1198**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Em relação
1199ao regimento interno, nós temos uma maratona pela frente, e existem duas
1200questões preliminares que a gentes traz para submeter a vocês, porque vão
1201envolver o direcionamento do andamento dos trabalhos. Primeiro eu vou
1202explicitar quais são os dois encaminhamentos que a gente está propondo,
1203depois a gente retorna ao primeiro. O primeiro diz respeito a se nós tomaremos
1204como ponto de partida o trabalho da CTAJ ou teremos como ponto de partida o
1205substitutivo apresentado pelo grupo, na reunião passada. Nós precisamos votar
1206essas questões porque elas são preliminares, porque uma coisa é começar a
1207trabalhar a partir do texto que o Bruno trabalhou, a NDC trabalhou, e para
1208gente poder construir o debate em cima dele, outro é trabalhar em cima do que
1209o grupo da CTAJ trabalhou. O Ministério, aí abre-se, se for aprovada a
1210proposta simplificada que o Bruno trouxe, nós vamos trabalhar, ver como
1211vamos proceder esse debate, se for trabalhar o do Ministério, que foi o projeto
1212que recebeu as propostas, nós temos uma proposta sistemática de trabalho
1213que envolve, ao invés de trabalharmos 252 emendas, trabalharemos 14,
1214basicamente 14 problemas organizados de forma a instrumentalizar a decisão.
1215Então, essas duas questões vamos ter que votar de plano, antes de
1216começarmos os trabalhos. Primeira questão diz respeito ao substitutivo que foi
1217apresentado na semana passada ou ao trabalharmos com base, perdão, na
1218reunião passada, ou trabalharmos com base na proposta que emergiu da
1219CTAJ. Então, eu vou pedir que a gente vote, mas antes eu queria, se alguém
1220quiser se manifestar, uma manifestação favorável e uma manifestação
1221contrária, perdão, uma manifestação para cada um dos dois, fique à vontade
1222para se manifestar. Bruno, se você quiser se manifestar em relação ao
1223substitutivo. Não? Em relação...

1224

1225

1226**A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Ana Cristina, Ministério
1227Público Federal.

1228

1229

1230**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vai se
1231manifestar em relação ao...

1232

1233

1234**A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - O senhor pediu para
1235manifestar sobre a votação de apreciar...

1236

1237

1238**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Não, ou
1239defender uma proposta ou defender a outra proposta.

1240

1241

1242**A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - O que eu gostaria de falar é
1243o seguinte, que apesar de a proposta que saiu da Câmara Técnica ser a

1244 proposta fruto do trabalho longo e extenso de um texto muito grande, o que se
1245 percebeu lendo esse texto é que há uma falha grande jurídica nele, acho que a
1246 câmara jurídica não teve tempo hábil de trabalhar o texto para adequá-lo para
1247 uma técnica legislativa quando o recebeu. E deve ter se debruçado ali mais em
1248 questões de mérito, e aí o negócio está uma verdadeira colcha de retalhos. O
1249 Bruno fez outro texto substitutivo decorrente do pedido de vista, eu recebi esse
1250 texto agora, estou lendo agora, acho que isso dificulta um pouco que a gente
1251 tenha maior conhecimento disso, mas sei que esse texto vem justamente
1252 sanear essa dificuldade sistêmica que existe no texto aprovado pela câmara
1253 jurídica. Então, de certa forma, o que eu quero é mais lamentar que a gente
1254 não possa se debruçar e arrumar esse texto melhor, porque se a gente,
1255 simplesmente, for votar aqui, e for votar como o senhor está propondo agora,
1256 por eixos temáticos, que aí eu nem sei como é que vai ser essa votação, se
1257 não é por emenda, artigo por artigo, eu não sei o que é que vai sair daqui, mas
1258 o que se pretende em uma reunião a gente conseguir resolver esse regimento
1259 interno que é uma coisa muito extensa e vai regradar o andamento desse
1260 conselho para os próximos anos, esperemos que não precisemos de novas
1261 reformas, ou só de reformas pontuais, eventualmente ao regimento, eu acho
1262 que é uma empreitada muito grande que seria difícil, mas não sei também do
1263 risco de se votar dessa forma que o senhor está propondo em 14 eixos, eu não
1264 sei se isso abarcará ou não abarcará as questões que foram extensamente
1265 emendadas, a gente tem mais de 252 emendas, é muita coisa. Eu lamento, a
1266 gente está aqui de novo para uma reunião sobre isso, com toda a plenária,
1267 mas, a meu ver, isso aqui não está maduro, a única coisa que me parece mais
1268 maduro e conciso é a proposta do Bruno, que eu ainda não tive tempo, e acho
1269 que os senhores também não tiveram tempo de se debruçar sobre cada um
1270 dos artigos.

1271

1272

1273 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só a título
1274 de esclarecimento. O tratamento jurídico para o texto final, qualquer que seja o
1275 texto aprovado, vai ter que ser feito. Esse esforço de redução de 250 tópicos
1276 para 14 já incorporou várias propostas de aprimoramento da questão jurídica.
1277 O texto apresentado pelo Bruno estava disponível no site também, nós
1278 esperamos também qualquer que seja o trabalho ou a votação que o trabalho
1279 de aperfeiçoamento prossiga, e que as questões de ordem jurídica vão sendo
1280 incorporadas por todos, temos todos o interesse de termos um texto mais
1281 redondo. A nossa preocupação maior são com as 14 questões de mérito que
1282 precisariam, que envolvem definições e decisões, cada uma delas foi
1283 organizada de forma a instrumentalizar um debate e votação. É um desafio, é
1284 sempre um risco trabalharmos com texto construído com muitas mãos, e nós
1285 não temos obrigação de terminar esse processo nessa plenária do CONAMA.
1286 A questão é que nós precisamos ter um horizonte de término. 14 questões vão
1287 nos dar um horizonte de término, foi esse o sentido da proposta que o
1288 Ministério encaminhou, enquanto 252 questões também é um horizonte, mas
1289 não necessariamente da nossa vida útil, é uma coisa que pode demorar um
1290 pouco mais. Pois não.

1291

1292

1293O **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Soares,
1294Fundação Rio Parnaíba, ONG do Nordeste. Pois bem, eu acho que a própria
1295Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos não poderia, a não ser que houvesse
1296alguma questão inconstitucional, alguma coisa ilegal para suprimir ou retirar as
1297emendas que foram apresentadas durante o período de discussões. A
1298Fundação Rio Parnaíba deve ter apresentado 48 emendas, logicamente
1299algumas delas só questão de redação, alguma que é mais... De mérito que nós
1300recomendamos que seja discutida nesse plenário, não possa ser suplantada
1301pela posição da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, por outro lado...

1302

1303

1304O **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Um
1305momentinho, Dr. Francisco...

1306

1307

1308O **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Poderíamos ter
1309eliminado...

1310

1311

1312O **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Dr.
1313Francisco, com licença. Nós estamos discutindo outro assunto aqui, nós
1314estamos discutindo a primeira questão, é se nós vamos votar agora a questão
1315do substitutivo ou do texto original. Foi combinado que as falas seriam ou pelo
1316substitutivo ou pelo texto original, a intervenção do Ministério Público reforça a
1317discussão de se trabalhar a partir do substitutivo. Se o senhor vai falar a partir
1318do texto original é no sentido de encaminhar o texto da CTAJ, bem, senão a
1319palavra não está aberta para intervenções.

1320

1321

1322O **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Nós vamos trabalhar
1323no texto original, em função das propostas que foram apresentadas por todos
1324aqueles que aqui estão presentes. Por outro lado, se tivesse acontecido uma
1325reunião que foi cancelada, talvez nós tivéssemos avançado muito mais.

1326

1327

1328O **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Você vai
1329agregar em relação a esse ponto, Cristina?

1330

1331

1332A **SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Eu quero só fazer uma
1333proposta de encaminhamento.

1334

1335

1336O **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Outra?

1337

1338

1339A **SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - É. Eu tinha feito só um
1340comentário, de como eu estava chocada diante da situação. Mas tendo em
1341vista que a gente não tem regulamentada essa proposta que o senhor está
1342colocando de votação de 14 pontos de mérito. Eu entendo que é mais

1343produtivo, e entendo que o plenário precisa se manifestar sobre as questões
1344mais polêmicas. O que eu gostaria de propor é o seguinte, já que esse texto
1345precisa de uma estruturação melhor e que isso realmente faltou, que nós
1346votemos esses 14 eixos temáticos, como está sendo proposto, mas que isso
1347não seja a votação da resolução, a gente vota os 14 eixos, o plenário se
1348manifesta no mérito, e isso volta para a Câmara Técnica, para quem seja e traz
1349o...

1350

1351

1352**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Desculpe-
1353me. Com licença. A nossa proposta é votar os 14 tópicos, nada impede que o
1354senhor reapresente, no plenário, os pontos que o senhor achar que não foi
1355contemplado, outros pontos que surjam, nada impede que sejam
1356reapresentados, nós podemos discutir aqui, há uma exaustão todas as
1357apresentações de emenda. Mas nós estamos propondo uma sistemática que é
1358desempatar essas 14 questões de mérito e depois fazemos um
1359arredondamento jurídico para fazer um texto mais redondo, mas nós
1360precisamos fechar essa questão. O CONAMA agora está paralisado até
1361concluir a discussão do regimento interno. Obrigado. Eu peço licença para
1362encaminhar a votação, se nós trabalharmos a partir do texto CTAJ ou do texto
1363substitutivo apresentado pelo Dr. Bruno. Aqueles que estiverem, que forem a
1364favor, que se tome como ponto de partida o texto do CTAJ, por favor, se
1365manifeste, levante o crachá. Aqueles que se manifestam a favor de
1366trabalharmos como ponto de partida o substitutivo, por favor, se manifestem.
1367Então, nós vamos trabalhar a partir do texto do CTAJ. A segunda votação...
1368Pois não, Bruno.

1369

1370

1371**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1372**DCONAMA)** – O quorum para esta reunião é de 52, o quorum mínimo, nós
1373tínhamos ao começo da fala da ministra 59, depois chegaram muitos
1374conselheiros, porque foram chegando ao longo desse período. A votação, o
1375resultado foi claramente o contraste visto que a aprovação é do texto da CTAJ.

1376

1377

1378**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – O segundo
1379ponto que a gente gostaria de colocar em votação é o seguinte, nós podemos
1380discutir ponto a ponto, parágrafo por parágrafo as 252 emendas, essa é uma
1381proposta, e a segunda proposta que é a proposta encaminhada pela secretaria
1382aqui, é no sentido de votarmos, trabalharmos os 14 tópicos selecionados que
1383sintetiza as principais polêmicas que nós entendemos das 252 questões, sem
1384prejuízo de apresentação de novas votações separadas de outros pontos que,
1385porventura, tenham ficado esquecidos. Eu vou pedir então que os que
1386preferirem a votação, perdão, a deliberação a partir dos 252 tópicos que, por
1387favor, se manifestem erguendo seus crachás. E, por favor, os que são
1388favoráveis ao processo deliberativo trabalhando os 14 tópicos, por favor, ergam
1389seus crachás. É quase unânime, à exceção dos que não se manifestaram.
1390Bom, então vamos começar os trabalhos. Esses 14 tópicos, eu vou lê-los para
1391você, rapidamente, só para dar uma visão de conjunto, e a gente vai pedir
1392uma licença para gente fazer um intervalo para o almoço e retomarmos a partir

1393depois, cada um deles vai ter um relator para preparar e realizar a votação,
1394alguns são relativamente simples, a deliberação, outros vai envolver discussão
1395mais complexa. Eu queria reiterar aqui o seguinte, esses 14 tópicos são
1396importantes, tanto na fala da nossa colega do Ministério Público, quanto nas
1397discussões de preparatório que nós tivemos ontem, eu acho importante que
1398nós discutamos, com qualidade, as questões, porque são assuntos que vão
1399modelar o CONAMA nos próximos anos. Esses 14 pontos são a questão do
1400quorum para a plenária, o art. 7º, sobre os atos do CONAMA, art. 10º, as
1401questões relacionadas à moção, art. 13, conteúdo das propostas apresentadas,
1402art. 12, ordem da plenária, art. 14, regime de urgência art. 18, pedido de vista,
1403art. 21, votação nominal, art. 23, CIPAM, a composição, deliberação e
1404competência, arts. 26 a 28, comissões técnica, competência, área de atuação,
1405composição, art. 34, prazos para [ininteligível] essas comissões técnicas, art.
140637, deliberação das comissões técnicas, art. 42, consulta pública art. 47,
1407grupos de trabalho, mandato e composição, art. 52. Nós fizemos o melhor que
1408nós pudemos, pode ser que nós tenhamos deixado de lado alguma coisa
1409importante. Então, o que eu pediria a vocês é se, além desses tópicos aqui
1410mencionados houver algum ponto que vocês acham importante recolocar no
1411debate, nos procure ao longo do dia ou na hora do almoço para que a gente
1412insira e, eventualmente, traga para a votação. Esses 14 pontos vão ser
1413relatados pela Marília, pela Beth, pelo Mattedi, pela Adriana, de modo que a
1414gente possa instrumentar as votações assim que a gente retornar os trabalhos
1415na parte da tarde. Tudo bem?

1416

1417

1418 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1419**DCONAMA)** – Secretário, eu ainda queria fazer um esclarecimento diante da
1420fala do Ministério Público. Quando nós nos deparamos com aquele texto com
1421as 250 e tantas emendas, o esforço foi de ver agrupar o que era emenda de
1422redação e fazer uma ementa um pouco mais elaborada que incorporasse a
1423clareza maior ao texto, dar uma correção aos erros materiais, uma congruência
1424entre artigos que não tinham nenhuma polêmica com outro que restou diante
1425de uma não apreciação do conjunto e separar aquilo que realmente interessava
1426que está aqui. Então, reforço o pedido feito pelo secretário que, eventualmente,
1427a critério dos senhores alguma coisa que os senhores julguem relevante pode
1428não estar abrangida aqui, e isso será incorporado agora.

1429

1430

1431 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pergunto à
1432plenária... Como ainda são meio dia, vocês preferem retornar, fazemos um
1433almoço e retornamos no começo da tarde, às duas horas, ou já começamos
1434agora e tentamos ganhar um pouco de velocidade?

1435

1436

1437 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1438**DCONAMA)** – Todo mundo querendo começar.

1439

1440

1441 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** –
1442Começamos agora? Então vamos embora. Primeiro ponto. Nós vamos

1443começar com a discussão sobre o quorum da plenária, senão um assunto já
1444abordado hoje. É o art. 7º, eu vou pedir para a Marília apresentar a discussão
1445para podermos tomar uma decisão a respeito.

1446

1447

1448**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1449**DCONAMA)** – Então, só para facilitar o entendimento aqui na pauta. Os
1450senhores receberam pela ordem parecer versão CTAJ, parecer Minas Gerais e
1451FBCN e outro volume que tem versão compilada com as emendas e a outra
1452que o título é versão trabalhada. Nós vamos então olhar na versão trabalhada.
1453A versão compilada traz a emenda, a versão trabalhada já traz essa lógica
1454aprovada agora em plenária. Seria o volume 2.

1455

1456

1457**A SRª. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Em relação então a essa
1458metodologia que foi adotada, a ideia é a gente trabalhar com alguns temas que
1459receberam mais emendas que seriam mais polêmicos. O primeiro deles que foi,
1460inclusive, apresentado aqui é referente à questão de quorum da plenária. Que
1461nós tivemos basicamente duas propostas em relação de quorum, na verdade,
1462uma proposta de emenda que veio do Governo do Estado de Minas Gerais.
1463Então, nós temos o texto original que foi aprovado pela CTAJ que ele,
1464basicamente prevê que o quorum se dá com a metade mais um dos seus
1465membros presentes, e que o quorum da reunião pode ser verificado a qualquer
1466momento ao longo da reunião para verificar se há quorum, inclusive, no
1467período de votação. Estou só fazendo uma diferença básica entre o texto da
1468CTAJ e a proposta de emenda, e a emenda apresentada pelo Governo Federal
1469de Minas Gerais diz respeito a se ter a questão do quorum de instalação em
1470termos de maioria absurda, e depois que se verifica o quorum de instalação
1471não se verifica mais o quorum ao longo da reunião. Essa é a diferença básica
1472entre o texto da CTAJ e a emenda que foi apresentada. Então, o que nós
1473fizemos foi transcrever naquela terceira coluna basicamente o que ficou da
1474proposta da CTAJ em termos do caput do art. 7º, depois no § 1º também
1475transcreve, em síntese, o que está no texto do § 1º, o § 2º simplesmente no
1476sentido de deixar mais explicado a gente acrescenta o presidente da sessão
1477informará o plenário o quorum exigido e o número, quer dizer, além, de
1478informar o quorum exigido informa também o número de presentes na abertura
1479da reunião. O § 3º simplesmente se fez uma mudança de redação, porque
1480como já se disse no início, no art. 7, no caput, que o quorum é metade mais
1481um, a gente achou necessário retranscrever no § 3º a questão de qual é o
1482quorum que é metade mais um. Então simplesmente se resumiu o texto do §
14833º. Ele para em exigido, não modifica o § 3º original da CTAJ, simplesmente dá
1484uma redação resumindo sem entrar na questão de metade mais um, que já
1485estava no caput do artigo. No § 4º também tem simplesmente uma emenda de
1486redação que se previa que no texto da CTAJ que nos casos previstos no § 3º, o
1487§ 3º é justamente aquele que fala que você pode fazer a verificação a qualquer
1488momento. Então, como a gente não fez a referência ao § 3º, então a gente põe
1489na ocorrência de quorum inferior ao exigido que é justamente o que estava no
1490§ 3º, a reunião poderá continuar tratando de matéria de forma não deliberativa,
1491a gente fala a mesma coisa, mas, na verdade, de outra palavra. E por o último,
1492o § 5º que continua do jeito que estava. Então basicamente a proposta nossa é

1493retranscrever o que saiu da CTAJ e fazendo simplesmente algumas alterações
1494de redação em relação ao texto da CTAJ. Eu não sei se o Governo de Minas, o
1495José Claudio gostaria de apresentar a proposta de emenda.

1496

1497

1498**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1499**Minas Gerais)** - Bom dia. José Cláudio, Governo do Estado de Minas Gerais.
1500Eu só queria complementar um pouco mais, na verdade, a nossa justificativa
1501não é tão resumida como a Marília falou, não é questão de não se verificar
1502quorum, é questão de se deliberar com qualquer quorum, a ideia é que se a
1503reunião se instalou com quorum de metade mais um, depois a reunião vai
1504continuar e deliberará com qualquer quorum, aliás, essa é uma prática que
1505esse próprio CONAMA com acordos já praticou muito nessas décadas de
1506funcionamento. O que nós queremos ressaltar é a responsabilidade dos
1507conselheiros que ao sair depois de instalado o quorum ele saia sabendo da sua
1508responsabilidade de se omitir nas votações que vão ocorrer, e o que eu tenho
1509para dizer aos senhores como justificativa, é que os problemas que esse
1510conselho padece, nós no Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado
1511de Minas Gerais, também padecemos por muito tempo, e em 2006 foi feito
1512esse ajuste, o que nesses cinco anos tem mostrado um bom desempenho e
1513uma maior responsabilidade dos conselheiros em permanecer nas reuniões
1514que sentem da sua responsabilidade e da importância de votar a matéria.

1515

1516

1517**A SR^a. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Só para fazer uma
1518colocação. Na verdade, essa proposta já havia sido discutida tanto na época do
1519Gari quanto posteriormente da CTAJ. Nós entendemos a argumentação em
1520relação à questão do quorum de instalação em se votar a matéria com
1521qualquer quorum, mas acontece que nós estamos num conselho que vota
1522normas de caráter nacional, que elas têm um impacto em vários setores,
1523inclusive, na questão de meio ambiente. Então, qual é a representatividade que
1524teria uma norma que seria votada no CONAMA e que não teve quorum?

1525

1526

1527**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Marília, por
1528favor, mas aí nós já estamos...

1529

1530

1531**A SR^a. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Isso foi argumentação...

1532

1533

1534**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu sei, são
1535as duas... Tudo bem, tudo bem, por favor, as posições são essas, depois a
1536gente resume.

1537

1538

1539**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1540**Minas Gerais)** - Aí me desculpe, mas nós estaríamos sendo hipócritas, porque
1541eu participo desse conselho há décadas e já votamos várias normas
1542importantes com vinte pessoas ou dez aqui dentro.

1543

1544

1545 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos dar
1546 sequência só para concluir. Ronaldo, sobre esse ponto. Nós vamos então
1547 encerrar depois dessa intervenção e vamos colocar em votação. Nós queremos
1548 o contraditório, vamos abrir os contraditórios, depois deliberamos.

1549

1550

1551 **O SR. RONALDO (PONTO TERRA)** - Secretário, senhoras e senhores, eu
1552 quero destacar no caput desse art. 7º, chamar a atenção das pessoas. Essa
1553 expressão metade mais um é errada, equivocada. Vamos dizer que a gente
1554 tenha 103, metade mais um dá 51,5 mais um 52,5, então nós vamos ter uma
1555 meia pessoa, meio conselheiro votando aqui, e é muito mais simples a
1556 redação, basta colocar por maioria absoluta, não tem nenhuma dificuldade, por
1557 maioria absoluta.

1558

1559

1560 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1561 **DCONAMA)** – Absoluta é diferente.

1562

1563

1564 **O SR. RONALDO (PONTO TERRA)** - Deixa-me tentar explicar, já que está
1565 dando confusão, presidente, secretário. Maioria absoluta para abertura dos
1566 trabalhos, maioria absoluta significa a metade inteira mais próxima da metade
1567 dos conselheiros, esse número metade mais um é equivocado, é errado.
1568 Deixa-me tentar explicar aqui, por favor, aqui. Nilo, Marília, vocês falaram eu
1569 prestei a maior atenção em vocês dois. Bruno, você falou e eu prestei a maior
1570 atenção em você. Deixar muito claro, do jeito que está aqui está errado. Não
1571 existe a expressão metade mais um, está no popular, e é tão simples colocar
1572 maioria absoluta que fica certo, correto e entendível por todas as pessoas.
1573 Então, o que é que eu defendo aqui? No caput colocar o seguinte, para
1574 começar os trabalhos, qualquer coisa assim, por maioria absoluta dos
1575 membros do conselho. Não tem erro.

1576

1577

1578 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só para
1579 esclarecer. Essa redação nós vamos aprimorar depois, mas a questão chave
1580 colocada do contraditório é a questão de deliberação com os presentes ou não.
1581 Essa questão do quorum tem que ser verificada, pode haver a possibilidade de
1582 verificação de quorum ao longo e não apenas na abertura.

1583

1584

1585 **O SR. RONALDO (PONTO TERRA)** - Dr. Francisco, mas o caput do art. 7º
1586 está errado.

1587

1588

1589 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos
1590 consertar, nós vamos encontrar uma redação com a melhor técnica jurídica,
1591 mas a questão... Nós vamos acertar essa redação, acho que esse ponto é
1592 pertinente, vamos acertar isso depois, a própria Ana Cristina já tinha alertado

1593para isso, o Bruno já alertou para isso, algumas tecnicidades nós vamos ter
1594que arredondar, mas a questão chave aqui é a seguinte, se a possibilidade de
1595verificação de quorum se estende ao longo de toda plenária ou não, ou se ela é
1596verificada no início e depois tudo é deliberado com base naquela verificação de
1597quorum original. Está retratando, José Cláudio, a opção? É essa a escolha?
1598Então, nós vamos colocar em votação, depois nós vamos acertar essa
1599redação, melhorá-la, incorporando todas as sugestões possíveis. Mas nós
1600vamos colocar em votação então a seguinte questão. A primeira proposta, a
1601que vem da CTAJ é que mantém, mais ou menos, a sistemática atual, o que
1602significa, a qualquer momento, pode ser pedida a verificação de quorum. A
1603proposta apresentado pelo representante de Minas Gerais determina que a
1604verificação de quorum seja feita apenas no início dos trabalhos, e uma vez
1605tendo quorum a reunião se processará com a decisão... Não fui fiel da
1606proposta.

1607

1608

1609**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1610**Minas Gerais)** - Parece um detalhe, mas não é. A minha proposta não fala que
1611não pode verificar quorum depois não, mas está dizendo que se deliberará com
1612a maioria do que tiver, pode até verificar. Quantos tem? 30, 12, 5. Verificar
1613quantas pessoas têm... O que eu quero dizer...

1614

1615

1616**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – José
1617Cláudio, está claro. Se deliberará com os presentes.

1618

1619

1620**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1621**DCONAMA)** – Com quem estiver.

1622

1623

1624**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de**
1625**Minas Gerais)** - Com a maioria dos presentes.

1626

1627

1628**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Sim, com a
1629maioria dos presentes. A questão da verificação perde o sentido ao longo da
1630reunião. Então, alguém precisa de mais algum esclarecimento em relação a
1631essas duas posições? Pois não.

1632

1633

1634**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu gostaria só de colocar uma questão que é
1635amplamente utilizada em conselhos, não é muito simpática, mas a quebra do
1636quorum quando os setores descontentes pedem um tempo para fazer uma
1637discussão maior, é claro que sei que grande parte não concorda, mas essa é
1638uma questão utilizada, e é o instrumento de controle social, isso tem que ser
1639considerado também. A outra questão é a responsabilização dos conselheiros
1640com relação a sua assinatura inicial permitindo o quorum e depois delegando
1641aos outros conselheiros, isso poderia ocorrer, talvez numa outra situação de
1642maior paridade no conselho entre sociedade e governo em situações em que

1643houvesse um avanço democrático maior na própria composição do conselho,
1644de forma que a delegação de um quorum menor é do ponto de vista da
1645representação da sociedade civil menor.

1646

1647

1648**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vai
1649enriquecer as escolhas?

1650

1651

1652**A SR^a. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Acredito que sim, senão,
1653não teria levantado. A questão de votação só se verificando no início, se coloca
1654aqui um regime que não existe em nenhum outro órgão, constitucionalmente se
1655falando, ou legalmente se falando. Que isso seja feito em conselhos menores,
1656tal, tudo bem, mas aqui, de fato, se vota lei, a lei ambiental delega toda a
1657legislação para o CONAMA, a nossa legislação é muito aberta e delega muito
1658para o CONAMA. Então aqui estamos trabalhando como o Congresso. Imagine
1659se no Congresso Nacional eles colocassem uma pauta imensa de assuntos, e
1660aí falasse: tem um número suficiente de deputados? Tem. Começa a primeira
1661votação, e na metade todo mundo vai embora.

1662

1663

1664**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Por favor,
1665Cristina, desculpe-me. Nós estamos, na verdade, aqui argumentando, as duas
1666posições estão dadas, eu acho que foram apresentadas os argumentos e
1667vamos deferir em relação aos argumentos apresentados.

1668

1669

1670**A SR^a. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Sim, eu só estou
1671apresentando outro argumento.

1672

1673

1674**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Não, não,
1675você está reforçando um argumento de uma posição e já foi reforçado, isso vai
1676gerar o reforço, de novo, da outra posição. Acho que não é o caso mais de
1677discutir. Estão claras as opções. A proposta de deliberação com o quorum
1678presente, verificado na abertura ou a possibilidade da elaboração sujeita à
1679verificação do quorum a qualquer momento. Então, nós vamos votar. Os que
1680forem a favor da proposta do Governo de Minas Gerais sobre deliberação com
1681os presentes, uma vez verificado o quorum na abertura, por favor, levantem a
1682mão. Os que são a favor da proposta tal qual apresentada emergindo o texto
1683da CTAJ e apresentada aqui pela Marília, por favor, levantem a mão. Nós
1684vamos ter que contar de novo. Desculpem-me, mas eu acho que é melhor a
1685gente contar de novo. Vocês e desculpem, acho que houve uma dificuldade
1686aqui na contagem. Vamos contar em voz alta aqui, que essa é uma votação
1687sensível, eu queria que ficasse bem claro o resultado. De novo, os que forem a
1688favor da proposta apresentada pelo representante de Minas Gerais. Os que
1689forem a favor da apresentação da proposta apresentada pela CTAJ. Os que
1690não são se manifestam, são neutros em relação ao assunto. Então, nós vamos
1691manter a proposta apresentada nos termos da CTAJ. Vamos partir para o

1692segundo ponto. Atos do CONAMA, Marília também como relatora. Marília, art.
169310.

1694

1695

1696**A SR^a. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – O art. 10 diz respeito à
1697questão dos atos do CONAMA. E aí a questão é mais complicada, porque, na
1698verdade, quando nós trabalhamos com isso, tanto no Gari, quanto
1699posteriormente na própria CTAJ, nós não nos ativemos à questão do que trata
1700o próprio decreto quando diz quais são os atos do CONAMA. Então, o Decreto
170199.274 é muito claro quando ele cita sobre que formas que o CONAMA se
1702pronuncia. Então, ele diz o seguinte: que o CONAMA se pronuncia sob a forma
1703de resolução, sob a forma de proposição, sobre a forma de recomendação e
1704sobre a forma de moção. Posteriormente quando foi criada a câmara recursal,
1705também por decreto, a câmara recursal no decreto que incluiu a câmara
1706recursal dentro do CONAMA ele diz claramente que a câmara recursal vai se
1707pronunciar por meio de decisão, ou seja, a decisão é uma forma, é um ato do
1708CONAMA restrito à câmara especial recursal. Então, nós tivemos a proposta da
1709CTAJ que ela aborda a questão de atos do CONAMA em termos de resolução,
1710proposição, recomendação, moção e decisão, e na hora da decisão ela remete
1711tanto a questão das infrações ambientais que é realmente o objeto da câmara
1712especial recursal quanto ao item B, inclusive, que é transcrito da própria
1713competência do CONAMA que está na 6.938 em termos de realização de
1714estudos e alternativas, e em relação ao inciso C que é sobre a perda ou
1715restrição de benefícios, e tem ainda outra forma que é a deliberação
1716administrativa que também não está prevista no decreto. Então, o que nós
1717fizemos enquanto Ministério do Meio Ambiente foi apresentar uma emenda
1718tentando retornar, isso daí é o que está previsto no próprio decreto que
1719regulamenta a 6.938, então nós restringimos os atos do CONAMA, os quatro
1720que estão previstos no decreto, mas a decisão que é a forma de
1721pronunciamento da câmara recursal, e no caso da resolução nós inserimos
1722enquanto forma de tratar de resolução a questão de deliberação quanto à
1723diretriz e normas técnicas, critérios e padrões que é normalmente o que se
1724destina à questão de resolução, o que a gente faz normalmente aqui no
1725CONAMA, e inserimos no inciso B, que era o antigo inciso B do que estava no
1726inciso V o item B sobre realização de estudos, mas aí nós transcrevemos na
1727sua totalidade o que está previsto na própria 6.938 para poder dar coerência ao
1728texto, e inserimos também enquanto resolução como inciso C o que estava
1729anteriormente como item C também do inciso V. Isso foi muito discutido, gente,
1730quem participou da reunião de trabalho, que nós justamente discutimos,
1731inclusive, se verificou naquela reunião que apesar do resumo que havia sido
1732feito tanto no Gari quanto posteriormente na CTAJ em relação aos inciso B e C
1733que trata da realização de estudos da questão de perda ou restrição de
1734benefícios fiscais, que era melhor manter o texto original da 6.938 que dava
1735clareza, do que simplesmente nós fazermos aquele resumo que havia sido feito
1736anteriormente. Então, a emenda aqui apresentada pelo Ministério, ela
1737simplesmente tenta retornar, dar um contexto legal àqueles atos do CONAMA e
1738colocando um ordenamento nisso. Nós tivemos também além, que é o texto,
1739inclusive, que figura então na terceira coluna em verde. Além da proposta de
1740emenda do Ministério do Meio Ambiente nós tivemos uma proposta de
1741emendas da Secretaria de Portos que é basicamente sobre a questão de

1742emendas de redação, em vez, por exemplo, proposição, quando se tratar de
1743propostas sobre matéria, não quando se tratar de matéria. Aí é uma questão de
1744matéria. Tivemos também uma proposta, uma emenda do Ministério da Justiça
1745que diz relação a se propõe a supressão do inciso II que é sobre a questão de
1746proposição, mas a própria questão de proposição já consta do decreto que
1747regulamenta a 6.938, então já é um ato CONAMA, a gente não teria como
1748suprimir esse ato do CONAMA. Depois nós teríamos também outra proposta no
1749inciso III da Secretaria de Portos que diz respeito à manifestação de caráter
1750técnico, novamente uma proposta de emenda de redação também, outra
1751proposta da Secretaria de Portos que justamente no inciso B relativo à questão
1752da realização de estudos, ela faz um retorno ao que era a redação original,
1753mas também faz uma vinculação entre essa realização de estudos, aqueles
1754empreendimentos que tenham tido estudos de EIA/RIMA, que tenham sido
1755considerados, insuficientes ou ausentes, então, na verdade, restringe a
1756questão da realização de estudos, somente aqueles casos, e por último
1757também da Secretaria de Portos um inciso de um § único em relação também
1758ao item B que é sobre a realização de estudos. E por último tivemos uma
1759proposta da FURPA em relação também a um parágrafo, inserindo um § único
1760que não existia anteriormente, que é o que está transcrito na coluna do meio.
1761Então, gente essas são as propostas, e o que nós estamos propondo enquanto
1762texto alternativo é justamente a emenda apresentada pelo Ministério em que
1763nós incluímos algumas dessas emendas de caráter redacional, mas não
1764mexemos no texto porque está de competência da própria 6.938 que foi
1765basicamente a sugestão da Secretaria de Portos.

1766

1767

1768**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Aqui a
1769proposta de encaminhamento nossa é de uma votação preliminar sobre a
1770manutenção do texto proposto pelo Ministério ou não, mas se houverem
1771posições que se permanecem satisfeitos em relação ao texto do Ministério elas
1772se manifestariam antes da votação. Então, Dr. João.

1773

1774

1775**O SR. JOÃO URBANO CANIN (Secretaria de Portos)** - João Urbano Canin
1776da Secretaria de Portos. Nós depois de uma reunião com o Mattedi, na semana
1777passada, aliás, nesta semana tínhamos aqui feito uma revisão da nossa
1778proposta, como? Caiu a questão da decisão que é jogar a questão do estudo
1779de alternativas para resolução, e deu um maior conforto, porque a resolução
1780passa por uma análise interna antes de ser votada. Um ponto que para nós não
1781está bem solucionado, e não sei até se tem um problema legal nisso é
1782exatamente no item B da alínea 1 quando, quer dizer, isso no regimento atual
1783foi omitido, por alguma razão esse texto que está no Decreto de 2001 foi
1784omitido, que diz: quando julgar necessário determinar a realização do estudo
1785de alternativas de possíveis consequências ambientais de projetos públicos e
1786privados, requisitando aos órgãos federais e estaduais e entidades privadas, as
1787informações indispensáveis para a apreciação dos estudos de impacto
1788ambiental e respectivos relatórios, no caso de obras e atividades de
1789significativa degradação ambiental, que eu interpreto como própria resolução
1790do CONAMA anterior como aqueles que tem que ter a EIA/RIMA,
1791especialmente na área de patrimônio nacional. Causou-me certa estranheza o

1792fato de o CONAMA poder fazer aqui até uma revisão de um projeto, substituir o
1793órgão ambiental, na verdade, mesmo com resolução se remete à Câmara
1794Técnica para avaliar um estudo de alternativas de qualquer projeto, e,
1795normalmente, isso ocorre com maior frequência projetos grandes de maior
1796envergadura, geralmente até de caráter público, é que a Câmara Técnica vai
1797acabar tendo que substituir, ela vai referendar ou não uma decisão do órgão
1798ambiental. Eu ficaria mais confortável, eu acho que esse não é o papel do
1799CONAMA, eu ficaria mais confortável se nesse item B tivesse um texto, talvez
1800um pouco mais diferenciado que jogasse essa decisão da avaliação
1801[ininteligível] ao órgão ambiental licenciador e não à Câmara Técnica. Então, a
1802minha sugestão é que haja no item B da alínea um, e aí eu retiraria a minha
1803proposta, acho que eu já retirei, mas teríamos então que votar a proposta do
1804MMA com uma modificação do item B e do § único que eu mantenho, quer
1805dizer, eu mantenho correções à alínea B e ao § único, e apoio a emenda do
1806MMA.

1807

1808

1809**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Volney,
1810você quer esclarecer um pouco o ponto aí em relação a esse assunto, por
1811favor, que a Marília já mencionou? Marília, você mesmo esclarecesse?

1812

1813

1814**A SR^a. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Esse assunto foi,
1815inclusive, bastante discutido na própria reunião do grupo de trabalho, aqueles
1816que participaram devem se lembrar da reunião. Na verdade, nós aqui estamos
1817simplesmente repetindo o texto da lei, nós não estamos inovando, não estamos
1818ampliando a lei, mas eu também não posso aqui restringir o que já está
1819disposto em lei. E a lei é muito clara quando ela coloca essa competência para
1820o CONAMA. Agora essa competência também tem hora que faz uma leitura
1821que ela só se relaciona à questão de licenciamento ambiental, mas em
1822momento algum aqui em relação a essa competência do inciso B diz que é um
1823caso de licenciamento ambiental, isso já foi feito no passado, eu posso lembrar
1824o caso aqui, quem participava no CONAMA, na época, da usina nuclear de
1825Angra II que saiu uma resolução do CONAMA, vamos dizer assim, dando
1826autorização ao IBAMA para proceder ao licenciamento, depois de uma série de
1827estudos, tivemos um caso também na época no Pantanal do Mato Grosso em
1828relação à questão de produção de álcool lá na região do Pantanal que,
1829inclusive, gerou aquela resolução, são casos pontuais, mas o que nós não
1830podemos aqui, na verdade, é fazer uma alteração que já está disposta em lei,
1831diminuindo uma competência que o CONAMA já tem, e não tem uma
1832vinculação direta também nesse dispositivo com relação à questão do
1833licenciamento ambiental, eu que estou, na verdade, pressupondo ou fazendo
1834essa correlação. Então, por isso que a nossa ideia é fazer a manutenção do
1835texto legal.

1836

1837

1838**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pois não.

1839

1840

1841 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Gostaria de um esclarecimento aqui sobre o item
1842B, no final quando trata especialmente nas áreas consideradas como
1843patrimônio nacional. Então, eu... Pode-se entender que estão sendo excluída
1844as áreas que não são consideradas patrimônio nacional, e aí a gente teria aqui
1845um grande pedaço do Brasil excluído desse tratamento.

1846

1847

1848 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só para
1849esclarecer. A nossa verdade é como a Marília mencionou. Isso se trata de um
1850conteúdo, de um texto que está no decreto, perdão, está na lei. Esse
1851dispositivo o CONAMA tem sido muito contencioso na sua utilização, e foi
1852utilizado, salvo engano, apenas uma ou duas vezes na questão nuclear. Na
1853fala do Dr. João, na verdade, ela expressa o temor que o CONAMA entra e se
1854imiscua nas questões relacionadas ao licenciamento estadual, na verdade, o
1855próprio CONAMA tem sido bastante consensioso em relação a essa utilização.
1856Uma proposta que o Ministério encaminhou mantém o texto que está na
1857legislação, reafirma no caso do regimento, mas não expande, tão pouco
1858restringe. É essa proposta que nós estamos encaminhando para votação. Eu
1859vou pedir então o seguinte, os que concordarem com a proposta apresentada
1860pelo Ministério nos termos expressos pela Marília, que se manifestem
1861erguendo seus braços. Os que concordam com as observações apresentadas
1862pelo Dr. João Urbano, por favor, levantem seus braços. Então, foi aprovado o
1863texto apresentado pelo Ministério que está em verde na apresentação. Vamos
1864para o próximo ponto. O art. 12 o Mattedi vai ser o relator.

1865

1866

1867 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
1868**DCONAMA)** - Bom dia a todos. O art. 12 é uma conquista grande nesse
1869processo de dois anos de discussão do regimento, por se tratar do processo de
1870admissibilidade de matérias no CONAMA. Ele trata do processo, descreve todo
1871um procedimento para se admitir matérias, propor e admitir matérias, e o
1872formato que deve ter essas matérias, ele então é mais exigente e não houve
1873proposta contrária nesse particular quanto ao nível de exigência que se deve
1874fazer para o conteúdo começar a tramitar, um conteúdo começar a tramitar no
1875conselho, ele terá que ter um mínimo técnico de forma, uma proposta de
1876minuta para que ele comece então a tramitar. É uma conquista grande, eu
1877acredito que... E não há discordância quanto a isso, o Ministério da Justiça
1878retirou a emenda que tinha que deixava de existir um processo de
1879admissibilidade. No art. 12 eu tomei a liberdade de fazer um power point, um
1880fluxo para que a gente possa, porque se nós fôssemos pegar emenda por
1881emenda, não ficaria claro o espírito do conjunto das emendas apresentadas
1882pelos diversos atores. Eu vou ter que sair daqui porque senão não vejo a
1883apresentação lá. A proposta da CTAJ disciplina a admissibilidade da seguinte
1884forma. O conselheiro, todo conselheiro algumas emendas de redação que
1885conselheiro, todo conselheiro, quaisquer conselheiro, enfim, o conselheiro
1886propõe uma minuta de matéria com justificativa e conteúdo técnico, todos os
1887conselheiros podem fazer isso, apresenta essa proposta à SECEX, à
1888Secretária-Executiva, a Secretária-Executiva solicita parecer das áreas
1889técnicas do MMA e das vinculadas, obrigatoriamente pela lei ao IBAMA
1890também, então parecer da MMA e das vinculadas recebe esses pareceres, tem

1891os prazos, são estipulados, a proposta estipula também os prazos desse
1892trâmite de pareceres, esses pareceres são encaminhados à proposta de minuta
1893e os pareceres para a Câmara Técnica competente daquele assunto proposto
1894na minuta, a Câmara Técnica institui, distribui e institui o papel de relatoria
1895dentro da Câmara Técnica, é interessante também esse dispositivo na
1896proposta, o relator elabora a partir dos pareceres, a partir da minuta e do aporte
1897técnico que veio da minuta, ele prepara um relatório que é encaminhado pela
1898proposta da CTAJ, que veio da CTAJ para o plenário, o plenário faz a
1899discussão se essa matéria será admitida, é isso que o CONAMA quer discutir?
1900É conveniente que o CONAMA discuta isso agora, é necessário? A partir desse
1901relatório, vota esse relatório e recusa a entrada dessa matéria na agenda do
1902CONAMA ou admite, admitindo ela é retornada à Câmara Técnica para a
1903trâmite que nós já conhecemos dentro da Câmara Técnica, depois para a
1904CTAJ, depois voltando ao plenário. Esta é a proposta como foi desenhada no
1905Gari, no CIPAM e passou pela CTAJ. No dia do trabalho nós discutimos e
1906houve certo consenso naquele dia de trabalho, quem esteve presente de que
1907seria conveniente que a matéria não precisasse passar duas vezes pelo
1908plenário, então o Ministério do Meio Ambiente ouvindo o que foi discutido no
1909dia do trabalho, propõe uma alteração nesse procedimento, qual seja? O
1910mesmo procedimento básico só que depois que sai da primeira passagem na
1911Câmara Técnica, que o relator prepara a sua posição, elabora esse relatório
1912para decisão, a decisão não vem para o plenário, irá para o CIPAM, um CIPAM
1913que lá na emenda do CIPAM nós vamos discutir também um CIPAM ampliado,
1914irá para o CIPAM que é o Comitê de Integração de Políticas Ambientais que é
1915quem define mesmo as pautas das reuniões e etc., lugar de decidir agenda do
1916conselho. Então o CIPAM ampliado decide admitir ou recusar essa matéria
1917informa ao plenário, de forma que nós não precisaríamos fazer a discussão
1918duas vezes da mesma matéria no plenário deste conselho. E causando, às
1919vezes, confusão entre discutir a matéria em si ou discutir a admissão da
1920matéria. Essa é a proposta, portanto, do MMA. Os outros procedimentos todos
1921são mantidos, só muda que é o CIPAM ao invés do plenário que trabalha a
1922admissibilidade. Tem outra emenda que é da Secretaria de Portos, todo esse
1923processo em todas as emendas, não alteraram isso, o plenário decide sobre
1924prioridades para as Câmaras Técnicas e também não é possível pedir vistas
1925desse processo de admissibilidade. A Secretaria de Portos simplificou mais
1926ainda, ao invés de simplesmente passou para o CIPAM, ela ainda alterou
1927alguma coisa, vamos ver. O conselheiro propõe a minuta da matéria, como
1928anteriormente, encaminha para a SECEX, a SECEX repassa para o CIPAM, o
1929CIPAM, ao seu critério, se achar necessário pede os pareceres para o
1930Ministério ou outras instituições que ele achar necessário, e recusa ou admite
1931esta matéria. É importante... E informa ao plenário. É importante dizer que o
1932CIPAM que o Portos propõe coerente com essa propostas é um CIPAM em
1933que os órgãos do meio ambiente estão dentro do CIPAM, o IBAMA estaria lá,
1934ele joga para dentro do CIPAM aqueles órgãos que teriam que dar os
1935pareceres, a consultoria jurídica, IBAMA, secretarias dos Ministério, então
1936estariam representados dentro do CIPAM, inclusive, a consultoria jurídica com
1937direito a veto, mas isso é em outro artigo que é tratar do CIPAM, é só para ter
1938coerência com a matéria, então é um super CIPAM que decide e, inclusive, se
1939vai pedir parecer ou não, depende de discernimento do próprio CIPAM. Ele
1940informa ao plenário, recusa ou admite, vai para a Câmara Técnica e o resto da

1941 tramitação nós já conhecemos. Outra emenda, outra proposta. O Ministério
1942 Público Federal propõe o mesmo procedimento inicial, a SECEX pega os
1943 pareceres e traz ao plenário, e o plenário delibera apenas sobre a legalidade
1944 da proposta, essa é a proposta do Ministério Público e que o plenário então
1945 percebendo a legalidade daquela proposta, a admissibilidade apenas legal.
1946 Então, isso é encaminhado para a CT, para as Câmaras Técnicas para
1947 tramitação. Tem mais alguma ou não? Ministério da Justiça que retirou a
1948 proposta anterior que tinha apresentado de suprimir a admissibilidade.
1949 Senhores, espero que eu tenha sido fiel a sua proposta. Fui? A de Portos
1950 também, espero que tenha conseguido, apesar de ter minha simpatia por uma
1951 das propostas, eu ter conseguido apresentá-las com isonomia. Secretário.

1952

1953

1954 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – São duas
1955 questões pendentes aqui. Há uma questão relacionada ao CIPAM, de certa
1956 forma, a definição aqui vai estar vinculada ao tópico que debate o CIPAM.
1957 Então, eu pediria que a gente fosse discutir a questão do CIPAM, minha
1958 proposta é q a gente discuta o CIPAM agora para ter mais, para o plenário ter
1959 mais condições de definir qual proposta opta, e conforme a robustez do
1960 CIPAM, isso pode tornar sem sentido alguma das propostas aí.

1961

1962

1963 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
1964 **DCONAMA)** - Secretário, a cobra correndo atrás do rabo. O CIPAM fortalecido
1965 para ter essa competência.

1966

1967

1968 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Sim, mas
1969 vamos expor a outra questão de uma vez, acho que aí a gente tenta matar as
1970 duas.

1971

1972

1973 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
1974 **DCONAMA)** - Então sobre o CIPAM são os artigos 26 a 28. Está numa tabela.
1975 O CIPAM tem uma tabela. O CIPAM nós também temos, discutimos
1976 composição, a forma de deliberação e a competência. Evidentemente se o
1977 CIPAM recebe a tarefa de deliberar sobre alguma coisa, ele terá que mudar o
1978 seu critério, atualmente ele decide por consenso, são cinco membros, um de
1979 cada segmento, ele passaria a ter que deliberar sobre admissibilidade, então
1980 tem que prever uma forma de deliberação que não seria necessariamente o
1981 consenso. Quais são as emendas sobre o CIPAM? Para a CTAJ a versão que
1982 veio à presidência, são os temas que estão sendo tratados no CIPAM dentro
1983 das emendas. A presidência do Secretário-Executivo do MMA, o MMA
1984 apresenta uma emenda apenas acrescentando que no impedimento do
1985 Secretário-Executivo e do conselheiro do MMA que na previsão da CTAJ o
1986 substitui seria também os suplentes do MMA, continuaria então essa cadeia
1987 sucessória na presidência, vamos dizer, das reuniões do CIPAM. Portos da
1988 formulação que é indicado pelo Secretário-Executivo e sem direito a voto, seria
1989 uma presidência sem direito a voto, que nós vamos ver a constituição que
1990 portos pretende para o CIPAM é bem diferente, então o presidente não teria

1991direito a voto. A FURPA acompanha a CTAJ que é a presidência do Secretário-
1992Executivo, mas nos impedimentos ele seria substituído por um presidente eleito
1993por seus pares. Quanto aos membros do CIPAM, isso é presidência. Membros,
1994a separação ali é por conta do programa, do Word, não somos nós que
1995separamos assim as palavras. Os membros, quem seriam os membros?
1996Versão CTAJ, um conselheiro representante com seu respectivo suplente do
1997Governo Federal, dos governos estaduais, municipais, entidades empresariais
1998da sociedade civil, ou seja, cinco membros, um de cada segmento deste
1999conselho, com a proposta do MMA que os membros seriam dois de cada
2000segmento, portanto, passaríamos para dez membros. Qual é a proposta de
2001portos? Vou fazer a descrição. Seriam conselheiros titulares ou suplentes do
2002CONAMA pertencentes aos seguintes setores e entidades, o IBAMA e o
2003ICMBio como suplente, a consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente,
2004dois do Governo Federal, sendo, pelo menos, um da área de infraestrutura, um
2005indicado pelos estaduais, pelos governos estaduais, um indicado pelos
2006municipais, dois indicados por entidades empresariais, e dois indicados por
2007sociedade civil não empresarial. Tem mais alguém embaixo? Não. Ele também
2008acrescenta um parágrafo que acho que é bastante pertinente que é que não
2009tem em lugar nenhum do regimento falando, que eles teriam um mandato, os
2010membros do CIPAM terão mandato de dois anos renováveis uma vez por igual
2011período. São essas as questões relativas à composição do CIPAM. E na forma
2012de deliberar, por favor, a próxima tabela, o art. 27, a CTAJ diz que o CIPAM
2013será convocado por seu presidente, sempre que necessário, no mínimo, duas
2014vezes ao ano e deliberará pelo consenso dos seus membros, anotando se
2015eventuais descensos para deliberação do plenário, a proposta do MMA, o
2016CIPAM será convocado o seu presidente... Posso pular essa parte. E
2017deliberará por voto da maioria simples dos seus membros. Portos retirou a
2018emenda e nos acompanha aí, não é isso Urbano? Da forma de funcionar do
2019CIPAM e a FURPA não tem proposta para a forma de deliberação. Sobre os
2020prazos e documentos o CTAJ prevê 15 dias, antes, na convocação da reunião
202115 dias de antecedência, e a FURPA apresenta uma proposta, que sejam 10
2022dias somente de antecedência e não quinze. Ok. As competências, aí eu botei
2023sem ser em tabela porque não tem conflito de opções, apenas o MMA
2024acrescenta ali essa competência de deliberar sobre a admissibilidade e
2025pertinência das propostas de resolução nos termos do art. 12, que é o que nós
2026estávamos discutindo originalmente, e tem outra proposta também que é de...
2027Aí é o seguinte. A emenda típica de redação, a CTN achou, encontrou uma
2028incongruência... Não, não é aí não. Desculpem, é outra coisa. A Secretaria de
2029Portos quer que o CIPAM também defina prazos e eventuais prorrogações para
2030tramitação da matéria até a votação do plenário do CONAMA, de acordo com
2031os presidentes das Câmaras Técnicas, ou seja, nas competências do CIPAM
2032estaria também ao enviar a matéria admiti-la, ela admitiria com prazos,
2033estabelecendo prazos para o trabalho das Câmaras Técnicas. Esse é o inciso
2034novo no art. 28 sobre as competências.

2035

2036

2037**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Mattedi.**

2038

2039

2040 **SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
2041 **DCONAMA)** - É emenda de Portos que foi retirada parcialmente, então se não
2042 está aí... O artigo o que é que não está aí?

2043

2044

2045 **SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
2046 **DCONAMA)** - Art. 28.

2047

2048

2049 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Como nós
2050 já estamos mudando de outros artigos, pela sequência e pela articulação dos
2051 assuntos, eu proporia que a gente votasse primeiro a questão da composição
2052 do CIPAM, para depois porque... Ela vai abalizar as outras questões. Tudo
2053 bem? Pois não.

2054

2055

2056 **SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Marcelo pelo INGAR.
2057 Parece-me, senhores conselheiros, que se nós votarmos essa inclusão de uma
2058 competência deliberativa que hoje não existe, entre as competências de
2059 finalidade do CIPAM, nós vamos estar automaticamente já deliberando também
2060 a questão anterior que o secretário pediu que fosse passada, então existe certa
2061 complexidade aqui, existe um problema. Então, eu peço ao Secretário que se
2062 discuta melhor essa questão, não nos parece que é o caso de deliberar nesse
2063 momento essas questões, sob pena de a gente estar passando por cima de
2064 outra deliberação que também deva ser pensada, talvez antes dessa.

2065

2066

2067 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Essa é a
2068 dificuldade. O Mattedi havia antecipada essa questão, porque admissibilidade
2069 está vinculada à questão do peso, da robustez do CIPAM, o CIPAM está
2070 vinculada à questão da admissibilidade. Pois não.

2071

2072

2073 **A SR^a. ZULEICA** - Bom dia a todos. No nosso entendimento o art. 12 tem
2074 várias propostas, algumas delas não citam o CIPAM como órgão deliberativo.
2075 Tem a proposta do Ministério Público, se não me engano, Federal que remete
2076 à plenária, por exemplo, o CIPAM não entraria nessa questão. Tem a proposta
2077 do grupo de trabalho, não sei se chama grupo de trabalho da comissão que é a
2078 primeira do art. 12 da CTAJ que propõe também uma proposta interessante de
2079 que as propostas serão apresentadas à Secretária-Executiva e, enfim, a
2080 Secretária-Executiva vai encaminhar isso para os órgãos competentes fazerem
2081 os seus pareceres, e esses pareceres voltam para a Câmara Técnica, e isso é
2082 encaminhado à plenária, de uma maneira bastante democrática de fazer, e
2083 técnica também, tem conteúdo técnico, porque são matérias técnicas e a gente
2084 colocar na mão de uma comissão que é eminentemente... Vai tomar decisões
2085 políticas a respeito dessas questões técnicas, nós vamos ter um prejuízo aí.
2086 Em nossa opinião, o art. 12 tem que ser primeiro examinado, verificar como
2087 que vamos fazer, se vai primeiro para o CIPAM e o CIPAM delibera a
2088 admissibilidade, se vem para a plenária, como o Ministério Público Federal
2089 propôs, ou se vai à Secretaria, primeiro obtém os pareceres técnicos no

2090IBAMA, do MMA ou do ICMBio, talvez, e aí é com base em toda uma
2091informação técnica que vai se deliberar, e aí se vai ser o CIPAM que vai
2092deliberar ou se vai ser a plenária que vai deliberar ou se vai ser a Câmara
2093Técnica. Então, se a gente deliberar agora o CIPAM a gente queima várias
2094opções interessantes, inclusive.

2095

2096

2097**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2098**DCONAMA)** – O Hélio pediu a inscrição, depois a Ana Cristina.

2099

2100

2101**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo do Estado de Pernambuco)**

2102– Hélio Gurgel, CTJ. Gostaria de requerer à mesa que na exposição das
2103opções da votação mantivesse a origem, a da CTAJ como uma opção, e que
2104considerasse não somente a substituição pelas emendas. É só isso.

2105

2106

2107**A SR^a. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Só gostaria de esclarecer
2108que a minha emenda se baseou na proposta original da câmara jurídica que
2109remetia à plenária, por isso eu remeti à plenária também, mas concordo que
2110isso seja remetido para um CIPAM mais qualificado, eu acho que talvez seja
2111até mais prático e veloz. O que eu entendo é que esse juízo de admissibilidade
2112deve ser mesmo um processo mais veloz do que a primeira proposta original. A
2113minha emenda continua de pé em relação ao que vai ser discutido na
2114admissibilidade, porque para mim deve ser limitada a legalidade, assim como é
2115no Congresso Nacional, um Projeto de Lei chega e o que se verifica é a
2116constitucionalidade, legalidade e competência só, e aí o mérito vai ser discutido
2117na Câmara Técnica no processo normal.

2118

2119

2120**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2121**DCONAMA)** – Márcio Freitas pediu inscrição, IBAMA.

2122

2123

2124**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** - Bom dia o todos.
2125Márcio Freitas do IBAMA. É só me posicionar no sentido de que a mesa
2126encaminhe primeiro a votação no art. 12, não só pelas razões já colocadas aqui
2127pela Zuleica, mas porque eu acho que facilita a compreensão e a própria
2128votação da composição do CIPAM se nós tivermos claro antes qual a função
2129que ele vai exercer, então apesar de ter essa situação da cobra correndo atrás
2130do rabo, acho que facilita a gente definir primeiro função, e em função dela
2131definir a sua composição. É isso.

2132

2133

2134**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2135**DCONAMA)** – Urbano.

2136

2137

2138**O SR. JOÃO URBANO CANIN (Secretaria de Portos)** - Eu queria justificar a
2139nossa emenda, porque é para desburocratizar o processo. Realmente toda

2140essa tramitação, Câmaras Técnicas uma resolução vai levar, ela já leva anos,
2141vai levar anos mais ainda, é para simplificar, tanto, evidentemente, a
2142composição do... O CIPAM pode ser discutido depois, incluir, tira, põe é outra
2143questão. Essa posição do Ministério do Meio Ambiente de manter Câmara
2144Técnica para depois decidir no CIPAM, eu acho que não tem muito sentido,
2145então a Câmara Técnica decide, não tem razão de levar ao CIPAM, então se
2146queremos fortalecer o CIPAM, dar uma posição a ele, se a Câmara Técnica vai
2147encaminhar o que é que o CIPAM vai decidir? Não tem sentido mandar para o
2148CIPAM, que a Câmara Técnica então decida. Então, eu acho que a proposta
2149do meio ambiente elimina levar o assunto ao CIPAM.

2150

2151

2152**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Marília.**

2153

2154

2155**A SR^a. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA) –** Eu só queria fazer uma
2156colocação aqui para mostrar basicamente as diferenças e fazer algumas
2157menções, algumas emendas que foram feitas aqui que, inclusive, do ponto de
2158vista do próprio funcionamento do Ministério do CONAMA, seria até impossível
2159de ser implementada. Qual é a ideia básica gente? Hoje nós temos um
2160processo de admissibilidade de proposta, o conselheiro propõe, hoje em dia já
2161funciona assim, isso é encaminhado para a Secretaria-Executiva do CONAMA,
2162a Secretaria-Executiva simplesmente é um órgão de encaminhamento de
2163propostas, inclusive, ali no próprio quadrinho do Eduardo, ele deixou bem claro
2164encaminhamento. E hoje em dia a Secretaria-Executiva já [ininteligível] do
2165posicionamento das áreas técnicas do Ministério, tanto do Ministério quanto as
2166vinculas. O que nós inserimos na proposta foi também uma análise sobre a
2167questão da legalidade da proposta, que seria feita então pela área jurídica, pela
2168CONJUR do Ministério do Meio Ambiente que não existe, hoje em dia, esse
2169tipo de posicionamento prévio por parte do Ministério do Ambiente. Então, com
2170base nesses pareceres isso retorna à Secretaria-Executiva. E hoje em dia
2171como é que isso acontece? Isso já vai direto para uma determinada Câmara
2172Técnica e a Câmara Técnica já processo aquela resolução. A proposta que
2173saiu a original da CTAJ, isso a Secretaria-Executiva encaminha para uma
2174Câmara Técnica, mas não é a para Câmara Técnica tomar uma decisão, a
2175Câmara Técnica simplesmente designa, faz a designação de um relator, o
2176relator prepara um parecer, e aí nós teríamos tanto os pareceres das áreas
2177técnicas do Ministério, o parecer da jurídica do Ministério e um parecer vindo
2178de uma relatoria da Câmara Técnica, e isso seria encaminhado para uma
2179instância de decisão. Aí que vem a proposta do Urbano, o Urbano propõe, por
2180exemplo, que o CIPAM solicite pareceres das áreas do Ministério, o CIPAM
2181não pode fazer isso, o CIPAM não é o órgão da estrutura do Ministério, a
2182Secretaria-Executiva pode demandar isso das áreas técnicas do Ministério,
2183mas o CIPAM teria que encaminhar isso à Secretaria-Executiva do Ministério
2184que encaminharia isso às áreas técnicas do Ministério, não tem esse vínculo
2185direto entre CIPAM, demanda de CIPAM e Ministério do Meio Ambiente. Então,
2186isso do ponto de vista da Jurisprudência, da ilegalidade não poderia ocorrer. Aí
2187quando você já tem esses pareceres a instância de decisão que é o grande, eu
2188acho, divisor de águas hoje. Se é o plenário do CONAMA que foi a proposta
2189original da CTAJ ou se é o CIPAM. E o que foi discutido no grupo de trabalho,

2190naquela reunião de trabalho que nós tivemos, é que se fosse para o plenário do
2191CONAMA nós teríamos um processo muito moroso de elaborar resoluções.
2192Então, que o CIPAM poderia ser uma instância que tivesse essa decisão sobre
2193admissibilidade de propostas, o CIPAM decidindo então isso retorna para a
2194Câmara Técnica para que então se dê a tramitação da matéria e depois vem
2195para o CTAJ e, posteriormente o plenário. Então, basicamente a defesa nossa
2196é a retirada do plenário enquanto instância de decisão e passar isso em termos
2197do CIPAM. Essa foi a proposta que nós colocamos, emendas nossa enquanto
2198Ministério do Meio Ambiente.

2199

2200

2201 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Secretária**
2202do Rio Grande do Sul.

2203

2204

2205 **A SRª. JUSSARA KALIL PIRES (ABES) – Bom dia a todos. Eu acho essa é**
2206uma discussão que é positiva essa forma como nós estamos fazendo essa
2207discussão, afinal nós estamos fazendo uma discussão conjunta do CIPAM e da
2208admissibilidade no contexto de um regimento interno que tem todo um
2209processo, e que é o regimento interno que nós estamos buscando como
2210CONAMA para que nós possamos cumprir a nossa função do CONAMA
2211nesses 30 anos comemorados aqui, e que muitos referendaram num momento
2212de maturidade do CONAMA necessária e estratégica sob o ponto de vista do
2213projeto de desenvolvimento por sustentabilidade. Então, eu não acho negativa
2214essa discussão, pelo contrário, porque na minha concepção o CIPAM é um
2215órgão de integração, a sua dimensão é estratégica, nós estamos discutindo o
2216CIPAM agora na perspectiva da discussão da admissibilidade, mas na minha
2217concepção ele vai além dessa discussão, nesse momento está integrada a
2218discussão porque nós também não temos que aprovar a questão da
2219admissibilidade. Eu acho que o CIPAM, o tamanho dele, ele vai além, então o
2220seu tamanho não pode ser só em função de admissibilidade, eu acho que ele
2221vai ser um órgão que não tira a decisão da plenária, pelo contrário, não tira a
2222decisão da plenária do CONSEMA, ele garante e qualifica a decisão sobre
2223qualquer aspecto, admissibilidade e outros, porque ele é um órgão que vai nos
2224dar a qualidade para a decisão política do plenário, é um órgão de integração,
2225e a composição dele, nesse momento, nós temos que discutir, uma
2226composição que vai além da dimensão para o conselho que nós precisamos,
2227então a nossa decisão política vai ser qualificada por um órgão que terá que
2228ter, sim, muita representatividade e qualidade para que a decisão política, ao
2229fim e ao cabo, seja tomada. Não me parece que seja uma discussão negativa,
2230pelo contrário, fazer junto e, ao mesmo tempo, que nós temos que pensar o
2231CIPAM para subsidiar a decisão de plenário, politicamente as decisões que nós
2232precisamos, e que nós olhemos para além de uma discussão desse momento
2233da questão da admissibilidade. Então, eu queria deixar essa contribuição aqui,
2234porque acho que ela... Não sei se ajuda, mas, pelo menos, manifestar o que é
2235que nós do Rio Grande do Sul pensamos como órgão que tem que fazer
2236gestão ambiental. Aliás, essa questão do regimento interno aqui e a dimensão
2237que nós dermos a essa discussão é estratégica para os Estados, porque nos
2238Estados a partir dessa decisão aqui nossa do regimento interno nós vamos ter
2239que fazer um trabalho intenso de modificação também dos nossos regimentos,

2240à luz desse novo regimento que nos Estados há empecilhos por regimento que
2241estão aquém da dimensão e das necessidades objetivas do momento para a
2242sustentabilidade ambiental para o projeto de desenvolvimento.

2243

2244

2245**O SR. JOÃO URBANO CANIN (Secretaria de Portos)** - Só aqui esclarecendo
2246que na nossa proposta, ao contrário do que a Marília falou, ela prevê sim que o
2247CIPAM encaminhe à Secretaria-Executiva, e ela que vai pedir, é legal, a coisa
2248se faz via Secretaria-Executiva, ele não vai à Câmara Técnica. Só irá ao órgão
2249que tem a ver com aquele assunto.

2250

2251

2252**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Senhoras e senhores conselheiros, eu vejo que
2253essa é uma questão extremamente importante e delicada para o nosso
2254andamento do conselho, entretanto, eu vejo que cabe ao conselho, à plenária
2255do conselho as deliberações, e nós criamos outro ente que vai praticamente
2256deliberar pelos conselheiros nós podemos criar uma situação incontrolável para
2257a participação democrática, ampla e do conhecimento de todos os membros
2258desse conselho. Então, eu vejo que o CIPAM, nesse caso, seria um órgão que
2259seria um CONAMÃO com poucos membros, esse CIPAM vai tratar dos
2260assuntos que devem ser tratados com a responsabilidade da deliberação de
2261cada membro desse conselho. Então, eu entendo que admissibilidade pode ser
2262ouvir dos órgãos técnicos do Ministério, ouvir dos órgãos técnicos, porém, a
2263decisão é deste conselho para o encaminhamento das propostas, e não de
2264outro órgão, inclusive, da questão da legalidade, a consultoria pode manifestar
2265sobre a questão da legalidade, mas cabe ao conselho a análise e a aprovação
2266das propostas que serão encaminhadas pelos conselheiros aqui.

2267

2268

2269**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Patrícia.

2270

2271

2272**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** - Primeiramente só
2273fazer um esclarecimento que eu acho que o Donizete veio aqui e fez um pouco
2274de confusão, o CIPAM não vai deliberar resolução nenhuma, a única coisa que
2275o CIPAM vai fazer é dizer se essa matéria merece ter continuidade e discussão
2276devido aos pareceres que vieram, ninguém está tirando competência do
2277plenário nenhum, segundo o CIPAM não é um alienígena, ele é formado por
2278membros do plenário, não é um órgão terceiro, uma coisa que vem lá de Marte,
2279caiu aqui não, ele é formado por membros deste plenário. Então, são duas
2280coisas que a gente precisa... A única coisa que eu acho que é mais complicada
2281é como é que a gente vai fazer votar para o CIPAM, que eu, teoricamente, não
2282sou contra sem dizer quem é o CIPAM. Eu, sinceramente, secretário estou sem
2283saber como é que vai fazer isso, por quê. Exemplo eu não acho que tem que
2284ser voto por maioria, eu acho que tem que ser unanimidade, que tem que ser
2285um consenso, eu acho que não tem que ser essa coisa, vencer no voto, acho q
2286o CIPAM sendo uma entidade estratégica tem que buscar o consenso, no
2287mínimo, pelo menos dizer que busca primeiro o consenso, se não der, mas que
2288tem que ser unanimidade, no mínimo, tem que ser. Então, eu fiquei só um
2289pouco confusa em relação a isso. Obrigada.

2290

2291

2292 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal, a
2293 mesa tem uma proposta de encaminhamento que é o seguinte. Esse assunto,
2294 como a nossa secretária do Rio Grande do Sul mencionou esses dois assuntos
2295 e a sua vinculação, eles são, provavelmente, um dos assuntos mais importante
2296 que estão deliberando hoje, e eu sei que nós estamos todos com fome,
2297 ansiosos. Eu queria propor que nós suspendêssemos a sessão, retomássemos
2298 a partir das 2h30 e dando um tempo algumas costuras entre, porque esse é um
2299 assunto complicado mesmo, a gente pode ir por um caminho ou por outro, mas
2300 qualquer que seja o caminho tomado nós vamos ter que arcar com as
2301 consequências por um bom tempo. Então, tudo bem 2h30? 2h30.

2302

2303

2304 *(Intervalo para o almoço)*

2305

2306

2307

2308 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Pessoal, boa tarde. O primeiro ponto
2309 antes de retomarmos às votações, às deliberações, eu queria saber se a
2310 Sociedade Civil concluiu a sua indicação para participar da representação no
2311 Fundo. Concluíram? Quem que é a pessoa, quem é a instituição?

2312

2313

2314 **O SR. MARCELO MOSMANN (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais)** –
2315 Boa tarde, Senhores Conselheiros. Quis logo declarar, informar que as
2316 pessoas interessadas, os Conselheiros vão poder colocar aqui a sua posição.
2317 Mas a nossa posição do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais a respeito do
2318 possível entendimento das entidades da sociedade civil é, já informando que
2319 existia, se sinalizou uma proposta de que a PROAM fosse a entidade indicada
2320 pelo CONAMA como titular, e abrindo a possibilidade de uma entidade do setor
2321 produtivo, que seria aderida como suplente, houve uma sinalização de que
2322 poderia haver um consenso com essa proposta. No fim, acabou que umas
2323 pessoas que participavam da reunião entenderam que, a PROAM entendeu
2324 para retirar o seu interesse como titular e algumas pessoas entenderam que
2325 poderia ficar a CNA ou alguma outra entidade, que em princípio pareceu que
2326 seria a Federação Nacional da Agricultura ou uma entidade da Sociedade Civil
2327 indicada pelo Conselho. Então, manifesto que o Instituto Gaúcho de Estudos
2328 Ambientais não concorda com essa indicação de forma alguma e, inclusive,
2329 manifestamos repúdio a essa indicação, se assim for promovido. Entendemos
2330 que deveria haver uma votação, e infelizmente não há outra entidade que
2331 tenha se proposto a participar. Nós, se autorizados pela Comissão, pela
2332 Secretaria, concorreríamos à vaga, porque entendemos que nessa situação
2333 fica realmente até como ato simplificado; nós entendemos que nessa situação
2334 vale mais, pelo menos, alguma deliberação, alguma votação, do que um
2335 entendimento nesse sentido. Pelas posições que a CNA, inclusive, tem
2336 adotado nesse momento pela destruição do Código Florestal Nacional,
2337 abertamente, posições completamente retrógradas, sem nenhum
2338 embasamento técnico consistente, e científico consistente, realmente, nós
2339 entendemos que não é possível. Então, de forma alguma nós concordamos

2340com essa indicação. A nossa entidade tem atuação no Rio Grande do Sul,
2341Santa Catarina; atuamos também junto ao FBOMS, o Fórum Nacional de
2342ONGs e Movimentos Sociais, junto ao GT Energia; o Instituto Gaúcho de
2343Estudos Ambientais discute a questão energética nacional em todo o País.
2344Então, nós, se autorizados, estamos nos candidatando, e, se não autorizados
2345manifestamos nossa discordância com essa indicação.

2346

2347

2348**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Marcelo, acho que eu vou pedir um
2349encaminhamento meu. Eu entendi que havia, houve um consenso, perfeito;
2350houve uma discussão, está bom. Pois não tem quatro pessoas aqui inscritas:
2351Zuleica, o (...) Florestal, o Bruno...

2352

2353

2354**A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu também quero concordar... Meu
2355nome é Zuleica, eu represento a AMAR – Associação Brasileira de Defesa do
2356Meio Ambiente de Araucária, uma ONG com quase trinta anos de luta contra a
2357contaminação química e a devastação florestal. Nós também estivemos
2358recentemente numa assembleia pública, na Assembleia Legislativa do Paraná,
2359onde ouvimos uma série de inverdades sobre, nessa discussão do Código
2360Florestal por parte de elementos ligados ao setor ruralista brasileiro. Inclusive,
2361ouvimos que aqui no CONAMA tem 23 ONGs que são estrangeiras, isso foi
2362dito na Assembleia, está gravado que tem 23 ONGs estrangeiras aqui no
2363CONAMA, e que são elas que aprovavam as atrocidades que o CONAMA vem
2364publicando. A nossa ONG é brasileira, criada em Araucária, região
2365metropolitana de Curitiba, e nós somos contrários a essa posição do grupo que
2366chegou a esse consenso, não participamos desse consenso, nós somos contra
2367a participação da CNA no Conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente,
2368porque eu acho que a CNA não deve ter nenhuma proposta positiva, nesse
2369momento, para dar para uso de recursos públicos na proteção do meio
2370ambiente. Eu peço: deixar registrado em ata que a AMAR não participou desse
2371acordo.

2372

2373

2374**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós tínhamos a expectativa de... Se
2375chegou a produzir uma posição, aparentemente a maioria do grupo retirou a
2376posição, nós estamos vendo aqui a reação de pessoas que não concordaram
2377com essa posição. Eu peço licença só para não trazer esse tema agora, para
2378eu conversar com vocês no final do dia, só entender o que aconteceu, para ver
2379se é o caso; depois nós trazemos para a Plenária e encaminha. Eu queria dizer
2380também o seguinte: nós não estamos discutindo aqui a atuação de nenhuma
2381Instituição do CONAMA ou seus dirigentes, ou se funciona ou não funciona, se
2382é uma organização criminosa, se há máfias ou só planos. Vamos colocar a bola
2383no chão. Essa indicação vale também para a Plenária, a Plenária tem que
2384referendar. Então, as pessoas eventualmente que tiveram, se for mesmo isso
2385aí que está parecendo que foi, depois nós conversamos, discutimos, votamos,
2386não tem problema. Mas eu quero só que vocês me deem até o final da tarde, e
2387nós conversamos para entender o que aconteceu.

2388

2389

2390 **SR. MARCILIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu estou estarecido,
2391 realmente, pela posição colocada pelas duas pessoas que me antecederam,
2392 porque essas duas pessoas estavam presentes aqui momento em que nós
2393 estávamos discutindo. Então, isso para mim é uma grande surpresa porque o
2394 setor ambiental sempre foi um setor muito unido, sempre mostrou muita
2395 coesão. E eu vejo agora que as pessoas têm essa divergência. Então, houve
2396 um acordo entre o setor produtivo e as ONGs de que a representação seria a
2397 CNA como titular e a PROAM seria... Porque o setor ambiental já tem três ou
2398 quatro representações nesse grupo. E pelo reconhecimento das ONGs que
2399 participaram na reunião concordaram que a CNA fosse... Eu só queria dar
2400 esse tipo de esclarecimento.

2401

2402

2403 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós retomamos o assunto. Eu quero
2404 só conversar com vocês, para não... Parece que nós estamos numa situação
2405 de maluco, uma coisa meio esquisita. Então, vamos retomar. Nós estávamos
2406 na discussão da votação. Eu achei que ia ser um ponto simples; nós
2407 retornamos a isso anteriormente. Bom, vamos lá: admissibilidade, Plenária,
2408 CIPAM. Bom, me parece que ficou claro pelo final da manhã que nós devemos
2409 votar primeiro no art. 12, o Processo de Admissibilidade e depois, em seguida,
2410 cuidar da composição do CIPAM porque não necessariamente o CIPAM será
2411 parte do processo da admissibilidade e nem... E também porque, como disse a
2412 Conselheira nossa do Rio Grande do Sul, não é só esse o papel dele. Então,
2413 primeiro, a votação do art. 12. As proposições foram apresentadas com as
2414 etapas, todas elas mantêm o que veio da CTAJ, que é o corpo mínimo
2415 necessário na apresentação das propostas, tem lá a qualificação da proposta
2416 inicial; ela está mantida; nenhuma emenda mexe nisso. Também não mexe
2417 que é o Plenário que indica as prioridades do Conselho, a ordem de prioridades
2418 de que as Câmaras vão trabalhar, e também ninguém altera a ideia de que no
2419 período de admissibilidade não há pedido de vistas, nesse período. Então,
2420 essas questões não têm discordância em nenhuma das propostas. As
2421 discordâncias são: primeiro, o Ministério Público Federal, que propõe que não
2422 haja nos critérios de admissibilidade, nenhum outro que não seja a legalidade,
2423 se a matéria legalmente cabe ao CONAMA. É o que o Ministério Público
2424 propõe como admissibilidade apenas isso, e decidido pelo Plenário. As outras
2425 propõem a admissibilidade não apenas legal, mas também a pertinência do
2426 CONAMA discutir naquele momento aquela proposta apresentada. Então, têm
2427 outras questões envolvidas na admissibilidade. Parece-me que no momento...
2428 Aí tem a visão de Portos e do Ministério do Meio Ambiente, que a diferença é o
2429 trâmite para chegar ao CIPAM. Para o Ministério do Meio Ambiente tem que
2430 haver uma passagem, tem que ter o pedido dos relatórios técnicos do
2431 Ministério das vinculadas, para depois ir para o CIPAM, e também antes,
2432 passando pela Câmara Técnica, numa primeira passagem na Câmara Técnica,
2433 trará o relatório para o CIPAM, para o CIPAM julgar. E a de Portos que
2434 concentrava já, no próprio CIPAM, o recolhimento desses pareceres, enfim. E
2435 não passava por Câmara Técnica. Parece que houve aí, Volney, uma posição
2436 do Ministério do Meio Ambiente, é isso? Então, o Ministério do Meio Ambiente
2437 avança em direção à proposta de Portos no particular que, no seu fluxograma,
2438 se puder mostrar aí, Anderson. A de Porto não, a do Meio Ambiente, nós
2439 retiraríamos essa passagem SECEX – CT, o terceiro quadrinho lá em cima,

2440Conselheiro para SECEX, pega os pareceres. Ao invés de passar pela Câmara
2441Técnica, ela iria, com os pareceres da jurídica, das vinculadas, da área de
2442alguma secretaria do Ministério, iria para o CIPAM. Nós retiraríamos essa
2443passagem pela Câmara Técnica, simplificando o processo, agregando assim
2444uma parte da proposta de Portos. É isso mesmo, Volney? Você quer falar
2445sobre isso, ou está claro aqui, gente? Eu estou informando que a mesa foi
2446informada que o MMA se propõe em aderir a uma parte da proposta de Portos
2447que é justamente a retirada da passagem prévia pela CT, e já teria a decisão
2448da CIPAM, a partir dos relatórios do MMA, do IBAMA, das vinculadas e da
2449jurídica.

2450

2451

2452**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2453**DCONAMA)** – Se a relatoria está mantida ou não, essa é uma dúvida da
2454Plenária.

2455

2456

2457**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
2458**DO DCONAMA)** – A relatoria existiria dentro da Câmara Técnica. Iria o
2459processo como o Conselheiro apresentou, mais os pareceres MMA vinculadas
2460para discernimento do CIPAM.

2461

2462

2463**O SR. FERNANDO CARLI (Ministérios Públicos Estaduais)** – Boa tarde.
2464Senhor Secretário, eu teria aqui uma sugestão em cima dessas emendas
2465todas. A primeira delas, na verdade, não é uma sugestão, esforçando o
2466posicionamento da representante da CNT que, quando se pronunciou, acredito
2467que adequadamente, sobre a necessidade de que a votação pelo CIPAM se dê
2468por uma maioria qualificada ou até mesmo foi mencionada, talvez, a
2469possibilidade de que seja feito por unanimidade; ou seja, as deliberações
2470seriam ou por unanimidade ou por uma maioria qualificada de seus membros.
2471E a sugestão que nós traríamos, se o senhor prestar a atenção, Sr. Secretário,
2472o senhor verá que tem a ver com a questão que será levada em votação. E a
2473nossa sugestão seria no sentido de, independentemente de a análise ser de
2474admissibilidade apenas, como proposto pelo Ministério Público Federal, ou
2475admissibilidade e pertinência, para equilibrar, porque nós vimos pela manhã
2476que muitos Conselhos estão preocupados com a retirada daquilo que seria
2477naturalmente uma competência do Plenário, se criar um mecanismo de recurso
2478ao plenário para a rejeição; mas não um recurso por apenas um Conselheiro,
2479mas um percentual mínimo que seria estabelecido, de Conselheiros que
2480poderiam recorrer ao Plenário daquela decisão de rejeição da proposta de
2481resolução. Eu acho que isso equilibraria, porque manteria essa tramitação mais
2482célere pelo CIPAM, daria a segurança ao Plenário de que um grupo de
2483Conselheiros descontentes com a eventual decisão de rejeição, poderia propor,
2484interpor este recurso ao Plenário. Mas, com um quórum mínimo também de
2485Conselhos, porque senão até o próprio proponente eventualmente poderia
2486recorrer singularmente, e isso não seria adequado. Seria essa a nossa
2487sugestão.

2488

2489

2490 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – A princípio, acho a sugestão muito
2491 interessante. Então, propondo aqui um quórum de 5% para recurso. Tudo bem,
2492 10%. Bom, primeiro vamos por partes. Vamos estruturar aqui, depois nós
2493 voltamos. Mas é uma boa sugestão.

2494

2495

2496 **SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – No artigo de voto nominal, tem lá 8
2497 Conselheiros. Nós poderíamos usar o mesmo número.

2498

2499

2500 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Cinco, oito, dez. Mas, enfim, vamos
2501 chegar daqui a pouco aí. Vamos lá. Tudo bem. É uma proposta. Podemos
2502 tentar encaminhar? Parece-me que é uma proposta de encaminhamento
2503 consensual, que eu estou entendendo, que seria: existiria o processo de
2504 admissibilidade, nos termos da emenda do MMA, somando à ideia de que não
2505 precisa passar necessariamente pela Câmara Técnica, a partir dos pareceres
2506 recebidos pela SECEX, é caminhado para o CIPAM, que decidirá. E aí a
2507 decisão na que for votar o CIPAM nós vemos que seria uma decisão
2508 consensuada sob pena de ir ao... De alguma forma, estabelecido isso, sob
2509 pena de ter o recurso ao Plenário; e nós teríamos que estabelecer isso, lá no
2510 voto sobre a decisão do CIPAM no outro artigo, e enfim, é isso. Eu acho que
2511 tem aqui um consenso, então? Perfeito? Ah, não há consenso. Quer dizer,
2512 talvez haja consenso, mas pode não ter unanimidade.

2513

2514

2515 **SR. NÃO IDENTIFICADO** – Boa tarde a todos. Como representante da
2516 ABEMA neste grupo, fui eu que fiz esta proposta, e eu devo fazer um alerta: no
2517 formato final, só o Governo Federal se manifesta. Na medida em que a Câmara
2518 Técnica, que é onde você tem as diferentes representações, elas não se
2519 manifestam; eu não acho razoável. Não atrasa porque, ao mesmo tempo em
2520 que o SECEX pode enviar a proposta por exemplar á jurídica, dando um prazo
2521 de trinta dias, esse mesmo prazo de trinta dias pode ser dado
2522 concomitantemente a uma Câmara Técnica, e as outras representações se
2523 manifestariam. Eu não acho razoável que apenas e tão-somente o Governo
2524 Federal se manifeste sobre a admissibilidade da matéria. Eu acho pouco
2525 democrático.

2526

2527

2528 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Alguma sugestão de proposição? Se
2529 mantém a redação original? Ok. Então, nós temos aqui...

2530

2531

2532 **SR^a. ZULEICA NYCZ (ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**
2533 **DE ARAUCÁRIA)** – Nós estamos procurando aqui onde que estariam os
2534 critérios para aplicar, no caso de deliberar sobre admissibilidade e pertinência.
2535 O Ministério Público Federal fala em legalidade, como imagina que esteja
2536 querendo dizer com isso que o, quando diz ali: o Plenário deliberará pela
2537 legalidade, quis dar um critério, mas o que significaria essa admissibilidade.
2538 Quais são os critérios que o CIPAM, por exemplo, iria aplicar para justificar se é
2539 admissível ou não é admissível?

2540

2541

2542 **SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
2543 **DO DCONAMA)** – Atendendo ao pedido do secretário para esclarecer: o art. 12
2544 no seu § 1º pede que a matéria apresentada tenha justificativa da proposta de
2545 resolução, contendo no mínimo as seguintes informações: relevância da
2546 matéria ante as questões ambientais do País; degradação ambiental
2547 observada, quando for o caso, se possível com indicações quantitativas;
2548 aspectos ambientais a serem preservados, quando for o caso, se possível com
2549 indicações quantitativas; escopo do conteúdo normativo; impactos e
2550 consequências esperados; e setores a serem afetados pela aprovação da
2551 matéria. Além dessas informações já oferecidas pelo Conselheiro proponente,
2552 estarão agregados os pareceres que nós vamos decidir se são do MMA
2553 vinculadas, ou também da Câmara Técnica. A partir daí, como está escrito...
2554 No § 6, que originalmente escreve: “o Plenário deliberará”, viu Zuleica,
2555 Conselheira, o Plenário, no § 6º, está escrito: O Plenário deliberará pela
2556 admissibilidade e pertinência da proposta de Resolução. Então, baseado
2557 naqueles critérios apresentados pelo proponente e nos pareceres, se julgará a
2558 admissibilidade e pertinência. A palavra “pertinência”, nós sabemos o
2559 significado dela. Eu estou apenas esclarecendo, Conselheira, o que você me
2560 perguntou. Você me perguntou sobre onde estavam os critérios, e esse é o
2561 nosso entendimento.

2562

2563

2564 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2565 **DCONAMA)** – Então, Zuleica, também (...) sobre o histórico disso. Se
2566 entendeu tanto no GARI, a não ser que alguém ainda queira complementar.
2567 Tanto no GARI quanto na CTAJ, que era melhor não haver essa explicitação,
2568 porque critério de admissibilidade seria aquilo que engloba esses aspectos
2569 formais, mais o aspecto da legalidade, porque a admissibilidade engloba os
2570 dois. Pertinência é uma avaliação, realmente, de conteúdo, se cabe ao
2571 CONAMA discutir isso. Então, o que se avaliou historicamente era que não
2572 cabia esse detalhamento no regimento, sob pena de engessá-lo. Esse é o
2573 histórico. Só estou dando a ligação.

2574

2575

2576 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Mesmo critério de admissibilidade do
2577 ponto de vista legal, é um escritório discutível; porque é legal, para uns não é.
2578 Nós temos que contar um pouco com o bom senso nosso. O risco de
2579 discriminação excessiva é gerar rigidez. Basicamente, nós estamos colocando
2580 a questão da legalidade, a questão de relevância... Pertinência, perdão; isso
2581 pode gerar problemas. É uma opção por um determinado tipo de risco.

2582

2583

2584 **O SR. MARCELO MOSMANN (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais)** –
2585 Senhores Conselheiros, Sr. Presidente da reunião, é um critério discutível,
2586 pode gerar discussão a questão da legalidade, e não da proposta. Mas é um
2587 critério objetivo. O que nós entendemos é que, pelo menos, é um critério,
2588 porque a simples admissibilidade e pertinência, realmente, são indicações
2589 bastante subjetivas. O que foi colocado aqui, como especialmente critérios, que

2590eu entendo, o art. 12 são os requisitos para apresentação e para que o
2591Plenário possa dar provimento a essa resolução. Na verdade, o Plenário é que
2592vai entender se a matéria é relevante para o País; o Plenário que vai entender
2593se ela é procedente ou não é procedente. Então, no momento em que o
2594Plenário acaba não tendo a opção de deliberar, por uma eventual decisão da
2595CIPAM, negando segmento, isso acaba...

2596

2597

2598**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Só para esclarecimento: você está
2599defendendo detalhamento de critérios e de pertinência, ou já está definindo
2600uma posição?

2601

2602

2603**O SR. MARCELO MOSMANN (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais)** –
2604Eu colocaria um esforço no sentido de verificar junto ao MMA se seria possível
2605conciliar (...) do MPF. Porque nós chegamos num consenso... Está se num
2606consenso de outras questões: de encaminhamento de Câmara Técnica, etc.

2607

2608

2609**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Foi feita uma proposta pela China, que
2610ela defendeu a proposta. Se você está reforçando a defesa dessa proposta,
2611tudo bem.

2612

2613

2614**O SR. MARCELO MOSMANN (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais)** –
2615Eu estou propondo um caminho, se seria possível, consultando, se seria
2616possível... Porque, realmente, esses dois limites de votação nem sempre é o
2617melhor. Acho que quando há um consenso, realmente é melhor. Aqui, a
2618legalidade, realmente, como foi colocado pela representante do Ministério
2619Público Federal, é um critério objetivo, e é um critério que realmente aqui não...
2620Parece que faltou esse critério. Dessa forma, fica uma preocupação da
2621Sociedade Civil, porque, não no presente, porque nós vemos que a coisa está
2622sendo bem conduzida aqui. Mas fica uma legislação aberta, para, em algum
2623momento, propostas que são pertinentes, são relevantes, não sejam levadas a
2624campo. Então, parece que está se chegando num consenso, sim, em várias
2625questões, e para que nós não precisemos polarizar em outra conta, fica esse
2626apelo: se seria possível acrescentar apenas a questão da legalidade, o critério
2627da legalidade.

2628

2629

2630**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Bom, vamos retornar à discussão
2631então. O primeiro ponto, como é que nós organizaríamos essa votação?
2632Mantemos a proposta do MMA original e a proposta simplificada. Perdão. Essa
2633que você representou agora, seria a primeira escolha de diagramas?

2634

2635

2636**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
2637**DO DCONAMA)** – Eu entendo que existe a proposta que o MMA retirou parte
2638de sua proposta, estou entendendo isso. O Conselheiro Volney expressou isso
2639aqui à mesa. Então, retirou. O Cláudio Alonso apresentou uma proposta em

2640separado nessa questão de se manter um relatório da Câmara Técnica. Eu
2641acho que nós poderíamos primeiro votar a proposta base, depois poderíamos
2642votar esse aspecto da Câmara Técnica, e votar, em primeiro lugar, antes de
2643tudo, se é a proposta do Ministério Público, que é só a legalidade, ou se
2644também vai se discutir a pertinência, a oportunidade, porque a ideia do
2645processo de admissibilidade é para discutir se o Conselho quer discutir esse
2646assunto nesse momento, etc., e não só legalidade.

2647

2648

2649**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Vamos encaminhar essas 3 votações,
2650então. A primeira, em relação aos fluxos propostos. Você podia apresentar
2651aquele diagrama original e a proposta de novo.

2652

2653

2654**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
2655**DO DCONAMA)** – A proposta original CTAJ é a que vai o processo completo,
2656onde a matéria passaria duas vezes pelo Plenário: uma primeira vez para julgar
2657a admissibilidade e uma segunda vez depois, quando retornassem da Câmara
2658Técnica, para aprovação final, enfim. A emenda do MMA propõe que o espaço
2659da admissibilidade seja o CIPAM e sem a passagem pela Câmara Técnica
2660também. Então, pegando parte da emenda de portos, numa revolução da
2661proposta. Esse é o fluxo. E tem a proposta que Cláudio Alonso, a original, que
2662passa também pela Câmara Técnica. Então, tem que votar entre a original
2663essa do MMA e a do Ministério Público, que é apenas um critério de legalidade,
2664pelo Plenário.

2665

2666

2667**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu estou aqui ouvindo essa questão relativa à
2668admissibilidade, nós estamos tentando quase que conceituá-la. E estou aqui
2669traçando um paralelo com as questões de admissibilidade que nós temos na
2670área jurídica. Admissibilidade é requisito de forma, e isso é algo que o CIPAM
2671tem que analisar. Se ficar para ele a análise das propostas, como existe
2672proposta de emenda nesse sentido, se de fato ficar com o CIPAM esta análise
2673de proposta, antecipadamente, ele vai ter que verificar o requisito de forma, e
2674isto é admissibilidade. Aquela proposta de resolução aguarda a forma prevista
2675no regimento? Hoje nós não temos essa forma, mas há proposta nesse
2676sentido. Então, é suprimir a palavra “admissibilidade”, é retirar daquele que tem
2677que analisar as propostas, um requisito essencial, que é a forma. Então, se
2678eventualmente se entender que deve também a legalidade ser observada por
2679parte do CIPAM, que não seja suprimida a admissibilidade, que seja aditada a
2680legalidade, se o Plenário assim entender. Se entender que o CIPAM não deve
2681se pronunciar sobre legalidade, tudo bem, tira a legalidade, mas a
2682admissibilidade é preciso que seja mantida, sob pena do CIPAM depois não ter
2683como se pronunciar sobre a forma em que aquela proposta foi apresentada.

2684

2685

2686**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2687**DCONAMA)** – Um esclarecimento eu teria aqui: no art. 12, quando fala em
2688requisitos para apresentação das resoluções, eles são, no mínimo, em algumas
2689questões, e se possível em outros. Porque, lembrando também discussões

2690prévias: nem toda a Sociedade Civil teria condição, segundo colocado
2691anteriormente, de apresentar estudos detalhados, impactos ambientais
2692econômicos, etc. Então, a redação aprovada pelo GARI, que foi mantida pela
2693CTAJ, era: aspectos ambientais a serem preservados, quando for o caso, se
2694possível. Então, é o parâmetro, não são aspectos formais da maneira colocada.
2695Porque senão, da maneira como colocado, a admissibilidade já estaria
2696prejudicada, quando não atendidos esses requisitos.

2697

2698

2699**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós vamos voltar primeiro à questão
2700do diagrama, se mantemos a proposta original, ou se mantemos a proposta
2701simplificada. Chamo atenção só para o argumento do Cláudio: a implicação
2702significa a proposta simplificada, as estâncias têm o fluxo diferente em relação
2703à participação de quem faz esse julgamento. Tudo bem? Quem é a favor da
2704manutenção da proposta original apresentada? Fluxo maior passando pela
2705CTAJ. A original é a que veio da CTAJ e que traz para o Plenário ia decisão
2706passando por Câmara Técnica com os pareceres... Completa. Doze (votos).
2707Quem é a favor da proposta simplificada? Que remete ao CIPAM, aos
2708pareceres e de algum diálogo com o Plenário que será decidido lá no... A
2709segunda proposta prevaleceu. Bom, vamos ao segundo ponto: a questão da
2710admissibilidade ou admissibilidade e pertinência.

2711

2712

2713**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
2714**DO DCONAMA)** – Está esclarecido, Senhores Conselhos que a proposta do
2715Ministério Público fala da legalidade da proposta para ser julgada, e as
2716propostas outras todas, tantas que vieram da CTAJ, como as outras emendas,
2717falam em admissibilidade e pertinência.

2718

2719

2720**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – A proposta que acolhe a sugestão do
2721Ministério Público, mantendo a admissibilidade apenas. Admissibilidade
2722relacionada à questão da legalidade apenas. Por favor, peço que levantem.
2723Cinco (votos). A proposta que trabalha com admissibilidade com base em
2724legalidade e pertinência. Prevalece a legalidade e pertinência. Desculpe. A
2725proposta de instância de recurso. O quórum para instância de recurso proposto
2726pelos nossos colegas do Ministério Público Estadual...

2727

2728

2729**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2730**DCONAMA)** – Eu queria um esclarecimento... Só porque apareceu uma dúvida
2731ali. Então, o que foi aprovado é admissibilidade e pertinência. E a proposta
2732perdedora foi a da legalidade. Está claro, Zuleica? A admissibilidade é mais
2733ampla.

2734

2735

2736**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Gente, olha legalidade e legalidade.
2737Desculpem-me. Já houve uma definição, não vou voltar a discutir o que é
2738legalidade, pelo amor de Deus. O Congresso discute isso diariamente, 24h por
2739dias em tempo real. Por favor.

2740

2741

2742 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
2743 **DO DCONAMA)** – Nós saltaremos, então, para os art. 26 e 28, que tratam do
2744 CIPAM, pois está relacionado diretamente a esta matéria. Eu entendo que é só
2745 esclarecimento. Ao discutir o CIPAM, a forma de deliberar do CIPAM, nós
2746 estaremos atendendo à questão do recurso de admissibilidade. Porque aqui
2747 nos art. 26 a 28 é que fala como o CIPAM. Então aí, nós, votando, estaríamos
2748 decidindo como é que ele vai deliberar sobre admissibilidade.

2749

2750

2751 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Vamos fazer o seguinte: vamos voltar
2752 a essa questão de quórum para recusa, depois nós vemos onde o
2753 penduramos. Pode ser? Têm três propostas: 5% do CONAMA, 8% CONAMA e
2754 10% CONAMA. Quem é a favor que seja 5% para se protocolar o recurso a
2755 partir de seja 5%?

2756

2757

2758 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2759 **DCONAMA)** – A Secretária aqui tem uma outra que talvez esteja vinculada, me
2760 permita. Tem outros três artigos que falam sobre critérios numéricos para
2761 algumas coisas: votação nominal, pedido de urgência, etc. O que eu iria
2762 questionar e perguntar seria se não seria mais relevante estabelecer primeiro
2763 esse único critério, oito Conselheiros, vinte Conselheiros, seis Conselheiros,
2764 que é um número já dado em outros artigos; e usaríamos o mesmo critério para
2765 isso, para o recurso.

2766

2767

2768 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Essa foi uma das propostas, mas não
2769 foi a única.

2770

2771

2772 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2773 **DCONAMA)** – Eu perguntaria se, quem propôs 5, 10%, não agregaria nessa
2774 outra metodologia. Enquanto composta, 6, 8 e 20 Conselheiros para outras
2775 questões, que é a votação nominal, pedido de urgências e uma outra questão
2776 que agora está me falhando, mas são três questões semelhantes...

2777

2778

2779 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – 6%. Então, temos duas propostas 6%
2780 e 8% e 10%. Pessoal, nós arredondamos isso depois. Vamos lá, é uma
2781 questão simples. Quem acha que pode... Precisamos de 6% dos Conselheiros.
2782 Por favor, ergam os braços? 8%. 10%. O que o (...) está dizendo é o seguinte:
2783 para que se recorra tem que haver um quórum maior. Então, perfeito: 10%.
2784 Então, nós vamos trabalhar com 11 Conselheiros, está bom?

2785

2786

2787 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
2788 **DO DCONAMA)** – Então, senhores Conselhos, o recurso com 10%, para
2789 agregar nos termos do art. 12. Onze Conselheiros. Passemos, então, aos art.

279026 a 28, por favor, sobre composição do CIPAM. Os senhores Conselhos estão
2791esclarecidos sobre as propostas? Originalmente o CIPAM era um membro,
2792cinco membros, um de cada seguimento. A proposta do Ministério do Meio
2793Ambiente é que se vá para 10 membros, dois de cada seguimento. A proposta
2794de Portos tem que ser lida, que ela tem um membro IBAMA com um ICMBio de
2795suplente, a consultoria jurídica do Meio Ambiente do Ministério, dois
2796representantes do Governo Federal, ao menos um da área de infraestrutura,
2797um indicado pelos Governos Estaduais, um indicado pelos municípios, dois
2798indicados pelos setores empresariais e entidades empresariais e dois pela
2799sociedade civil, não empresarial, no caso entendido. Essas são as propostas
2800que estão postas para a composição do CIPAM. Encaminhar à votação.
2801Primeira proposta: a proposta apresentada pela CTAJ. Quem é a favor, por
2802favor, manifeste-se levantando o crachá. Quatro. Quem é a favor da proposta
2803apresentada pelo Ministério? Quem é a favor da proposta apresentada por
2804Portos. A segunda proposta encaminhada pelo Ministério prevaleceu. O CIPAM
2805passa a ter 10 membros. Sobre a questão da presidência. Sobre o critério
2806presidência, o texto original fala que a presidência é exercida pelo secretário
2807executivo do Ministério, o texto proposto pelo Ministério do Meio Ambiente
2808acrescenta que ele será substituído pelo, também pelo suplente do Conselheiro
2809do MMA, o texto de Portos é indicado pelo secretário executivo do MMA, sem
2810direito a votos, e a FURPA, que ele é o secretário executivo substituído por
2811eleito pelos outros membros da Comissão. São estas as propostas.

2812

2813

2814**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Bom, como vai ser passado
2815pelo CIPAM, nós gostaríamos que fosse acrescido também mais um parágrafo
2816para “o presidente convidará o Conselheiro proponente da matéria, mesmo que
2817ele não tenha direito a voto, mas para ele defender sua matéria no CIPAM.

2818

2819

2820**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Eu acho que assim, nós estamos
2821voltando numa questão voltada à presidência. Acho que essa é uma ideia
2822interessante. Vamos discutir logo, para nós terminar essa votação aqui da
2823presidência. A questão da presidência. O Secretário Executivo está pensando
2824em retalhar quem votar para quem seja considerado membro fixo permanente,
2825única e insubstituível da presidência.

2826

2827(*Risos!*).

2828

2829

2830**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – A proposta
2831que eu queria fazer em relação à proposta da secretaria de Portos, porque
2832como são 10 membros que vão estar presentes, pode sempre dar um empate.
2833Então a minha sugestão seria, em cima da proposta do Dr.(...), seria indicação
2834para Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, nós colocaríamos
2835um voto, tendo o seu voto como de minerva, somente votaria se fosse por um
2836motivo de empate.

2837

2838

28390 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perfeito. Então, na soma de nove
2840votos e o voto do Secretário Executivo seria o voto de desempate.

2841

2842

28430 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Se ficar cinco
2844a cinco, teriam dez votos. Cinco a cinco. Se tive empate, aí sim o Ministério
2845daria a sua, a sua...

2846

2847

28480 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós estamos falando, então, de uma
2849Comissão de 10 membros. No caso, com o Secretário, com a posição do
2850Secretário Executivo prevalecendo no caso de empate. Vamos lá, na primeira
2851presidência do primeiro ponto, seria exclusivamente a figura do Secretário
2852Executivo. Na proposta do MMA, o Secretário-Executivo eventualmente
2853substituído por Conselheiro do MMA, ou suplentes. Na proposta de Portos, o
2854Secretário-Executivo não teria direito a voto, mas na proposta da CNA, votaria
2855o voto de minerva.

2856

2857

28580 **SR. NÃO IDENTIFICADO** – Questão de ordem: a proposta de Portos perdeu
2859o sentido porque ela dependeria da aprovação...

2860

2861

28620 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perfeito. Está retirando então o
2863corpus. Tem a proposta da FURPA: sugere que o Secretário Executivo, quando
2864impedido, seja substituído por um Conselheiro eleito, não sendo
2865automaticamente Conselheiro do MMA. Então, voltamos à primeira, segunda e
2866terceira. Secretário-Executivo; Secretário Executivo ou seu substituto;
2867Secretário Executivo ou substituto eleito pelos membros. Quem é a favor da
2868primeira proposta? Quem é favor da segunda proposta? O Secretário-
2869Executivo. A terceira proposta, da FURPA. Prevaleceu a posição, então, do
2870Secretário-Executivo do MMA, nos seus impedimentos, o Conselheiro do MMA
2871ou os seus suplentes. A sugestão que foi feita, você poderia colocar, seria
2872acrescentar um parágrafo em que o presidente convidará o Conselheiro da
2873matéria para reunião do CIPAM, mesmo sem direito a voto, mas para ele se
2874defender já que o CIPAM vai decidir se vai ou não... Podemos colocar isso, no
2875caso de ela não ser assimilada?

2876

2877

28780 **SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Mas aí, vai ter de fazer uma
2879segunda reunião. Então ele já tem de estar na reunião.

2880

2881

28820 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Tudo bem, acho que é uma proposta.
2883Vamos... Alguém contra a proposta apresentada? Serão todos convidados. A
2884ideia... Agora, não tem jeito de ter um pouco de bom senso assim, não?
2885Quando houver uma sinalização de que pode ter problemas e tal, ou não?

2886

2887

2888(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

2889

2890

2891 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Então, espera aí. Isso é uma questão
2892 de técnica. Perdão. Acho que a preocupação dele é: quando não for acolhida a
2893 admissibilidade...

2894

2895

2896 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Não. No momento em que
2897 houver a discussão, o proponente tem que estar lá.

2898

2899

2900 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Vamos caminhar, então. Há uma
2901 sugestão de acréscimo. Você vai acrescentar alguma coisa, Cristina? Está
2902 bom.

2903

2904

2905 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2906

2907

2908 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perfeito. O proponente ou o seu
2909 indicado...

2910

2911

2912 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Sim, eu. O proponente apresentará matéria (...)
2913 porque assim ele faz a defesa.

2914

2915

2916 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – O proponente ou o seu representante
2917 (...). Tudo bem? Vamos votar, então.

2918

2919

2920

2921 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu sou
2922 completamente a favor da ideia. Eu só peço à mesa para depois ver o lugar,
2923 porque ela não é nenhum parágrafo desses artigos que estão aqui, porque não
2924 fala de matéria esses artigos. Então, fica uma coisa sem nexos. Então, é só para
2925 ter o cuidado do lugar.

2926

2927

2928 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Alguém é contrário à proposta
2929 apresentada pelo Daniel? Os que são favoráveis à proposta do Daniel, por favor,
2930 manifestem-se. Está acolhida.

2931

2932

2933 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
2934 **DO DCONAMA)** – Passamos, então, para o mandato. Art. 26. Há uma
2935 proposta que a Secretaria de Portos percebe que em nenhum lugar do
2936 Regimento se fala desses membros escolhidos pelos seus pares. Então, ele
2937 acrescentou um parágrafo: Os membros do CIPAM terão mandato de dois
2938 anos, renovável uma vez por igual período.

2939

2940

2941 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Alguém quer comentar essa proposta?

2942 Então, estamos encaminhando. Os que forem favoráveis se manifestem.

2943 Perdão.

2944

2945

2946 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Secretário, eu queria fazer um

2947 adendo, também para guardar pertinência com o critério que nós formos adotar

2948 com a Câmara Técnica, porque na Câmara Técnica isso vai ser votado. Tem

2949 uma proposta que prevê renovação por igual período e outra proposta que

2950 prevê simplesmente renovação. Eu imagino que, se vale para o CIPAM, tem

2951 que valer também para a Câmara Técnica.

2952

2953

2954 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Uma reeleição está bom? Nenhuma

2955 reeleição. Então, está bom. Depende para que cargo: presidente, governador,

2956 membro do CIPAM, Câmara Técnica...

2957

2958

2959 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**

2960 **DO DCONAMA)** – Está sendo colocado aqui. Parece que é o entendimento de

2961 todos. Ainda sobre o CIPAM, o art. 27. É sobre a forma de deliberação do

2962 CIPAM. Originariamente, o CIPAM delibera por consenso dos seus membros,

2963 anotando-se eventuais dissensos para a deliberação do Plenário. Essa é o

2964 original.

2965

2966

2967 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – O original que ele está

2968 dizendo é a proposta do CTAJ.

2969

2970

2971 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**

2972 **DO DCONAMA)** – Eu chamo original aquilo que veio do GARI, do CTAJ, que é

2973 a deliberação do CIPAM se dá por consenso, anotando-se eventuais dissensos

2974 para a deliberação do Plenário. O MMA está propondo deliberação por voto de

2975 maioria simples de seus membros. Portos acompanhou retirando a sua

2976 proposta. Alguma dúvida? Houve aqui um debate que caberia nessa forma de,

2977 se empatar o presidente, haveria um voto de qualidade do presidente.

2978

2979

2980 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – A proposta original da CTAJ

2981 não previa admissibilidade, porque agora é a tarefa do CIPAM, e nós já

2982 votamos o voto de qualidade para a presidência do CIPAM. Então talvez valha

2983 colocar para o Ministério do Meio Ambiente, eu pergunto ao Ministério, se por

2984 maioria simples de seus membros, podendo haver um voto de qualidade em

2985 caso de empate. Porque essa é uma possibilidade.

2986

2987

2988 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Aqui, nós pediríamos que fosse uma
2989 posição para cada uma das duas. Alguma defesa para cada posição. Quem
2990 quiser defender a posição do CTAJ, e quem quiser defender a posição da
2991 MMA. Patrícia e Cristina, vocês vão defender a mesma ou diferentes?

2992

2993

2994 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Eu defendo a
2995 proposta da ctaj. Eu acho que o esforço do consenso, especialmente numa
2996 matéria que é estratégica, que é discutir ou não uma matéria que virá a uma
2997 Resolução ou regulamento, é um termo estratégico. Então, um conselho
2998 estratégico tem que ter o esforço do consenso. Porque senão fica muito
2999 cômodo. Eu voto e pronto. Ganho no voto, perco no voto. Ninguém se esforça
3000 pelo consenso, pelo aprofundamento das discussões e tudo mais. Então, eu
3001 sou a favor da proposta da CTAJ.

3002

3003

3004 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Temos duas outras propostas de
3005 maioria simples, de maioria absoluta. Vamos lá.

3006

3007

3008 **A SR^a. CRISTINA** – Eu dizer primeiro que, a princípio, eu concordo com a
3009 Patrícia, que deveria mesmo haver consenso. Tendo em vista que, agora, o
3010 papel do CIPAM é muito mais relevante, podendo bloquear a entrada de
3011 matérias importantes no CONAMA. Mas se for o caso de rejeitar essa proposta,
3012 eu acho que deveria ser pensando, no mínimo, numa maioria absoluta, porque
3013 senão numa reunião quem vem cinco Conselheiros, três Conselheiros podem
3014 bloquear a entrada de uma matéria no CONAMA, o que me parece muito
3015 pouco.

3016

3017

3018 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Cristina, uma dúvida: o ônus seria de
3019 bloquear ou de admitir? Você está defendendo maioria para uma coisa ou para
3020 outra?

3021

3022

3023 **A SR^a. CRISTINA** – Maioria absoluta para bloquear a entrada, para não
3024 admitir, para recusar a proposta. Sim, aí é admitida. Porque o duro é rejeitar, o
3025 problema é rejeitar.

3026

3027

3028 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Alguém que defender a proposta de
3029 maioria simples?

3030

3031

3032 **O SR. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (MPA)** – A questão colocada pelo
3033 Ministério Público Federal, pelo nosso entendimento pode ser melhor
3034 deliberado, quando fosse analisar que o inciso III do art. 28, porque ali,
3035 deliberar-se... Aí nós podemos qualificar como essa deliberação, porque nós
3036 estamos numa outra questão agora, que é o art. 27, se seria por consenso ou
3037 deliberação. E aí nos parece realmente. Nós, realmente, divergimos da Patrícia

3038da CNT, mas nesse caso concordamos, pelo seguinte: que realmente, agora, a
3039responsável do CIPAM é bem maior, e aí o consenso é a melhor forma de
3040solução. E quando não for possível, como consta ali na proposta já, não é:
3041anotar-se-ão eventuais dissensos para deliberação no Plenário. Então,
3042realmente está de acordo com a grande responsabilidade agora atribuída ao
3043CIPAM. E aí eu proponho que daí, em seguida, do inciso III do 28, se delibere a
3044qualidade da deliberação.

3045

3046

3047**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perfeito. Então, nós vamos votar
3048primeiro a proposta, se é pela proposta original, da CTAJ ou se a proposta do
3049CMA, eventualmente procurando a avaliação de maioria absoluta, dependendo
3050do resultado. Quem é a favor da proposta da CTAJ? Consenso, com respeito
3051pelo voto comunitário. Os que defendem a resolução por maioria. Acho que a
3052proposta é de dois por um a favor da proposta da CTAJ. Consensos,
3053respeitando voto minoritário.

3054

3055

3056(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

3057

3058

3059**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Essas votações aqui têm uma séria de
3060nuances, o que é maioria simples, o que é maioria absoluta, você não decreta
3061um consenso. Tudo isso faz parte das discussões. O que está dito aqui é que
3062vamos fazer um grande esforço, buscando consenso, e que as posições
3063minoritárias serão explicitadas e levadas à Plenária. Agora, mais do que isso,
3064essa redação encoraja a busca pelo consenso. A outra discussão, você pode
3065simplesmente votar e não ter um esforço para produção do consenso. Essas
3066são questões subjetivas, são formas de se colocar o problema. Já foi votado.

3067

3068

3069**A SR^a. ADRIANA BESSA (Ministério dos Transportes)** – Eu gostaria de dar
3070um esclarecimento. Quando o texto base, lê-se CTAJ, fala consenso, que o
3071papel do CIPAM era um. Era um papel de avaliação da pauta que vai para a
3072Plenária, era avaliação da agenda ambiental do ano, era um papel muito mais
3073de assessoramento de integração de políticas ambientais. E por isso, as
3074questões eram resolvidas por consenso. Aqui nós estamos modificando
3075radicalmente o papel do CIPAM. CIPAM passar a falar sobre a admissibilidade
3076e pertinência. O que efetivamente houve a votação aqui e que também me
3077causa estranheza é que aí, nesse julgamento, vai-se buscar um consenso. Foi
3078isso que a Plenária votou. Está votada.

3079

3080

3081**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Vamos em frente. Vamos lá. Próximo
3082ponto, Mated. Por aclamação, nós não vamos recolocar o assunto em votação.

3083

3084

3085

3086**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO
3087DO DCONAMA)** – Art. 28, para...

3088

3089 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Só um estante. Por favor, senhores.
3090 Pessoal, eu peço a colaboração de todos pelo seguinte: uma discussão de
3091 regimento é uma discussão complicada. É uma discussão que nós estamos
3092 três a quatro anos já com. É uma discussão que estamos com o propósito de
3093 processar nas melhores condições possíveis hoje. Se nós não superarmos
3094 isso, nós vamos entrar em *looping*. Esse assunto foi votado, vamos respeitar os
3095 processos com as nossas limitações. Nós não vamos ter o resultado perfeito,
3096 mas vamos ter o resultado possível a partir dos procedimentos acordados aqui.
3097 Art. 28.

3098

3099

3100 **SR. VOLNEY (MMA)** – Eu queria só fazer uma declaração em relação a
3101 essa última votação. Eu acho importante necessariamente que é registrar essa
3102 posição. O sentido que nós estamos fazendo é exigir que haja consciência no
3103 CIPAM é remeter toda a matéria depois. Nós estamos desconstituindo uma
3104 decisão que nós já tomamos antes.

3105

3106

3107 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Volney, mais alguma coisa? Vamos
3108 em frente. Art. 28.

3109

3110

3111 **SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO
3112 DO DCONAMA)** – Art. 28. Sobre as competências do CIPAM...

3113

3114

3115 **SR. NÃO IDENTIFICADO** – Não ficou claro para mim, e eu gostaria que a
3116 mesa colocasse para que eu pudesse entender: se não houver o consenso,
3117 quais são os encaminhamentos dados à matéria. Não está claro para mim.

3118

3119

3120 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Pessoal, o que está colocado aqui, e
3121 eu acho que é difícil de entendimento para vários atores, você pode ter uma
3122 recomendação, se busca o consenso com relação a determinado assunto, ou
3123 que simplesmente vote a maioria e pronto. O texto, tal qual foi colocado pela
3124 CTAJ, é um apelo ao consenso, no sentido de induzir a busca pelo
3125 entendimento, dada a complexidade dos assuntos. Isso é uma redação. Em
3126 última instância essas coisas vão se resolver por um placar. Então, a sua
3127 colocação, você tem razão de perguntar, é no seguinte sentido: de qualquer
3128 forma, isso vai ter que ser votado, vai ter que ter uma definição, vai ter que ter
3129 um processamento de posições. A redação da CTAJ apenas valoriza a
3130 dimensão de busca pelo consenso, enquanto a proposta de discussão por
3131 maioria apenas trata da questão do ponto de vista processual de votação. Em
3132 todos os dois casos, no primeiro caso há uma ênfase ao consenso e há uma
3133 preocupação com respeito a uma posição minoritária. Em relação à segunda
3134 forma de proposta, é simplesmente uma resolução de contagem de votos, e
3135 acabou. Então, optou-se por uma redação que contemple tanto a ênfase na
3136 busca pelo consenso, quanto respeito pelo voto minoritário. A segunda redação
3137 se converge possivelmente no resultado da definição. É fundamentalmente

3138 uma questão da forma e de indução de um tipo de comportamento no âmbito
3139 do CIPAM. No frígir dos ovos, esse artigo, alguns poderiam considerar menor,
3140 porque fundamentalmente o quê que deu, o quê que resolveu, votou ou não
3141 votou, bola para frente; vai para o Plenário ou não vai para o Plenário.

3142

3143

3144 **SR^a. ADRIANA BESSA (Ministério dos Transportes)** – Eu gostaria de
3145 exemplificar, para ver se está claro para todo mundo. Se você tem uma matéria
3146 que vai passar pelo CIPAM, pelo critério de admissibilidade e de pertinência, se
3147 não... O que foi perguntado aqui é: se não houver consenso, o que acontece?
3148 Foi essa a pergunta colocada aqui. Não vai para o Plenário automaticamente
3149 porque tem que haver uma decisão. Se não houver consenso, o que nós já
3150 resolvemos e votamos, era que por 10% dos votos do CIPAM, haveria recurso
3151 à Plenária. Isso nós já votamos. Não?

3152

3153

3154 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Pessoal, vamos lá. A mesa vai reabrir
3155 esse ponto, tendo em vista que a discussão não está suficientemente
3156 esclarecida. Vamos começar tudo de novo. Estão abertas as inscrições.
3157 Retornando ao art. 12, não, ao art. 27.

3158

3159

3160 **SR. JOÃO DE DEUS (MMA)** – Eu na verdade solicitei até para fazer um
3161 esclarecimento, porque me pareceu muito claro, não que eu tenha votado
3162 nessa opção, mas ao haver a decisão pela opção 1, a que veio da CTAJ, está
3163 absolutamente claro que a decisão do CIPAM se dá por consenso; não
3164 conseguindo consenso, o texto remete a decisão ao Plenário. Pelo menos é
3165 isso que está escrito.

3166

3167

3168 **SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** – Eu solicitei a palavra justamente por isso.
3169 Desde o início, acredito que houve um encaminhamento para votação
3170 prematuro. Não estava bem claro aos Conselheiros o que estava sendo
3171 decidido. De fato, essa manifestação do Dr. João de Deus é o que está escrito.
3172 Nós estamos revogando, e o Valney também está correto, quer dizer, com essa
3173 votação nós estamos revogando uma votação anterior. Então, é preciso
3174 esclarecer muito bem, e, inclusive, aquela outra de quórum mínimo para
3175 votação, quer dizer, ficou mal caminhada essa votação. Se nós já tínhamos
3176 discutido que a decisão seria tomada pelo CIPAM, nós já tínhamos decidido
3177 que não havendo, que poderia haver recurso ao Plenário, não há por que agora
3178 retirar do CIPAM essa prerrogativa de aprovação, a não ser no caso de
3179 consenso, que o que está escrito ali. Porque está escrito assim: Se não houver
3180 consenso, será encaminhado ao Plenário para deliberação. Não é para
3181 informação, é para deliberação. Então, eu acredito que essa matéria deva ser
3182 novamente votada, porque houve um problema no encaminhamento.

3183

3184

3185 **SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Eu devo admitir que
3186 criou-se uma confusão mesmo, porque essa coisa de ir e voltar acabou dando
3187 confusão. Como já tinha aprovado que caberia recurso, agora fica esquisito,

3188 porque fica de novo outro recurso. Fica uma espécie de dois recursos, um
3189 recurso pela falta de consenso, e um recurso porque o cara pediu recurso, e
3190 realmente aí vai criar uma confusão danada para quem for secretariar o
3191 CONAMA. Então, eu faria uma outra proposta de uma redação em que: buscar-
3192 se-á o consenso; não havendo, seria por voto da maioria absoluta. Porque aí
3193 você mantém o princípio da busca do consenso. Então, a primeira tentativa vai
3194 ser sempre pelo consenso, e não havendo consenso, aí seria por maioria
3195 absoluta, como a Ana Cristina colocou aqui. É uma proposta.

3196

3197

3198 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Os questionamentos apresentados
3199 pelo Volney, pelo João, pelo Márcio, apontam num problema da redação que
3200 você conhece, é um problema que, momento, nós precisamos encontrar uma
3201 outra redação, para poder discutir de novo. Nós temos um processo
3202 deliberativo no CIPAM. Temos uma definição aí de 5 a 4, 6 a 3, 6 a 4. A
3203 questão é a seguinte: a posição minoritária. O que fazer com essa posição
3204 minoritária? Essa é a discussão que está posta. Nós temos condições de
3205 propor uma redação relacionada a essa questão?

3206

3207

3208 **A SRª. ADRIANA BESSA (Ministério dos Transportes)** – Patrícia, você
3209 mesma já propôs uma redação. O que ele está querendo é que alguém
3210 proponha uma redação.

3211

3212

3213 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – De toda a discussão, a conclusão que eu
3214 cheguei é que não há consenso sobre o consenso. (*Risos!*). Eu acho que nós
3215 estamos complicando as coisas. Eu acho que a minha e a maioria das pessoas
3216 aqui, o que nós sempre procuramos nas Câmaras Técnicas e no próprio
3217 Plenário foi buscar o consenso. Então, eu acho que isso nem precisa dizer. Eu
3218 acho que isso tem que ser uma prática não só na CIPAM, não; em todas as
3219 Câmaras Técnicas aqui no Plenário. Agora, é isso que foi decidido. Esse
3220 esforço deve estar presente em todos os campos, no colegiado em todos os
3221 seus níveis. Não havendo o consenso, vai ter que ter votação mesmo. E a
3222 parte satisfeita que entre com recurso no Plenário para ir aos outros
3223 Conselheiros.

3224

3225

3226 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Alguma sugestão de redação? Nós já
3227 entendemos isso, vai deliberar por maioria. Cabendo ao recurso qualquer
3228 maioria.

3229

3230

3231 **A SRª ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** – Pega
3232 o 27 e depois vai deliberar por maioria absoluta de seus membros. Anotando-
3233 se os eventuais dissensos, ponto. Aí não põe para deliberação do Plenário, põe
3234 ponto. Aí depois nós pomos um parágrafo do recurso.

3235

3236

3237 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Eu só estou preocupado com o
3238 parágrafo do recurso. O recurso vai ser apresentado pelos 10% do Plenário ou
3239 pelos membros da Comissão. Só isso.

3240

3241

3242 **O SR. RONALDO** – Deixa eu tentar dar uma ideia aqui, sem preocupar tanto
3243 com o aspecto redacional. O CIPAM se reúne, e tenta solução por consenso.
3244 Em não havendo consenso, o CIPAM deliberará por maioria absoluta de seus
3245 membros. Está claro isso? Então vou repetir. Reunião do CIPAM vai se
3246 procurar o consenso. Em não se chegando ao consenso, deliberará por maioria
3247 absoluta de seus membros. Está claro?

3248

3249

3250 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3251 **DCONAMA)** – Ronaldo, eu queria acrescentar uma coisa. Porque está perfeito.
3252 Eu estava com a angústia que você está. Eu estava angustiada aqui com
3253 mesma...

3254

3255

3256 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Adriana, eu
3257 não estou com angústia nenhuma. A única angústia que eu estou está muito
3258 fora daqui, longe daqui. Está claro isso, gente?

3259

3260

3261 *(Risos!)*.

3262

3263

3264 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3265 **DCONAMA)** – Eu estou falando da unanimidade.

3266

3267

3268 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Não, eu vou
3269 chegar lá. Se você deixar. Eu quero obedecer o texto dentro da palavra de
3270 vocês, nem que seja para reforçar o consenso. Procura-se o consenso. Não
3271 tendo consenso, vai por voto, maioria absoluta dos membros do CIPAM. Em
3272 havendo, presta atenção! Em havendo qualquer negativa, o Plenário do
3273 CONAMA, através de 10% dos seus membros pode requerer para o Plenário
3274 do CONAMA essa deliberação.

3275

3276

3277 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Uma única pergunta, já respondendo
3278 a questão anterior dela. Maioria simples ou absoluta?

3279

3280

3281 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Maioria
3282 absoluta dos membros do CIPAM.

3283

3284

3285 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3286 **DCONAMA)** – Eu posso exemplificar o que é isso, me permitam: nós vamos

3287votar uma coisa que não está clara para lá. Dez membros no CIPAM; maioria
3288absoluta é com o critério de metade mais um: 6. Portanto, para votar, teria que
3289ter 6, o que significa consenso. Então...

3290

3291

3292**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra) — Não, não!**

3293

3294

3295**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA) –** Gente, por favor. Então, a formulação
3296apresentada pelo Ronaldo. Busca pelo consenso. Não tem consenso, podem
3297propor consenso do plenário está clara a proposta? Mais alguma dúvida a essa
3298formulação? Podemos votar?

3299

3300

3301*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3302

3303

3304**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA) –** Não, isso é outro assunto. Tudo bem,
3305a questão do quórum para deliberação do CIPAM, tudo bem. Espera aí,
3306pessoal. Vamos tentar vencer os assuntos. O assunto de quórum é
3307relacionado, mas é distinto. A formulação que o Ronaldo fez foi buscar o
3308consenso na ausência do Conselho de decisão por maioria absoluta, cabendo
3309recurso mediante votação de 11 Conselheiros ao Plenário. Essa formulação
3310está aprovada? Eu quero que levantem as mãos.

3311

3312

3313**O SR ROBERTO LORENA (MAPA) -** É para aprovar, para admitir que precisa
33146 votos ou para recusar o parágrafo de 6 votos?

3315

3316

3317**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA) –** É para deliberar o que está escrito.

3318

3319

3320**O SR ROBERTO LORENA (MAPA) -** Então, se você não alcançar os 6 votos,
3321não tem deliberação nenhuma? Daí é contra automaticamente a aceitação? É
3322que tivesse no texto; seja qual for a posição, é que a admissão necessita de
3323quórum, de 6 votos ou a recusa necessita de 6 votos? Independente da minha
3324posição, é necessário que esteja escrito.

3325

3326

3327**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA) –** Perfeito. É uma dúvida pertinente e
3328isso tem que constar no texto da redação. Foi uma pergunta feita pela Cristina,
3329se o ônus de aprovação é de empurrar ou de negar 6 votos. Nós vamos
3330clarificar isso no texto, nós estamos trabalhando com a hipótese de
3331admissibilidade. Então, na verdade, o ônus de produzir a maioria é da
3332proponente, de como construir essa maioria; isso tem que constar do texto.
3333Mais alguma dúvida? Para aprovar, tem que aprovar e construir a maioria de
3334aprovados, senão o assunto tem que ser recolocado mais oportunamente.
3335Pessoal, vou insistir em tentar essa formulação que o Ronaldo apresentou.
3336Deliberação, busca de consenso; não havendo consenso, maioria absoluta,

3337cabendo recurso se os votos minoritários se entenderem ao Plenário do
3338CONAMA subscrito por 11 Conselheiros. Tudo bem? Lembrando que esse
3339processo de construção de deliberação é para recepcionar, é para acolher,
3340está bom? Nós vamos providenciar uma redação nesse sentido até amanhã e
3341distribuir para vocês para que todo mundo saiba disso. O ponto foi colocado
3342sobre quórum. Quórum para o CIPAM. O quórum de maioria absoluta pode
3343levar a uma situação em que você tem 6 pessoas na reunião, 4 votos a 2 não é
3344suficiente para deliberação. Então, nós vamos exigir quórum de maioria
3345absurda para o CIPAM deliberar. Tem que ter pelo menos 6. Quórum de
3346maioria absoluta para deliberação. Próximo assunto.

3347

3348

3349**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO**
3350**DO DCONAMA)** – Próximo assunto ainda sobre o CIPAM. É simples. Eu
3351acredito que não teremos controvérsia nesse, nenhuma questão controvérsia.
3352Evidentemente, colocamos que cabe ao CIPAM deliberar sobre admissibilidade
3353e pertinência das propostas de resoluções nos termos do art. 12 desse
3354Regimento. Estão todos de acordo que nós precisamos acrescentar essa
3355competência aqui? Senhores Conselheiros, o inciso III para dar coerência à
3356decisão desse Conselho é necessário ser incluído no art. 28. Compete ao
3357CIPAM deliberar sobre admissibilidade e pertinência das propostas nos termos
3358do art. 12 desse Regimento. Aí não há nenhuma discussão, porque já
3359decidimos isso. Apenas é uma redação necessária. O outro inciso proposto é
3360que acabará, compete ao CIPAM definir prazos e eventuais prorrogações para
3361tramitação de matéria, até a votação pelo Plenário, de acordo com os
3362presidentes das Câmaras Técnicas competentes. Ou seja, o CIPAM teria a
3363competência de estabelecer prazos para as Câmaras Técnicas e prorrogar ou
3364não esses prazos. A proposta de Secretaria de Portos.

3365

3366

3367**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Essa tentativa de estabelecer prazos é
3368porque os assuntos são quase atemporais. Então, está ao CIPAM essa
3369responsabilidade, essa é proposta de Portos. É isso?

3370

3371

3372**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Foi dito aqui na parte da manhã pela
3373representante do Rio Grande do Sul, que o papel de articulação do CIPAM
3374seria relevante. Na medida em que ele, aprovada as resoluções, e essas
3375resoluções vão, portanto, para as Câmaras Técnicas; dependendo do grau de
3376dificuldade, isso hoje está solto, fica a critério das Câmaras Técnicas; não há
3377um critério. Na medida em que houvesse um prazo, eu acho que seria uma
3378forma de organizar melhor a tramitação das resoluções posteriormente.

3379

3380

3381**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Na verdade são duas questões: uma,
3382que se trabalha com prazos, e a segunda, que esses prazos sejam fixados.
3383Algum pedido de esclarecimento com relação a esse ponto? Então, nós vamos
3384colocar em votação a proposição da Secretaria de Portos que introduz a
3385questão de prazo e atribui e delega ao CIPAM o estabelecimento desses
3386cronogramas.

3387

3388

3389 **SR. JOÃO CARLOS DECARN (CNA)** – Desculpas, secretário, mas é que
3390 essa proposta veio de última hora. A minha dúvida é porque eu acredito que já
3391 existe dentro do Regimento os prazos para qualquer processo dentro das
3392 Câmaras. Coloca para de X dias de trabalho, para se trabalhar. Se nós também
3393 começarmos a acolher demais o que uma Câmara Técnica pode fazer, eu acho
3394 que é um representante de, uma entidade empresarial, por exemplo, a
3395 agricultura que está lá no CIPAM, como é que eu vou dizer que uma parte da
3396 indústria tem que ser resolvida em dois meses? Eu acho que a Câmara
3397 Técnica pertinente...

3398

3399

3400 **SR. JOÃO DE DEUS (MMA)** – Só uma complementação rápida, secretário.
3401 Complementando a observação do João Carlos, é inadequado porque o papel
3402 do CIPAM nesse processo é auxiliar na instrução do procedimento. A definição
3403 de prazos envolve, na maioria dos casos, também alguma avaliação, que pode
3404 remeter, inclusive, à necessidade de consultas, a áreas técnicas maiores. É
3405 uma avaliação que seria difícil para o CIPAM processar para já fazer essa
3406 definição. Então, é muito mais coerente deixar essa remessa à Câmara
3407 Técnica.

3408

3409

3410 **SR. AUGUSTO (GOVERNO DE MINAS GERAIS)** – Eu acho a ideia boa de
3411 estabelecer prazos, mas eu pergunto: e se a Câmara descumprir os prazos.
3412 Então, eu tenho medo de a proposta ser boa, mas inócua.

3413

3414

3415 **SR^a MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Eu só ia reforçar o que foi
3416 colocado pelos dois Joões. Essa questão de prazo é colocado pela própria
3417 Câmara Técnica, quanto tem a criação de matéria, de um gráfico, de um grupo,
3418 é a Câmara Técnica que estipula esse prazo. Colocar essa matéria no CIPAM
3419 pode criar muito problema, porque o CIPAM muitas vezes não vai ter o
3420 entendimento de qual é o prazo necessário exatamente para a deliberação e
3421 para, inclusive, construção de uma determinada Resolução.

3422

3423

3424 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Dr. João, pergunto se nós podemos
3425 retirar ou proposta ou gostaria que ela fosse mantida em votação. Vamos votar.
3426 Os que são a favor da manutenção da proposta da Secretaria de Portos, que
3427 se defina um prazo de tramitação da matéria, até a votação pelo Plenário do
3428 CONAMA, por favor, ergam seus crachás? Os que são a favor de não
3429 introdução desse texto, por favor, se manifeste. Embora, a Secretaria Executiva
3430 gostaria de externar a simpatia pela preocupação que essa proposta traduz.

3431

3432

3433 **SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (DIRETOR SUBSTITUTO
3434 DO DCONAMA)** – Podemos voltar, então, ao artigo 13, que o próximo ponto,
3435 sobre as moções. Marília.

3436

3437

3438**A SRª MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – O art. 13, em relação à
3439questão de moção. Na verdade, nós temos a proposta originária da CT AJ, que
3440as propostas de moção deverão ser apresentadas à mesa, assinada por no
3441mínimo 8 conselheiros. E a questão de oito conselheiros, talvez fosse
3442interessante trazer uma lembrança aqui: o número oito, em função da
3443representatividade do setor empresarial, o qual tem oito representantes no
3444CONAMA. Então foi muito discutido que se tivesse um número superior a isso,
3445e o setor quisesse indicar alguma questão em termos de moção, e se fosse um
3446número além de oito, eles não poderiam fazer; teria que ter uma representação
3447com outros setores para poder apresentar uma moção. Em todas as
3448discussões sobre números necessários para apresentar alguma coisa, o
3449número oito ficou fixado, em função dessa questão. Isso foi a proposta da
3450CTAJ. Durante a reunião que nós tivemos, foi considerada a questão de que a
3451moção teria que ter alguma coisa a mais, além do que simplesmente uma
3452moção. Foi acrescentado na emenda do MMA que, além de ser assinado por
3453oito conselheiros, ela deveria ter no máximo duas páginas e que constasse o
3454título do destinatário, o objeto, considerando a proposta de moção. Então, essa
3455foi a proposta do MMA, o MPF apresentou uma moção no sentido de que a
3456moção poderia ser apresentada por qualquer conselheiro, mas não falou nada
3457em termos quantitativos. A Furp tem uma proposta de apresentação de moção
3458de 6 conselheiros. A CNT apresentou uma proposta de vinte conselheiros, que
3459deveriam estar distribuídos em dois segmentos diferentes. Então deveria ter
3460uma articulação para representação de uma proposta. E a CNA também
3461apresenta uma emenda, sendo que as moções deveriam ser apresentadas à
3462secretária executiva do CONAMA por oito Conselheiros, em prazo anterior a de
3463votação da pauta da Plenária subsequente. Ou seja, nós não teríamos a
3464apresentação de moção por ocasião da reunião da Plenária. Aquele item
3465anterior, inclusive, que nós tratamos da ordem do dia, etc., deveria ser revista
3466também em função dessa emenda apresentada pela CNA. A CNI apresentou
3467uma proposta relacionada à questão que é noção em parágrafo único, nós já
3468temos um parágrafo único, em que diz que a moção independe de apreciação
3469da Câmara Técnica, e deve ser votada na reunião Plenária em que forem
3470apresentadas. E aí apresentadas em no máximo duas páginas, etc. e tal.
3471Então, aquela que nós representamos com o Ministério, nós retiramos do
3472parágrafo único essa menção de que dever contar a moção, e já colocamos
3473isso no caput do artigo, retirando do parágrafo único. E a CNI, quando faz o
3474parágrafo único, repete o que estava no texto da CT AJ e faz uma exceção em
3475àquelas que apresentam referências ofensivas e acusações graves a pessoas
3476ou instituições. O Ministério Público Federal faz um § único acrescentando,
3477colocando o que já está na proposta da CT AJ, mas fazendo referência à
3478questão, inadmitindo o pedido de vistas; e depois pelo Ministério nós
3479apresentamos, em vez de ter um § único, dois parágrafos, um parágrafo em
3480que diz que a moção tem que ser votada na mesma reunião, ou a critério da
3481presidência da mesa da reunião plenária, ou a critério da mesa, poderia ser
3482votado na reunião. E o parágrafo segundo em que, quando for uma matéria
3483controversa ou tiver algum problema, isso poderia ter um recurso de prazo até
3484a plenária seguinte para poder ser apresentada a matéria. A secretaria de
3485portos faz uma menção ao que havia sido colocado anteriormente, em o § 2º
3486do artigo 11, que são justamente aquelas que falam da questão de algum tipo

3487de injúria, etc. e tal, seria votada na mesma reunião. E aí repete a questão que
3488estava nós parágrafo anterior, no sentido de que elas tem que manter duas
3489páginas, objeto, considerando aí título e destinatário. As moções independem
3490de considerações das Câmaras Técnicas, devendo ser votada na reunião
3491plenária subsequente em que forem apresentadas ou a critério da presidência
3492da mesa na mesma reunião. E depois tem o § 2º. Isso nós passamos na
3493proposta do ministério, isso consta do...

3494

3495

3496**A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR)** – João, você não deve estar na versão
3497trabalhada. Tem várias versões, tem uma versão que chama versão
3498trabalhada.

3499

3500

3501**A SRª MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – A questão do pedido de
3502vistas. Você tem razão, isso fica no § 1º. E aí uma proposta que chegou da
3503reunião nossa do grupo de trabalho, em relação aos parágrafos, em vez de ter
3504um único parágrafo, nós teríamos dois parágrafos, um em que diz que ela
3505independe de apreciação e dizendo que não tem pedido de vista, um § 2º
3506dizendo que excepcionalmente uma moção não emergencial, que implique
3507manifestação crítica a terceiros será apreciada pelo plenário em reunião
3508posterior ao que foi apresentado. Então, essa é a proposta que ficou mais ou
3509menos discutida na reunião de trabalho. E que nós do ministério do meio
3510ambiente encabeçamos como proposta nossa como emenda.

3511

3512**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que essas
3513questões moções é um dos instrumentos mais forte, mais democrático que
3514existe nesse Plenário, quanto menos nós desburocratizarmos melhor para o
3515CONAMA, hoje com a assinatura, eu apresento uma moção. Agora, o que eu
3516acredito que nós devemos melhorar é para que a moção seja apreciada nessa
3517reunião, em caráter de urgência, e exigir um pouco de assinatura a mais, por
3518se tratar de um fato extraordinário, porque aquelas que tiverem o limite mínimo,
3519oito, elas ganhariam pauta de urgência nessa reunião, que na outra reunião,
3520ela já se tornava intempestiva, mais para que a moção seja apresentada, uma
3521única assinatura é importante, porque, às vezes, ela não é apreciada nessa
3522reunião porque ela não é urgência, mas o conteúdo dela, é importante que seja
3523apreciado em reuniões seguintes. Outra, quando ela é remetida para a Câmara
3524Técnica de Assuntos Jurídicos no passado, ela pouco voltava, era também
3525um... Era bloquear o direito democrático de o cidadão protestar, senão nós
3526vamos ter um monitoramento ideológico, das propostas que serão fluidas
3527nesse Plenário. Então, deve ser apresentada a moção, uma única assinatura,
3528agora se for para regime de urgência, ou chega a oito assinaturas, ou no
3529máximo 10, para que ela possa ser apreciada na mesma reunião, quanto ir
3530para a Câmara Técnica não depende, porque ela é um fato de urgência e
3531emergência que não precisa ser analisado o mérito, porque ela já vem com
3532mérito. Nós não vamos mandar para a Câmara Técnica para analisar o aspecto
3533técnico porque ela já questão de mérito, uma questão, ocasional, local e
3534urgente. Então, vamos melhorar, vamos deixar que apenas uma assinatura dê
3535direito a uma moção. Vamos estabelecer um limite maior para regime de
3536urgência, jamais remeter à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e,

3537tampouco, câmaras técnicas de outros assuntos técnicos, está certo, que isso
3538é o instrumento mais forte que o Conselheiro tem nesse Plenário.

3539

3540

3541**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – A título de
3542esclarecimento, nós estamos tratando, primeiro, moção, depois em regime de
3543urgência, para não ter confusão. Cristina.

3544

3545

3546**A SR^a. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Primeiramente queria dizer
3547que concordo com a FURPA porque a moção é um ato menor do que a
3548resolução. A resolução pode ser proposta por um conselheiro e entra para a
3549história do CONAMA, vai ter um processo, ainda que seja rejeitada a
3550admissibilidade, vai existir um processo administrativo em relação a ela, a
3551moção que é menos, está se exigindo oito para a apresentação. Então, eu
3552acho que é muito boa a solução dele, de uma assinatura basta para ela entrar,
3553oito seriam necessárias para que seja votado, se a Plenária vai votar, por
3554exemplo, para solicitar a votação imediata, mas um é importante para entrar na
3555história do CONAMA, se não ela nem aparece, e se fosse resolução
3556apareceria. E eu só ia ressaltar que eu também tinha colocado uma
3557modificação, que está nas folhas em que foram compiladas pelo Bruno, mas
3558não ficou na compilação do MMA, que eu retiro aquele limite de duas páginas.
3559Porque eu entendo que se for necessário mais considerando as que
3560ultrapassassem isso, não tem porque nós limitarmos as duas páginas, eu acho
3561que a publicação no Diário Oficial não está tão cara assim.

3562

3563

3564**A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Boa tarde.
3565Eu gostaria de registrar que muitas matérias, objetos de moção, exigem
3566informações mínimas para que o Conselheiro possa votar, e dar segurança
3567desse voto ao Conselheiro. Então, eu entendo que nós temos que votar a
3568moção na Plenária subsequente.

3569

3570

3571**O SR. JOÃO** – Eu acho que o *caput* proposto aí, já com essa letra verde aí, ele
3572está bom, eu até retiraria as emendas da Secretaria de Portos desde que
3573constassem do § 1º, fala assim, as moções independem de apreciação das
3574Câmaras Técnicas, devendo ser votada em reuniões plenárias subsequentes a
3575que forem tempestivamente apresentadas. E continua, ou a critério da
3576presidência da mesa na mesma reunião. Coloca, dá uma flexibilidade, mas nós
3577já vimos aqui que isso dá margem a muita confusão aqui nas reuniões do
3578CONAMA. Eu Acho bom esclarecer que sempre que, quer dizer, que foram
3579tempestivamente apresentadas, sempre que envolverem texto crítico a
3580terceiros, se nós tirarmos isso aí, e colocarmos, elas poderão, elas vão para
3581uma reunião subsequente sempre que envolverem texto crítico a terceiro, para
3582dar possibilidade do terceiro ofendido se defender, porque se não ele é
3583surpreendido numa reunião, não está aqui, e não tem, quer dizer, vota-se só
3584como opinião. Então, é fundamental que seja reunião subsequente sempre que
3585houver um texto crítico a terceiros, tendo isso, eu retiraria as minhas, eu acho
3586que já está com, o *caput* e esse art. 1º já estariam complementando aqui.

3587

3588

3589 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Mais
3590alguém gostaria de se manifestar sobre esse assunto?

3591

3592

3593 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Uma coisa
3594que nós temos que deixar claro é que em nenhum momento nós somos
3595contrários a apresentação de moção. Ela tem que ser apresentada mesmo, é
3596um direito que todos têm, mas o que nós estamos tentando colocar aqui e está
3597em cima da proposta da CNA é que os membros do Conselho tenham um
3598tempo de pelo menos ler a moção. Porque qualquer moção que é apresentada
3599aqui dentro do CONAMA eu não leio, eu recebo só a leitura feita pelo
3600representante da mesa, você não consegue ler, você ouve. A proposta que a
3601CNA é que você coloca a moção, quando nós colocamos aqui em prazo
3602anterior a divulgação da pauta, da Plenária subsequente porque dá tempo de
3603entrar na pauta, dando tempo de entrar na pauta, eu tenho tempo de ler, no
3604mínimo 15 dias, eu acho que a maioria das moções, que por alguma dúvida
3605pequena, na maioria das vezes é pedido vistas, já vão ser resolvidas, qual é a
3606dúvida? Ler, estuda, consegue conversar, deixa passar. Agora, sempre quando
3607você recebe uma moção de supetão, você recebe, sempre tem medo, todo
3608mundo pede vistas, aí você atrasa por mais ou menos quatro meses a
3609deliberação. A partir do momento que você coloca na pauta, você consegue ler,
3610estudar, eu acredito que a maioria das moções apresentadas vão ser votadas.
3611É por isso que nós colocamos essa sugestão para que tenhamos pelo menos
3612um tempo de ler, nós temos o direito de ler e de opinar sobre o texto. Essa
3613que é a proposta da CNA.

3614

3615

3616 **SR. NÃO IDENTIFICADO** - A observação que a Ana Cristina fez é muito
3617pertinente em termos de importância, se um Conselheiro pode fazer uma
3618proposta para uma Resolução, mas é natural que não faça para moção, mas
3619eu estou entendendo que essa preocupação de cercar um poucos as moções
3620são para aqueles que estão e vem participando desse CONAMA, como é que
3621nós estamos traumatizados com as moções. E aí se nós lermos o relatório do
3622IPEA, isso está claramente colocado lá. Nós, conselheiros do CONAMA, somos
3623traumatizados com as questões das moções. É um problema que ocupa
3624demais a pauta do CONAMA, na maior parte delas, na minha opinião, sem
3625nenhuma importância, sem nenhuma efetividade, e o que é pior, a maioria são
3626casos paroquiais que são trazidos para cá. Eu estou vendo um esforço grande
3627de colocar salvaguardas, oito, terceiros, mas nem sempre os terceiros estão
3628aqui. Então, eu também não sei como resolver, eu estou manifestando uma
3629preocupação que está bem clara lá no relatório do IPEA. Então, eu vi que é só
3630minha, como disciplinar a questão das moções em questão de tempo,
3631tamanho, de tempo que vai se gastar nesse Plenário para questões que tem
3632baixa produtividade ou nenhuma.

3633

3634

3635 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Quando eu fui representante da APROMAC
3636aqui, quatro anos, nós apresentamos várias moções, eu não lembro ter feito

3637nenhuma referência ofensiva a ninguém, mas isso pode acontecer, e são os
3638riscos que nós corremos por sermos conselheiros do CONAMA, se traumatizar.
3639Eu também me traumatizei com uma série de outras situações relacionadas
3640com moções que marcaram profundamente, como a truculência com as ONGs
3641em determinados momentos que buscavam defender a proteção do meio
3642ambiente e da saúde pública. Mas, eu queria falar sobre as moções no sentido
3643de que, primeiro: querer reduzi-las em duas páginas, é uma violência. Eu
3644entendo que talvez, querendo ser assim generosa, espero que essa proposta
3645tenha surgido em função da maneira como vem sendo feito ultimamente, ou
3646seja, se os conselheiros podem protocolar uma moção no momento em que
3647está começando a reunião Plenária, quanto mais curta, mais concisa, mais
3648objetiva ela for, melhor ela será discutida e votada, mais rápido será, e menos
3649sofrimento causará. Agora, nós tínhamos o entendimento, e eu queria abrir
3650isso, Adriana, e fizemos isso, as nossas moções que estão hoje aqui na pauta,
3651elas foram enviadas para cá no dia 08 de julho, foram três moções e uma
3652recomendação, a qual associamos, adicionamos mais uma recomendação e
3653mais uma moção hoje. Então, são quatro moções e duas recomendações que
3654estão hoje aqui. Essas três moções, e uma recomendação que nós enviamos
3655no dia 08 de julho, era com a intenção justamente que chegassem cedo,
3656fossem colocadas na pauta porque tinha sido protocolado tempestivamente,
3657para que todos pudessem ler, e pudessem votar aqui com mais conforto e com
3658mais tranquilidade. O entendimento da Secretariaria do CONAMA é que não
3659interessava se elas tivessem sido enviadas 08 de julho, 08 de agosto ou hoje,
366031 de agosto, elas só iam ser disponibilizadas para os conselheiros hoje, 31 de
3661agosto. Então, foi um entendimento, uma interpretação do regimento atual que
3662gerou essa condição. Nós estávamos justamente preocupados com isso, nós
3663queríamos que fossem disponibilizados antes para que nós tivéssemos um
3664debate mais sério sobre elas, e mais profundo, no sentido de um entendimento
3665de todos do conteúdo, e capacidade de reflexão também e também de
3666poderem consultar seus pares porque muitos aqui estão representando
3667instituições que precisam então consultar pessoas dentro das instituições para
3668tomar uma posição. Então, nós entendemos que é possível, que poderíamos
3669manter o regime de que as moções sejam protocoladas com 15 dias de
3670antecedência, as que forem entrar na pauta, mas aquelas que não podem ser
3671enviadas nessa data, nesse prazo, elas poderiam ser entregues aqui no regime
3672de urgência, com oito assinaturas. e aquela que não podem ser enviada nesse
3673prazo , elas poderiam com oito assinaturas, isso seria uma alternativa, mas aí,
3674deixaria de existir aquela alternativa da moção que é entregue aqui, para entrar
3675na pauta e ser votada naquela reunião. Então, ou ela só entra no regime de
3676urgência, com oito assinaturas, e tem que ser votadas naquela reunião ou ela
3677tem que ser entregue com 15 dias de antecedência. Seria uma alternativa para
3678resolver esse problema.

3679

3680

3681 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – São esses
3682os problemas mesmos. Nós estávamos comentando aqui que um dos
3683problemas que nós temos, de um lado antecedência desejável, por outro lado,
3684a antecedência, e a publicização de moções, cujo teor geram traumas, digamos
3685assim, também problemática, receber aqui na hora é problemático, em termos
3686de deliberação, receber antes e socializar antes , tenho esses pós e contras.

3687Tamanho, mesma coisa. Tratabilidade, resolubilidade, são esses os problemas,
3688nós temos a oportunidade agora na discussão do regimento de vermos como é
3689que nós caminhamos daqui para frente. Mais alguém deseja se manifestar em
3690relação às moções?

3691

3692

3693**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - Parece que são várias
3694pequenas questões, eu sugeriria que o encaminhamento fosse, não a matéria
3695toda para o próximo, mas as pequenas questões simples e objetivas.

3696

3697

3698**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3699**DCONAMA)** – Parece-me que seriam três questões distintas, uma, quantos
3700propõem a moção, que há divergência, a outra, o momento de apresentação da
3701moção, e a terceira questão é um momento de apreciação, se na mesma
3702Plenária como regra, ou se na Plenária seguinte, como regra havendo a
3703possibilidade de exceção de ser na mesma. Então, eu acho que para
3704encaminhar a votação, Secretário, seria primeiro e quarto possibilidade de
3705pedido de vista. Então, são quatro questões envolvidas. Ou o quantitativo de
3706páginas, cinco questões para serem resolvidas. A forma foi simplesmente,
3707Zuleica, a maneira de organizar minimamente porque do jeito que é hoje,
3708qualquer coisa tem que ser, é aprovado e é publicada. Então, a primeira é o
3709quantitativo de conselheiros para apresentar uma moção, as propostas variam
3710entre um conselheiro, apresentado agora, oito conselheiros, que é a proposta
3711original da CTAJ, vinte conselheiros de segmentos diferentes, são essas três.

3712

3713

3714**A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - A minha proposta de apresentar uma moção
3715com 15 dias de antecedência para que seja disponibilizado no site, ela
3716inviabiliza a proposta de oito assinaturas, porque estou em outra cidade, eu
3717represento uma região inteira, eu converso pela Internet com as pessoas, mas
3718eu não posso coletar essas assinaturas. Então, se eu tiver que apresentar com
3719oito assinaturas, então, cai a proposta de 15 dias.

3720

3721

3722**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – A
3723assinatura não precisa ser assinatura, pode ser scaneada, pode ser
3724apresentada. A questão tem a ver, mas não é impeditivo.

3725

3726

3727**A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - As ONGs ambientalistas estão passando
3728dificuldades enormes, muitas ONGs não têm, é extremamente complicado
3729obter isso. Nós não somos estrutura do governo e nem da indústria. Eu acho
3730que assim, para as ONGs, ou nós obtemos as oito assinaturas aqui ou nós
3731vamos ter que ter um funcionário coletando as assinaturas.

3732

3733

3734**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Mas, você
3735está vinculando uma deliberação a outra. Você está propondo que se delibere

3736antes a questão do prazo ou você está propondo que já o encaminhamento em
3737relação a uma apresentação apenas?

3738

3739

3740**A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Eu estou fazendo uma condicionante, se
3741nós vamos preferir que as moções sejam protocoladas com 15 dias de
3742antecedência, dando oportunidade a todos que possam ler, estudar, refletir
3743sobre isso, eu acredito que uma assinatura de uma instituição seria o ideal.

3744

3745

3746**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – É um
3747argumento a favor de uma assinatura.

3748

3749

3750**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** - A proposta de que basta uma
3751assinatura de Conselheiro, ela não foi feita agora. Inclusive, consta de uma
3752emenda feita pelo MPF, consta aqui no documento. E nós realmente vamos, eu
3753não sei se vamos começar por esse caminho, mas é aquilo que o MPF
3754colocou, assim, quem pode mais, pode menos, isso é uma regra básica. Quem
3755pode propor uma resolução, que vai ser uma norma que vai ser cumprida no
3756país inteiro também pode propor o menos, que é uma moção.

3757

3758

3759**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Antes de
3760entrar nas argumentações relacionadas a uma apresentação. Vamos ver se
3761nós conseguimos organizar o processamento das decisões nesses termos.
3762Algum acréscimo em relação a esse assunto? Então, nós temos uma pessoa
3763apresentando oito e vinte com dois segmentos, correto?

3764

3765

3766**O SR. JOÃO** – A minha proposta é que se vote antes, se vai ter antecedência,
3767se houver antecedência dos 15 dias, eu acho que aí a questão da assinatura
3768fica mais perfeito.

3769

3770

3771**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** - Se eu entendi bem, a
3772proposta da Conselheira Zuleica, é uma assinatura, mas apresentada com um
3773tempo antes, porque essa questão do pode mais, pode menos, isso é porque é
3774diferente, a proposta que um Conselheiro apresenta, mas ela não é
3775imediatamente votada, às vezes, ela fica quatro, cinco anos sendo trabalhada
3776antes de vir para cá votada. A moção não, a moção é apresentada e votada.
3777Não tem tempo de maturação, tempo de nada, ela vem e volta, por isso é vinte.
3778Então, associar a proposta de um a ter tempo de avaliação e proposição, e
3779uma outra coisa que precisamos de discutir, Adriana, só para acrescentar é
3780associar o pedido de vistas ou não , porque se for ofensivo, essas coisas, tem
3781que ter pedido de vistas mesmo. E tem moção ofensiva sim.

3782

3783

3784**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Gente, são
3785três alternativas. Uma pessoa, oito pessoas, vinte pessoas com dois

3786segmentos. As outras questões mencionadas são relacionadas, mas terão que
3787ser tratadas distintamente. Então, aqueles que se manifestam a favor de que
3788um Conselheiro possa apresentar uma moção, por favor, levantem os seus
3789crachás. 13. Os que são a favor de que pelo menos oito pessoas apresentem a
3790proposta, se manifestam. Levante mesmo o crachá ou abaixem, por favor. A
3791terceira proposta, que são a favor de vinte, com dois segmentos. Essa proposta
3792já está descartada. As outras duas nós estamos contagem divergente, eu e o
3793Mattedi estamos com insegurança e vamos fazer uma recontagem. É sobre
3794esse encaminhamento Cristina, tem certeza?

3795

3796

3797**A SR^a. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Eu só pediria para ser
3798votado primeiro a antecedência porque eu acho que tem gente que não vota na
3799assinatura de um, porque quer para isso antecedência, se votássemos primeiro
3800que tem que ser apresentado com antecedência, talvez tivéssemos uma
3801solução mais fácil no número.

3802

3803

3804**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós
3805estamos optando por votar assim, dessa forma em função dos argumentos
3806apresentado aqui também, distinção de moção e de regime, agora se o
3807Plenário entender em votar primeiro a antecedência, nós votamos primeiro,
3808perdão, a questão do prazo de argumentação. Então, nós vamos manter o
3809encaminhamento da votação. Um ou oito. Os que são a favor de que qualquer
3810conselheiro possa apresentar? Por favor, levantem e mantenho levantados.
3811Mínimo de oito? Quórum mínimo de oito.

3812

3813

3814**A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** – Eu retiro a minha proposta de apresentar
3815com 15 dias de antecedência e permanece o parágrafo único do art. 13.

3816

3817

3818**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado.

3819

3820

3821**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3822**DCONAMA)** – Eu acho que a votação subsequente seria o momento de
3823votação, em uma, a regra é na reunião subsequente, com exceção para ser na
3824mesma reunião, caso perca o objeto ou caso tenha uma segunda questão da
3825mesma reunião; não apresentar polêmica em relação a nada. Eu estava
3826encaminhando a votação quanto ao momento de votação. Só que está sendo
3827alertado que embora a Zuleica tenha tirado a discussão do momento de
3828apresentação tem ainda uma emenda da CNA, é isso? Então, nós temos que
3829fazer a votação da emenda, do momento de apresentação, e um caso, ela é
3830apresentada na reunião, pela CNA ela é apresentada, e no prazo de 15 dias.

3831

3832

3833**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Prazo anterior a divulgação da pauta da
3834Plenária.

3835

3836

3837 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – CNA**
3838 mantém a proposta?

3839

3840

3841 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3842 **DCONAMA) – É o prazo da pauta, é isso? Anterior a pauta, quer dizer, o**
3843 **DCONAMA vai disponibilizar como um documento da pauta, 15 dias antes.**

3844

3845

3846 **O SR. NÃO IDENTIFICADO – Agora vai entrar um pouco na questão de como**
3847 **o CONAMA trabalha, qual o prazo que o CONAMA necessita para fazer a**
3848 **pauta. Eu coloque essa proposta, mas qual foi o pensamento? Que vocês**
3849 **tenham tempo hábil para no dia em que a pauta for disponibilizada, essa**
3850 **moção já esteja nele, me veio na cabeça aqui agora que a pessoa pode**
3851 **apresentar um dia antes dos 15 dias de uma Plenária. E aí vocês não têm o**
3852 **tempo hábil para apresentar. Então, eu pergunto qual o tempo hábil que vocês**
3853 **precisam antes de uma Plenária para que isso esteja na pauta.**

3854

3855

3856 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3857 **DCONAMA) – Como regra, o que nós temos trabalhado? Tem o CIPAM que**
3858 **são 15 dias antes, o CIPAM hoje em dia aprecia a pauta da Plenária. Então, ao**
3859 **fazer a reunião do CIPAM, nós apresentamos uma proposta de pauta, com 15**
3860 **dias de antecedência para a reunião do CIPAM. O CIPAM aprova a pauta e a**
3861 **pauta sai com 15 dias de antecedência para Plenária. Então, teria que ser, na**
3862 **pior das hipóteses, no dia anterior, porque o CIPAM, embora aprecie, não é**
3863 **obrigatório. Tem que ser 15 dias de antecedência da Plenária.**

3864

3865

3866 **O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mas, uma moção, o CIPAM nunca avaliou se ela**
3867 **vai poder entrar numa pauta ou não. Então, eu colocaria até o dia da reunião**
3868 **do CIPAM. Não, que o CIPAM não ser avaliar, mas que tem um prazo para que**
3869 **vocês coloquem dentro do sítio do MMA.**

3870

3871

3872

3873 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA) – Bom, de**
3874 **qualquer forma, a proposta 15, 16 dias antes, nós vamos votar sim.**

3875

3876

3877 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3878 **DCONAMA) – Que é a proposta da Zuleica no fundo. Mas, na verdade, eu**
3879 **acho que vocês estão falando a mesma coisa.**

3880

3881

3882 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR) - Eu queria entender, a proposta da CNA é**
3883 **para o a art. 13, mas o parágrafo único do texto base já está aprovado pela**
3884 **Plenária. Parágrafo único não tem para ele nenhuma emenda. Está aprovado.**

3885

3886

3887**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
3888**DCONAMA)** – Têm emendas do Ministério Público Federal, da CNI, da
3889Secretaria de Portos e MMA.

3890

3891

3892**A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - § 1º, § 2º, 3º, mas o parágrafo único que
3893está...

3894

3895

3896**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
3897**DCONAMA)** – É porque ele era único, as emendas propõem uma numeração,
38981, 2 e 3.

3899

3900

3901**A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Então, a proposta da CNI para o parágrafo
3902único não muda essa questão que devem ser votadas na reunião que forem
3903tempestivamente apresentados. Agora, o art. 3º tenta mudar o parágrafo único,
3904então eu queria entender. E a segunda pergunta que eu queria fazer é a
3905seguinte, nós podemos apresentar as moções via digital antes, e depois
3906colocamos as assinaturas aqui na Plenária, no dia da reunião. Pode ser?

3907

3908

3909**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3910**DCONAMA)** – Pode. Até esclarecendo, mesmo para aparecer uma série de
3911coisas, nós aceitamos o que vem por e-mail, mesmo que venha sem
3912assinatura, porque nós temos o e-mail de quem está remetendo, depois nós
3913colhemos as assinaturas.

3914

3915

3916**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
3917**DCONAMA)** – Esclarecendo a pergunta da Conselheira Zuleica. Os parágrafos
3918propostos, tanto por Portos quanto pelo Meio Ambiente, dizem respeito ao
3919momento da votação, que deve ser votada a moção, isso se refere, portanto,
3920ao parágrafo único, apenas foi uma divisão por parágrafo na forma de fazer a
3921redação, mas é o mesmo assunto, o MMA propõe que elas seja votada na
3922reunião subsequente. Na mesma, apenas se ela não for ofensiva ou
3923controversa e perder o seu objeto pelo decurso de prazo.

3924

3925

3926**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Só para
3927exatamente para não trazer problemas para o DCONAM, a CNA, em vez de
3928colocar como está escrito, em prazo anterior a divulgação da pauta na Plenária
3929subsequente, em prazo superior a vinte dias, porque dá tempo para o
3930DCONAMA fazer toda a preparação para que recebamos esses documentos.

3931

3932

3933**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – São duas
3934propostas então. Ou entrega antes, no prazo de vinte dias ou não entrega.

3935

3936

3937A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3938**DCONAMA)** – O que ele está dizendo, ele está simplesmente facilitando o
3939serviço interno. Se você apresenta exatamente com 15 dias, pode ser que a
3940pauta já tenha sido encaminhada via e-mail, exatamente no mesmo dia.

3941

3942

3943**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal,
3944desculpem-me, a Mesa vai encaminhar de uma outra forma aqui. A proposta da
3945CNA é apresentação com antecedência de pelo menos duas semanas, se é 15,
394616, 18, 20 dias, nós resolvemos depois. A outra proposta é apresentada na
3947Plenária. Então, vamos votar, por favor, os que são a favor da proposta da
3948CNA, que sejam encaminhadas pelo menos com no mínimo duas semanas de
3949antecedência, as moções? 30. Os que são a favor que sejam apresentadas na
3950reunião do CONAMA? 8. Vão ser apresentadas com antecedência. A questão
3951dos 15, 16, 17, 18 dias, eu peço que depois encaminhemos para a redação e
3952retorne para vocês avaliarem. Vamos tentar uma sincronização com as outras.
3953O material, nós recolhemos para não gerar um desconforto nos termos que a
3954Conselheira Zuleica sugeriu aqui.

3955

3956

3957A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3958**DCONAMA)** – A outra votação seria o momento de votação da moção, em uma
3959regra, na reunião subsequente. Essa é a regra, a exceção é na mesma
3960reunião, nos casos que o Mattedi acabou de citar, na outra proposta,
3961simplesmente ela é votada na mesma reunião, como é hoje, salvo quando
3962houver pedido de vista.

3963

3964

3965**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
3966**DCONAMA)** – Eu acho melhor fazer a leitura do parágrafo único para ter o total
3967esclarecimento dos senhores conselheiros, no momento é assim, parágrafo
3968único do ar. 13º, as moções independem de apreciação das câmaras técnicas,
3969devendo ser votadas na reunião Plenária em que forem, vai ter modificar isso,
3970tempestivamente apresentados, ou seja, aqueles 15 dias, consignadas em no
3971máximo duas páginas. Não. Isso já é emenda. E é inadmitido o pedido de
3972vistas. É essa redação que está aqui. EU vou ler pelo que está na tela que é o
3973parágrafo único. É essa a redação que veio da CTAJ. Parágrafo único - As
3974moções independem da apreciação das Câmaras Técnicas, devendo ser
3975votadas na reunião plenária que forem tempestivamente apresentadas,
3976consignadas em no máximo duas páginas constando título, destinatário,
3977consideranda e objeto, inadmitindo emendas ou pedido de vistas. As emendas
3978a esse parágrafo são as seguintes: a CNI ela apresenta uma emenda em que
3979ela faz uma exceção para aquelas que apresentem referência ofensiva e
3980acusações graves a pessoas ou instituições.

3981

3982

3983A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3984**DCONAMA)** – Então, ela é votada na mesma reunião, com exceção daquelas
3985que apresentem questões ofensivas.

3986

3987

3988 **SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
3989 **DCONAMA)** – Eu entendi que a leitura é: inadmitido o pedido de vistas, exceto
3990 para aquelas, essa é a emenda da CNI. A CNI está presente.

3991

3992

3993 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3994 **DCONAMA)** – Seria bom a CNI esclarecer porque o que eu havia
3995 compreendido disso era que a redação estava confusa, eu preciso clarear. A
3996 regra que a CNI propõe é vota a moção na mesma Plenária, exceto quando ela
3997 é ofensiva porque a ideia é trazer a pessoa citada na moção para que haja o
3998 contraditório necessário.

3999

4000

4001 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu acho que cabe nós
4002 fazermos uma avaliação daquilo que nós já aprovamos que foi a questão da
4003 apresentação, está na pauta já da reunião, da próxima reunião, nós temos que
4004 casar tudo isso junto. No caso, a CNI, só cria uma exceção para não ser nessa
4005 próxima reunião um caso quando tem uma questão ofensiva a alguém como já
4006 aconteceu aqui para ter tempo da pessoa, inclusive daquele setor, daquela
4007 pessoa, daquela instituição, que seja penalizado, que seja apontada
4008 publicamente aqui, ela ter tempo de se defender. É nesse sentido.

4009

4010

4011 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – O fato de
4012 nós termos aprovado as duas semanas, tornaria caduca a sugestão da CNI?

4013

4014

4015 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não. É uma questão que
4016 ainda persiste na próxima reunião, não aquela da pauta propriamente dita.

4017

4018

4019 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Vocês
4020 entendem que deve permanecer?

4021

4022

4023 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Sim.

4024

4025

4026 *(Interferência fora do microfone. Inaudível)*

4027

4028 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Eu acho que nós temos que levar em
4029 consideração também as informações que são técnicas, determinados
4030 momentos, que se forem tempestivamente eu não tenho ou qualquer outra
4031 instituição não tem informação técnica para dar no dia. Então, só a questão ser
4032 ofensiva ou não, não atende.

4033

4034

4035 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós acabamos de aprovar e vamos ter
4036 pelo menos duas semanas duas semanas de antecedência.

4037

4038

4039 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4040 **DCONAMA)** – Então, continuando, a próxima emenda ao parágrafo único, essa
4041 foi a da CNI, todos compreenderam, é do Ministério Público Federal. Parágrafo
4042 único para o MPF ficaria com a seguinte redação, as monções que independem
4043 de apreciação das câmaras técnicas, devendo ser votadas nas reuniões que
4044 forem tempestivamente apresentadas, constando o título destinatário
4045 consideranda e o objeto inadmitindo pedido de vistas. É porque o MPF tira do
4046 parágrafo lá em cima a questão de duas páginas consignadas e traz para o §
4047 único.

4048

4049

4050 **A SRª ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** –
4051 Posso só reformular? Porque uma vez que já foi aprovada que vai ter essa
4052 antecedência e talvez, assim para conciliar com questões ofensivas, o que eu
4053 acho muito ofensivo colocar no texto, aliás, é muito feito falarmos que nós
4054 vamos vir aqui e ofender alguém, e se ofender vai dar prazo, eu quero revogar
4055 a minha proposta e dizer que cabe o pedido de visas, porque assim, se alguém
4056 entender que está sendo ofendido, que algum órgão está sendo ofendido,
4057 pede vistas, e aí faria a proposta para ser votada na reunião em que foi
4058 apresentado, cabendo o pedido de vistas, sem dizer em que causa.

4059

4060

4061 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O MPF acabou de modificar a proposta, por
4062 favor, tira o inadmitindo o pedido de vistas, cabendo o pedido de vistas.

4063

4064

4065 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4066 **DCONAMA)** – Gente, entrou aqui uma nova proposta da CNI, tirar essa
4067 questão realmente das acusações graves, mas persiste o pedido de vistas. Tira
4068 aquele inadmitindo o pedido de vistas. Persiste o pedido de vistas porque o
4069 pedido de vistas é uma situação que cabe tanto no caso de ofensas ou no caso
4070 que tem que ter uma avaliação técnica, um assunto mais profundo que precisa
4071 de um tempo maior. Eu acho que mantém o pedido de vistas e tira essa
4072 menção, de repente eu acho que vai simplificar o processo inclusive de votação
4073 aqui nosso.

4074

4075

4076 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A CNI tira o inadmitindo o pedido de vista e o
4077 em vermelho. Cabendo o pedido de vista, tira a parte em vermelho da emenda
4078 da CNI.

4079

4080

4081 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que primeiro
4082 desnecessário, primeiro submeter à Câmara Técnica, segundo, pedido de
4083 vistas, até porque as monções que eu acho que devem ser votadas naquela
4084 mesma reunião, se for em caráter de urgência mesmo, aquela que não for, a

4085instituição aqui presente, terá que consultar o seu corpo técnico e no dia da
4086votação, apresentar os seus esclarecimentos. Então, eu não vejo essa
4087necessidade de pedido de vistas. Eu não vejo necessidade de pedido de vistas.

4088

4089

4090**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Vamos terminar para repassarmos os
4091pontos.

4092

4093

4094**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4095**DCONAMA)** – O MMA propôs partir o § único em dois parágrafos: o primeiro §
4096diz que as moções independem da apreciação de Câmaras Técnicas, devendo
4097ser votadas na reunião plenária subsequente a que forem apresentadas ou a
4098critério da presidência da mesma, na mesma reunião, e o segundo parágrafo,
4099dá esse critério para a presidência; a presidência da sessão poderá submeter a
4100moção à deliberação na mesma reunião em que for apresentada, quando se
4101tratar de matéria não controversa ou quando o decurso de prazo até a Plenária
4102seguinte acarretar em perda do objeto da moção. É essa a proposta que
4103dividiu a redação em dois parágrafos num parágrafo único.

4104

4105

4106**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Eu tenho impressão que a
4107primeira votação é um momento de votação. Se a regra é na mesma Plenária,
4108ou se a regra é a Plenária subsequente, com a exceção de ser na mesma.
4109Essa seria uma primeira votação.

4110

4111

4112**A SR^a. MARÍLIA MARRECO (MMA)** – Na verdade, a proposta do Ministério
4113ficou prejudicada em função da última votação. Então, o parágrafo primeiro,
4114que fala de ser votada na mesma reunião, na reunião subsequente perde o
4115sentido, já que você vai ter um período anterior de apresentação da matéria.
4116Agora, em relação ao § 2º, eu chamo a atenção para moções que na verdade
4117são emergenciais e que tem uma motivação, inclusive histórica, que elas tem
4118que serem apresentadas, não uma antecedência para serem apresentadas e
4119ela tem que ser votada naquela reunião. Eu vou dar um exemplo aqui, aquela
4120moção que nós fizemos aqui, em relação aquela morte dos extrativistas, você
4121não tinha como prevê que alguém fosse morrer ou que fosse ser assassinado,
4122e ela teria que ser votada naquele dia porque, senão, vamos dizer assim, o
4123momento seria perdido. Então, eu acho que nós temos que ter um segundo
4124parágrafo com uma redação que preveja que excepcionalmente, etc. e tal
4125poderão ser apresentadas moções por ocasião da reunião e serem votadas no
4126mesmo dia, desde que não impliquem nisso, nisso e naquilo para não
4127perdermos, inclusive esse caráter histórico de algumas moções.

4128

4129

4130**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Então, vamos recapitular aqui.
4131Começando pelo final tem a questão da tempestividade, que é o que a Marília
4132mencionou. Tem a questão da subsequente ou na própria reunião e a primeira
4133questão, eu acho que está posta aí, é a questão do pedido de vistas ou não

4134pedido de vistas à luz da questão das duas semanas de antecedência, que nós
4135acabamos de deliberar. Está faltando alguma Mattedi?

4136

4137

4138**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4139**DCONAMA)** – Resta a questão da forma de apresentação da moção.

4140

4141

4142**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Sim, mas essa é outra coisa. Vamos
4143começar pela mais difícil, a questão do pedido de vistas. Eu gostaria de
4144estabelecer para por na votação, se nós vamos admitir pedido de vistas na
4145moção ou não? Aqueles que forem a favor da admissibilidade do pedido de
4146vistas, por favor, levantem os seus crachás? Já temos duas semanas de
4147antecedência. Os que são contrários ao pedido de vistas? Então, vai ser
4148mantido o pedido de vistas das moções, mesmo com as duas semanas de
4149antecedência. O segundo ponto.

4150

4151

4152**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4153**DCONAMA)** – O MMA retirou o seu parágrafo que remetia a reunião seguinte,
4154então não tem emenda que diz que é no próximo, ela fica tendo que ser votada
4155na própria reunião, só que admitindo o pedido de vistas. O MMA retirou a sua
4156proposta.

4157

4158

4159**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós temos que, a exceção ao pedido
4160de vistas seria quando a moção perde tempestividade. Então, nesse caso, não
4161seriam admitidos pedidos de vistas, teriam que ser votados na própria sessão.
4162Mas, eu digo assim, existe a possibilidade, vai ser votado e tal, decidido aqui se
4163o Plenário concorda ou não.

4164

4165

4166**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4167**DCONAMA)** – Excepcionalmente, o Plenário poderá acatar moção na própria
4168reunião e votá-la na mesma reunião por decisão de maioria.

4169

4170

4171**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Gente, eu peço ajuda aqui depois,
4172principalmente para o nosso pessoal do direito (...) para retornar depois ao
4173Plenário. Bom, a questão da forma, que nós não tínhamos conversado ainda.
4174Foi mencionado que duas páginas são poucas, ou cinco páginas são poucas,
4175como é que nós se colocamos em relação a isso. Os argumentos foram bem
4176colocados. Eu acho que a Zuleica colocou que duas páginas são poucas para
4177fundamentar muitas vezes uma solicitação, e eu acho que alguém mencionou
4178que a solicitação de duas páginas seria para dar tratabilidade, com a
4179antecedência para duas semanas, a questão da tempestividade na hora, ela de
4180certa forma, fica um pouco fragilizada, eu proporia que fossem cinco páginas,
4181no máximo, as moções, eu penso que isso poderia atender. Até cinco
4182páginas. Isso consciente ou existe alguma visão diferente? O MPF tem uma
4183proposta contrária a essa ou não está prestando atenção na proposta?

4184

4185

4186 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Eu só acho que não deve não
4187 haver limite para moção, assim como não há limite para resolução,
4188 recomendação, não tem porque limitar o número de páginas, os conselheiros
4189 terão tempo de ler, uns 15 dias para ler, se nós lemos aqui 90 artigos disso
4190 aqui, podemos ler uma moção.

4191

4192

4193 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Cinco páginas ou sem limites?
4194 Podemos votar? Até cinco páginas ou sem limites? Os que são a favor de até
4195 cinco páginas para as moções? Os que são a favor que não haja limite de
4196 páginas as moções? Contraste, sem limites. Até cinco páginas. Obviamente,
4197 pessoal, quem achar necessário disponibiliza informação, envia, coleta a
4198 disposição.

4199

4200

4201 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4202 **DCONAMA)** – Então, vencida, a etapa de moções, pergunto, Anderson, tudo
4203 OK? Próximo artigo sobre o ordenamento da Plenária.

4204

4205

4206 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Tem que ter tempestividade e isso vai
4207 ser submetido a Plenária. Pessoa, antes de partir para o próximo artigo, eu
4208 preciso colocar aqui para vocês uma questão de ordem. Vocês querem fazer
4209 um intervalo de 10 minutos e retomamos ou vamos direto até 18h30. Artigo 14
4210 – Ordem da Plenária.

4211

4212

4213 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4214 **DCONAMA)** – Artigo 14 está no documento da Marília.

4215

4216

4217 **A SR^a. MARÍLIA MARRECO (MMA)** – Ordem da Plenária é o artigo 14. Eu
4218 acho que não tem grande problema em relação a isso, em relação ao
4219 encaminhamento e aos assuntos aqui no Conselho, houve a proposta da
4220 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, não tivemos grandes emendas, temos
4221 somente uma emenda referente ao inciso VI, porque foi feito pelo MMA, que eu
4222 acho que foi até um esquecimento tanto por parte da CTAJ, que é em relação,
4223 depois da Tribuna Livre, os encaminhamentos da Secretaria Executiva, não
4224 ficou no texto original. Isso, nós temos os encaminhamentos da Secretaria
4225 Executiva. Então, nós fizemos a inserção de uma proposta do inciso VI, depois
4226 da Tribuna Livre, temos uma sugestão da CNA em relação ao inciso VII, que é
4227 encaminhamento à Mesa, em relação a proposta de uma supressão do
4228 encaminhamento de moção, e aqui nós temos que ver em função do que foi
4229 aprovado quanto a moção, que elas, na verdade, vão ser encaminhadas com
4230 anterioridade, mas mesmo assim, aquelas excepcionais, elas seriam
4231 encaminhadas nesse momento. Então, talvez deva continuar em função dessa
4232 excepcionalidade, constando esse item D. E depois temos uma proposta da
4233 Secretaria de Portos, inserindo dois incisos, um em relação a apresentação por

4234 especialistas de tema relevante da Agenda Ambiental para debate no Plenário
4235 com duração de até 60 minutos. É basicamente isso.

4236

4237

4238

4239

4240

4241

4242

4243 *(Interferência fora do microfone. Inaudível)*

4244

4245 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Eu acho que nós temos que levar em
4246 consideração também as informações que são técnicas, determinados
4247 momentos, que se forem tempestivamente eu não tenho ou qualquer outra
4248 instituição não tem informação técnica para dar no dia. Então, só a questão ser
4249 ofensiva ou não, não atende.

4250

4251

4252 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós acabamos de aprovar e vamos ter
4253 pelo menos duas semanas duas semanas de antecedência.

4254

4255

4256 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4257 **DCONAMA)** – Então, continuando, a próxima emenda ao parágrafo único,
4258 essa foi a da CNI, todos compreenderam, é do Ministério Público Federal.
4259 Parágrafo único para o MPF ficaria com a seguinte redação, as moções que
4260 independem de apreciação das câmaras técnicas, devendo ser votadas nas
4261 reuniões que forem tempestivamente apresentadas, constando o título
4262 destinatário consideranda e o objeto inadmitindo pedido de vistas. É porque o
4263 MPF tira do parágrafo lá em cima a questão de duas páginas consignadas e
4264 traz para o § único.

4265

4266

4267 **A SRª ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (Ministério Público Federal)** –
4268 Posso só reformular? Porque uma vez que já foi aprovada que vai ter essa
4269 antecedência e talvez, assim para conciliar com questões ofensivas, o que eu
4270 acho muito ofensivo colocar no texto, aliás, é muito feito falarmos que nós
4271 vamos vir aqui e ofender alguém, e se ofender vai dar prazo, eu quero revogar
4272 a minha proposta e dizer que cabe o pedido de vistas, porque assim, se alguém
4273 entender que está sendo ofendido, que algum órgão está sendo ofendido,
4274 pede vistas, e aí faria a proposta para ser votada na reunião em que foi
4275 apresentado, cabendo o pedido de vistas, sem dizer em que causa.

4276

4277

4278 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O MPF acabou de modificar a proposta, por
4279 favor, tira o inadmitindo o pedido de vistas, cabendo o pedido de vistas.

4280

4281

4282 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4283 **DCONAMA)** – Gente, entrou aqui uma nova proposta da CNI, tirar essa

4284 questão realmente das acusações graves, mas persiste o pedido de vistas. Tira
4285 aquele inadmitindo o pedido de vistas. Persiste o pedido de vistas porque o
4286 pedido de vistas é uma situação que cabe tanto no caso de ofensas ou no caso
4287 que tem que ter uma avaliação técnica, um assunto mais profundo que precisa
4288 de um tempo maior. Eu acho que mantém o pedido de vistas e tira essa
4289 menção, de repente eu acho que vai simplificar o processo inclusive de votação
4290 aqui no nosso.

4291

4292

4293 **SR. NÃO IDENTIFICADO** – A CNI tira o inadmitindo o pedido de vista e o
4294 em vermelho. Cabendo o pedido de vista, tira a parte em vermelho da emenda
4295 da CNI.

4296

4297

4298 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que primeiro
4299 desnecessário, primeiro submeter à Câmara Técnica, segundo, pedido de
4300 vistas, até porque as moções que eu acho que devem ser votadas naquela
4301 mesma reunião, se for em caráter de urgência mesmo, aquela que não for, a
4302 instituição aqui presente, terá que consultar o seu corpo técnico e no dia da
4303 votação, apresentar os seus esclarecimentos. Então, eu não vejo essa
4304 necessidade de pedido de vistas. Eu não vejo necessidade de pedido de vistas.

4305

4306

4307 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Vamos terminar para repassarmos os
4308 pontos.

4309

4310

4311 **SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4312 **DONAMA)** – O MMA propôs partir o § único em dois parágrafos: o primeiro §
4313 diz que as moções independem da apreciação de Câmaras Técnicas, devendo
4314 ser votadas na reunião plenária subsequente a que forem apresentadas ou a
4315 critério da presidência da mesma, na mesma reunião, e o segundo parágrafo,
4316 dá esse critério para a presidência; a presidência da sessão poderá submeter a
4317 moção à deliberação na mesma reunião em que for apresentada, quando se
4318 tratar de matéria não controversa ou quando o decurso de prazo até a Plenária
4319 seguinte acarretar em perda do objeto da moção. É essa a proposta que
4320 dividiu a redação em dois parágrafos num parágrafo único.

4321

4322

4323 **SRª. ADRIANA MANDARINO (DONAMA)** – Eu tenho impressão que a
4324 primeira votação é um momento de votação. Se a regra é na mesma Plenária,
4325 ou se a regra é a Plenária subsequente, com a exceção de ser na mesma.
4326 Essa seria uma primeira votação.

4327

4328

4329 **SRª. MARÍLIA MARRECO (MMA)** – Na verdade, a proposta do Ministério
4330 ficou prejudicada em função da última votação. Então, o parágrafo primeiro,
4331 que fala de ser votada na mesma reunião, na reunião subsequente perde o
4332 sentido, já que você vai ter um período anterior de apresentação da matéria.
4333 Agora, em relação ao § 2º, eu chamo a atenção para moções que na verdade

4334 são emergenciais e que tem uma motivação, inclusive histórica, que elas tem
4335 que serem apresentadas, não uma antecedência para serem apresentadas e
4336 ela tem que ser votada naquela reunião. Eu vou dar um exemplo aqui, aquela
4337 moção que nós fizemos aqui, em relação aquela morte dos extrativistas, você
4338 não tinha como prevê que alguém fosse morrer ou que fosse ser assassinado,
4339 e ela teria que ser votada naquele dia porque, senão, vamos dizer assim, o
4340 momento seria perdido. Então, eu acho que nós temos que ter um segundo
4341 parágrafo com uma redação que preveja que excepcionalmente, etc. e tal
4342 poderão ser apresentadas moções por ocasião da reunião e serem votadas no
4343 mesmo dia, desde que não impliquem nisso, nisso e naquilo para não
4344 perdermos, inclusive esse caráter histórico de algumas moções.

4345

4346

4347 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Então, vamos recapitular aqui.
4348 Começando pelo final tem a questão da tempestividade, que é o que a Marília
4349 mencionou. Tem a questão da subsequente ou na própria reunião e a primeira
4350 questão, eu acho que está posta aí, é a questão do pedido de vistas ou não
4351 pedido de vistas à luz da questão das duas semanas de antecedência, que nós
4352 acabamos de deliberar. Está faltando alguma Mattedi?

4353

4354

4355 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4356 **DCONAMA)** – Resta a questão da forma de apresentação da moção.

4357

4358

4359 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Sim, mas essa é outra coisa. Vamos
4360 começar pela mais difícil, a questão do pedido de vistas. Eu gostaria de
4361 estabelecer para por na votação, se nós vamos admitir pedido de vistas na
4362 moção ou não? Aqueles que forem a favor da admissibilidade do pedido de
4363 vistas, por favor, levantem os seus crachás? Já temos duas semanas de
4364 antecedência. Os que são contrários ao pedido de vistas? Então, vai ser
4365 mantido o pedido de vistas das moções, mesmo com as duas semanas de
4366 antecedência. O segundo ponto.

4367

4368

4369 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4370 **DCONAMA)** – O MMA retirou o seu parágrafo que remetia a reunião seguinte,
4371 então não tem emenda que diz que é no próximo, ela fica tendo que ser votada
4372 na própria reunião, só que admitindo o pedido de vistas. O MMA retirou a sua
4373 proposta.

4374

4375

4376 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós temos que, a exceção ao pedido
4377 de vistas seria quando a moção perde tempestividade. Então, nesse caso, não
4378 seriam admitidos pedidos de vistas, teriam que ser votados na própria sessão.
4379 Mas, eu digo assim, existe a possibilidade, vai ser votado e tal, decidido aqui se
4380 o Plenário concorda ou não.

4381

4382

4383 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4384 **DCONAMA)** – Excepcionalmente, o Plenário poderá acatar moção na própria
4385 reunião e votá-la na mesma reunião por decisão de maioria.

4386

4387

4388 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Gente, eu peço ajuda aqui depois,
4389 principalmente para o nosso pessoal do direito (...) para retornar depois ao
4390 Plenário. Bom, a questão da forma, que nós não tínhamos conversado ainda.
4391 Foi mencionado que duas páginas são poucas, ou cinco páginas são poucas,
4392 como é que nós se colocamos em relação a isso. Os argumentos foram bem
4393 colocados. Eu acho que a Zuleica colocou que duas páginas são poucas para
4394 fundamentar muitas vezes uma solicitação, e eu acho que alguém mencionou
4395 que a solicitação de duas páginas seria para dar tratabilidade, com a
4396 antecedência para duas semanas, a questão da tempestividade na hora, ela de
4397 certa forma, fica um pouco fragilizada, eu proporia que fossem cinco páginas,
4398 no máximo, as moções, eu penso que isso poderia atender. Até cinco
4399 páginas. Isso consciente ou existe alguma visão diferente? O MPF tem uma
4400 proposta contrária a essa ou não está prestando atenção na proposta?

4401

4402

4403 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Eu só acho que não deve não
4404 haver limite para moção, assim como não há limite para resolução,
4405 recomendação, não tem porque limitar o número de páginas, os conselheiros
4406 terão tempo de ler, uns 15 dias para ler, se nós lemos aqui 90 artigos disso
4407 aqui, podemos ler uma moção.

4408

4409

4410 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Cinco páginas ou sem limites?
4411 Podemos votar? Até cinco páginas ou sem limites? Os que são a favor de até
4412 cinco páginas para as moções? Os que são a favor que não haja limite de
4413 páginas as moções? Contraste, sem limites. Até cinco páginas. Obviamente,
4414 pessoal, quem achar necessário disponibiliza informação, envia, coleta a
4415 disposição.

4416

4417

4418 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4419 **DCONAMA)** – Então, vencida, a etapa de moções, pergunto, Anderson, tudo
4420 OK? Próximo artigo sobre o ordenamento da Plenária.

4421

4422

4423 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Tem que ter tempestividade e isso vai
4424 ser submetido a Plenária. Pessoa, antes de partir para o próximo artigo, eu
4425 preciso colocar aqui para vocês uma questão de ordem. Vocês querem fazer
4426 um intervalo de 10 minutos e retomamos ou vamos direto até 18h30. Artigo 14
4427 – Ordem da Plenária.

4428

4429

4430 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4431 **DCONAMA)** – Artigo 14 está no documento da Marília.

4432

4433

4434 **A SRª. MARÍLIA MARRECO (MMA)** – Ordem da Plenária é o artigo 14. Eu
4435 acho que não tem grande problema em relação a isso, em relação ao
4436 encaminhamento e aos assuntos aqui no Conselho, houve a proposta da
4437 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos , não tivemos grandes emendas, temos
4438 somente uma emenda referente ao inciso VI, porque foi feito pelo MMA, que eu
4439 acho que foi até um esquecimento tanto por parte da CTAJ, que é em relação ,
4440 depois da Tribuna Livre, os encaminhamentos da Secretaria Executiva, não
4441 ficou no texto original. Isso, nós temos os encaminhamentos da Secretaria
4442 Executiva. Então, nós fizemos a inserção de uma proposta do inciso VI , depois
4443 da Tribuna Livre, temos uma sugestão da CNA em relação ao inciso VII, que é
4444 encaminhamento à Mesa, em relação a proposta de uma supressão do
4445 encaminhamento de moção, e aqui nós temos que ver em função do que foi
4446 aprovado quanto a moção, que elas, na verdade, vão ser encaminhadas com
4447 anterioridade, mas mesmo assim, aquelas excepcionais, elas seriam
4448 encaminhadas nesse momento. Então, talvez deva continuar em função dessa
4449 excecionalidade, constando esse item D. E depois temos uma proposta da
4450 Secretaria de Portos, inserindo dois incisos, um em relação a apresentação por
4451 especialistas de tema relevante da Agenda Ambiental para debate no Plenário
4452 com duração de até 60 minutos. É basicamente isso.

4453

4454

4455 **O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES (Governo do**
4456 **Estado de Tocantins)** - Eu vou fazer uma outra proposta para que essa
4457 situação seja enquadrada como na situação anterior. Não faz sentido você ter a
4458 maioria absoluta para esta situação também. A questão de urgência dando
4459 entrada no plenário, o plenário teria todas as condições de aprovar assim como
4460 ocorreu na reunião passada. Então, eu sugiro que seja por maioria simples
4461 também esse caso.

4462

4463

4464 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4465 **DCONAMA)** – Podemos encaminhar a votação, ou maioria simples mantendo
4466 a coerência com o que já está aprovado ou maioria absoluta. Então, quem
4467 concorda com maioria simples? Maioria absoluta? Então, por contraste esta
4468 clara a maioria simples venceu neste caso também excepcional.

4469

4470

4471 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4472 **DCONAMA)** - Acabou o pedido de vista? Próximo artigo, art. 23, votação
4473 nominal.

4474

4475

4476 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4477 **DCONAMA)** – Art. 23 eu também fiquei... Art. 23 é o mais simples de todos, é o
4478 requerimento para a votação nominal.

4479

4480

4481 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4482 **DCONAMA)** - O art. 21, pedido de vistas já.

4483

4484

4485A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4486**DCONAMA)** – O 18 era o pedido de vista. O 21...

4487

4488

4489**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4490**DCONAMA)** - Não. O 21 é pedido de vistas. O 18 urgência.

4491

4492

4493**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - O pedido de vista nós já votamos?

4494

4495

4496**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4497**DCONAMA)** - Não. Você tem razão. O próximo é o art. 21, pedido de vistas.

4498Obrigado. É verdade. Foi um pedido de vistas para que eu prestasse atenção.

4499Art. 21 pedido de vistas no documento da Adriana.

4500

4501

4502A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4503**DCONAMA)** – Eu proponho que pulemos o art. 21.

4504

4505

4506**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4507**DCONAMA)** - Você poderia falar ao microfone, Conselheiro?

4508

4509

4510*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

4511

4512

4513**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4514**DCONAMA)** - Então teria que tirar no art. 21, no caput apenas a correção. Tirar

4515o verde, a exceção da proposta de moção. Já começa assim, é facultado ao

4516Conselheiros requerer vista de matéria ainda não votada uma única vez, uma

4517vez que a exceção de moção já caiu, ela também pode ser objeto de vista.

4518Então é uma correção no art. 21, no caput. Está claro, Anderson?

4519

4520

4521A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4522**DCONAMA)** – O restante da polêmica só tem uma dúvida que resta aqui. A

4523regra sai da CTAJ é a do parágrafo oitavo: não será concedido pedido de vistas

4524a matéria que já tenha recebido essa concessão mesmo que tenha havido

4525alteração de conteúdo na forma do § 7º. Então a matéria está em votação, hjá

4526um pedido de vista. Aliás, a matéria está em discussão e há um pedido de

4527vista, quando retorna o parecer, o parecer traz muitas alterações, e a regra diz

4528que ainda sim não haverá novo pedido de vistas. O Ministério Público Federal

4529entende que não será concedido pedido de vistas a matéria que já tenha

4530recebido essa concessão, salvo se sofrer alterações de conteúdo. Então, é

4531exatamente o contrário. Se sofrer alterações de conteúdo, há possibilidade de

4532um segundo pedido de vistas. Nós podemos explicar mais claramente. Pedido

4533de vistas uma única vez mesmo que haja alteração significativa de mérito. E
4534pedido de vistas com possibilidade de uma segunda vez caso haja alteração
4535significativa. Está claro?

4536

4537

4538**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Desculpa.
4539Tenho uma dúvida. Quem diz que as alterações foram significativas? Quem
4540define isto?

4541

4542

4543**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4544**DCONAMA)** – Caso a secretaria executiva do CONAMA entenda que o parecer
4545propõe alterações significativas de conteúdo, a critério do plenário, a matéria
4546retoma para a Câmara de origem. Não é exatamente a mesma coisa.

4547

4548

4549**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – É o
4550Secretário-Executivo a critério do plenário, perfeito.

4551

4552

4553**A SR^a. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Só esclareço que se houver
4554essa volta a Câmara Técnica, na verdade, começa uma Resolução nova.
4555Então, por isso que é tem um novo pedido de vista, mas é a matéria que sofre
4556este processo que a Câmara Técnica.

4557

4558

4559**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4560**DCONAMA)** – Então, a votação seria pedido de vistas uma única vez mesmo
4561que a matéria sofre alterações significativas ou a possibilidade de um segundo
4562pedido de vistas caso o parecer traga alterações significativas. Quem concorda
4563com a primeira opção?

4564

4565

4566**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES (Governo do**
4567**Estado de Tocantins)** - Acho que bom ficar claro, eu estou entendendo dessa
4568forma, eu acho que a mesa não poderia falar em segundo pedido de vistas,
4569pode ser o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, vira um movimento que
4570ninguém sabe onde vai parar. Então, todos os Conselheiros devem ter bem
4571claro na cabeça que a possibilidade de um novo pedido de vistas não encerra o
4572segundo. Se outro cidadão, outro Conselheiro entender, pedir vistas... Mas é
4573exatamente está possibilidade que eu estou... Pediu vistas, houve alteração
4574significativa do conteúdo volta para a Câmara, vem para o Plenário. Pediu
4575vistas, alteração significativa, então vamos estabelecer um limite. Isso aí até
4576rememorando aqui as palavras da Ministra e até causa certa estranheza nós
4577ouvimos a Ministra falando de pessoas, dizendo da falta de objeto do
4578CONAMA. Então, o objetivo, nós temos que deixar o CONAMA mais pró-ativo.
4579Eu acho que essas conversas aparecem muito em função do excesso de
4580discussão e pouca deliberação do conselho. Eu acho que o pedido de vista
4581deveria ter um parâmetro e falar: “olha se não se discutiu aqui, vamos recusar
4582a matéria e pronto”. Não ficar infundavelmente com o pedido de vistas.

4583

4584

4585 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4586 **DCONAMA)** - Eu gostaria de fazer um esclarecimento que o parágrafo oitavo,
4587 isso não é defesa de posição, não me cabe. Apenas esclarecimento. Parágrafo
4588 oitavo está ligado necessariamente ao sétimo. A proposta é o seguinte, eu vou
4589 ler para ficar claro. No sétimo diz o seguinte: caso a Secretária Executiva do
4590 CONAMA entenda que parecer propõe alterações significativas de conteúdo a
4591 critério do Plenário, a matéria poderá retornar à Câmara correspondente para
4592 nova análise e inclusão na pauta da subsequente reunião ordinária. Ou seja, o
4593 parágrafo oitavo fala do processo que retornou para a Câmara e veio para o
4594 Plenário. Não é processo que recebeu parecer. O processo recebeu parecer,
4595 estava com muita modificação, vai para a Câmara e volta e aí nesse caso é
4596 que o Ministério Público está dizendo que cabe o pedido de vista. Não é em
4597 cima do parecer. É em caso de ir para a Câmara e retornar. É só um
4598 esclarecimento da leitura correta do que está escrito aí nos parágrafos.

4599

4600

4601 **A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Só confirmando aqui. A
4602 Marília disse que nunca viu isto acontecer mais de uma vez. Não seria uma
4603 coisa infundável porque...

4604

4605

4606 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Talvez seja
4607 o caso de colocar no texto apenas uma vez.

4608

4609

4610 **A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** - Então é melhor colocar no
4611 sétimo. Você coloca no sétimo que vai retornar para a Câmara Técnica uma
4612 única vez.

4613

4614

4615 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu sei, mas
4616 a preocupação dele é com o Plenário mesmo. Gente, vamos falar sério aqui. A
4617 preocupação que o Alexandre colocou é de nós entrarmos em lupim. E
4618 algumas coisas não aconteceram. Ótimo. Se for possível colocarmos no limite
4619 de uma vez com a redação adequada, pronto. Nós colocamos ou no sétimo ou
4620 no segundo, excepcionalmente, nesta condição o secretário pode retornar, por
4621 uma vez, o assunto para ser realizado. Por uma única vez.

4622

4623

4624 **O SR. FRANCISCO** - Está claro. Está claro que o pedido de vistas só é para
4625 matéria que não foi votada e uma única vez. Acho que não tem dúvida. Isso
4626 pedi tanto em uma Câmara Técnica como pede nesse Plenário em matéria que
4627 vi ser votada. E Câmara Técnica também se pede vistas. Se pede em matéria
4628 que está sendo votada aqui. Então já é claro quando a matéria, mesmo que ela
4629 receba daí, está claro nos parágrafos seguintes. Não existe dúvida. Agora o
4630 pedido de vistas cabe ao Conselheiro pedir uma única vez ou só ele ou outros
4631 que queira acompanhar o pedido de vistas. Muitos Conselheiros podem pedir
4632 simultaneamente...

4633

4634

4635 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Gostaria de
4636 caminhar à votação; votar uma vez ou até uma segunda vez só.

4637

4638

4639 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** - Uma proposta
4640 em cima da proposta do Ministério Público. Quando você coloca aqui salvo se
4641 sofrer, você pode colocar, mas coloca entre vírgulas, somente por uma vez. Aí
4642 essa dúvida que o senhor está batendo, eu acho que o nunca Plenário ia deixar
4643 isso virar um lupim como diz o art. 7º, mas como o senhor ficou com essa
4644 preocupação, então somente uma vez entre vírgulas.

4645

4646

4647 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Está bom.
4648 Nós colocamos essa alteração provisoriamente sujeito a arredondamento
4649 depois que condiz com a técnica jurídica. Precisamos votar ou podemos
4650 manter no máximo. Consenso. Perfeito

4651

4652

4653 **O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4654 **DCONAMA)** - Salvo por uma vez se sofrer alterações poderá ter este pedido
4655 de vista.

4656

4657

4658 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Agora sim
4659 votação nominal.

4660

4661

4662 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4663 **DCONAMA)** – A votação nominal é o único artigo, a única polêmica é
4664 quantidade, quantitativo de Conselheiros que podem requerer a votação
4665 nominal. Mesmo critério, a mesma coisa. A Câmara Técnica de Assuntos
4666 Jurídicos apresentou a proposta de oito Conselheiros porque era o mínimo de
4667 um segmento e a CNT apresenta 20 Conselheiros, pelo menos dois
4668 segmentos. Já votamos em outras oito, eu acho que deveríamos aguardar
4669 coerência e agora pergunto se...

4670

4671

4672 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Você já está
4673 encaminhando. A CNT. Vamos votar de uma vez, os que são a favor de oito?

4674

4675

4676 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu sou a favor de oito, eu vou acompanhar o
4677 parecer da Câmara Técnica Jurídica até por coerência. Nós já, anteriormente,
4678 já consideramos em termos de urgência 8. Então porque não? É uma
4679 sequência. Uma coerência. Senão sai da coerência. São oito que podem pedir,
4680 então oito também pode fazer.

4681

4682

4683A **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4684**DCONAMA)** – Podemos entender que está unânime a questão?

4685

4686

4687**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Quem é a
4688favor de oito, por favor, levantem seus crachás? Os que forem a favor de vinte
4689com dois segmentos, se manifestem? Foi votado com oito.

4690

4691

4692**O SR. EDUARDO MATTEDI FURQUIM WERNECK (Diretor Substituto do**
4693**DCONAMA)** - Votação nominal art. 23. Artigos 26 a 28 já passamos. Entramos
4694agora nos artigos relativos a Câmaras Técnicas, a partir do art. 30, 30 a 34
4695mais o art. 43 que cuida da CTAJ.

4696

4697

4698**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – A mesa
4699gostaria de propor que este assunto seja retomado amanhã de manhã. Então
4700suspendemos os trabalhos, amanhã nós retomamos as 9h. Vai haver um breve
4701informe sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos depois retomamos. A
4702ministra vai vir pessoalmente anunciar a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
4703Peço, por favor, que estejam aqui no horário. Vai ser muito bom. Uma boa
4704notícia. Obrigado. Parabéns ao Plenário pela implantação dessa forma de
4705discussão hoje aqui. Eu acho que merecem parabéns todos os Conselheiros.